

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFBA 2014-2018



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAHIA

Presidente da República

Dilma Vana Roussef

Ministro da Educação

Aloízio Mercadante Oliva

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marco Antonio de Oliveira

Secretário da Educação Superior

Paulo Speller

CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)

Presidente

Aurina Oliveira Santana

Representantes do Ministério da Educação

Tatiane Ewerton Alves – Titular *(até 09/03/2014)*

Rejane Maria De Araújo Vago – Titular *(a partir de 11/03/14)*

Ailton Ribeiro de Oliveira – Suplente *(09/03/120 a 09/03/2014)*

Sergio Teixeira Costa – Suplente *(a partir de 11/03/14)*

Representantes da Sociedade Civil

Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB)

Eloísa Santos Pinto – Titular *(até 09/03/14)*

Ubiratan Felix Pereira Dos Santos – Titular *(a partir de 11/03/14)*

José Maria Araújo – Suplente *(até 09/03/14)*

Eloísa Santos Pinto – Suplente *(a partir de 11/03/14)*

Federação do Comércio

Natália Sudislawski – Titular *(até 09/03/2014)*

Angelica Cruz Leahy – Titular *(a partir de 11/03/14)*

Katia Maria Lucena – Suplente *(até 09/03/2014)*

Urania Maria da Silva Martins – Suplente *(a partir de 11/03/14)*

Federação das Indústrias

Leone Peter Correia da Silva Andrade – Titular *(até 09/03/14)*

Leone Peter Correia da Silva Andrade – Titular *(a partir de 11/03/14)*

Solange Maria Novis Ribeiro – Suplente *(até 09/03/14)*

Solange Maria Novis Ribeiro – Suplente *(Início: 11/03/14)*

Dálvaro Gonçalves Barbosa – Titular *(até 09/03/2014)*

Georges Souto Rocha – Titular *(a partir de 11/03/2014)*

Francisco Vanderlei Ferreira da Costa – Suplente *(até 09/03/2014)*

Ronaldo Nascimento Naziazeno – Suplente *(a partir de 11/03/2014)*

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Marcelo Embiruçu de Souza – Titular *(até 09/03/14)*

Cristina Maria Quintella – Suplente *(até 09/03/14)*

Universidade do Estado da Bahia

Augusto César Rios Leiro – Titular/ *(até 09/03/14)*

Gilmario Moreira Brito – Titular *(a partir de 11/03/14)*

Evangivaldo de Almeida Lira – Suplente *(até 09/03/14)*

Ivan Luiz Novaes – Suplente *(a partir de 11/03/14)*

Representantes Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica

Georges Souto Rocha - (Salvador) – Titular *(até 09/03/14)*

Eduardo Marinho Barbosa (Salvador) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Micheli Venturini (Salvador) – Suplente *(até 09/03/14)*

Rita de Cássia Araújo Cerqueira (Salvador) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Fernando Augusto P. Bulhões Carvalho (Vitória da Conquista) – Titular *(até 09/03/14)*

Jaime dos Santos Filho (Vitória da Conquista) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Jefferson Rodrigues Costa (Barreiras) – Suplente *(até 09/03/14)*

Jefferson Rodrigues Costa (Barreiras) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Ademir de Jesus Costa (Santo Amaro) – Titular *(até 09/03/14)*

Edson Machado de Brito (Porto Seguro) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Maria Emilia dos Santos Gonçalves (Eunápolis) – Suplente *(até 09/03/14)*

Aristides Carlos Souto Rocha (Porto Seguro) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Rogério Ferreira Silva (Eunápolis) – Titular *(até 09/03/14)*

Rogério Batista da Rocha (Irecê) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Jefferson Caponero (Simões Filho) – Suplente *(até 09/03/14)*

Cristiano Araújo Dias (Irecê) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Valdencastró Pereira Vilas Boas Júnior (Camaçari) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Edward da Silva Abreu (Camaçari) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Representantes Docentes do Ensino Superior

Luiz Gustavo da Cruz Duarte (Salvador) - Titular

Elane Andrade Correia Lima (Vitória da Conquista) – Suplente

Representantes Discentes da EBTT

Iago Jefferson Silva (Vitória da Conquista) – Titular *(até 09/03/14)*

Israel Fernando Almeida de Santana (Salvador) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Jorge Luiz Ferreira Moreira (Porto Seguro) – Suplente *(até 09/03/14)*

Jairo da Silva Mota (Salvador) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Ana Paula Alves Rodrigues (Barreiras) – Titular *(até 09/03/14)*

Larissa Fé Alves (Barreiras) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Kamily dos Anjos Campos (Eunápolis) - Suplente *(até 09/03/14)*

Philippe Andrade Guerra (Vitória da Conquista) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Matheus Araújo Almeida (Simões Filho) – Titular *(até 09/03/14)*

Douglas Santos Rodrigues (Jacobina) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Cleudson Santos Souza (Salvador) – Suplente *(até 09/03/14)*

Juari Braz Bomfim (Porto Seguro)– Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Sandhy Silva Araújo (Irecê) – Titular *(até 09/03/14)*

Esaú Santos Muniz Júnior (Valença) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Ed Carlos Sousa da Silva (Jacobina) – Suplente *(até 09/03/14)*

Izaaque Aniceto Macedo (Feira de Santana) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Hana Carolina Novaes M. Almeida (Irecê) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Representantes Discentes do Ensino Superior

Bárbara Lorena Queiroz Santos (Porto Seguro) – Titular

Felipe Francisco Mota Ramos (Salvador) – Suplente

Representantes dos Técnicos-Administrativos

Fábio Lemos Mota (Reitoria) – Titular *(até 09/03/14)*

Luciano Cerqueira de Oliveira (Reitoria) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Fernanda Santos Bastos Ribeiro (Reitoria) – Suplente *(até 09/03/14)*

Raimundo Conceição de Jesus Fraga (Reitoria) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Paulo Roberto Nilo Dantas (Salvador) – Titular *(até 09/03/14)*

Cássio Viana Santos (Vitória da Conquista) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Acimarney Correia Silva Freitas (Vitória da Conquista) – Suplente *(até 09/03/14)*

Eriswagner Matos Soares (Vitória da Conquista) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Solange Alves Perdigão (Barreiras) – Titular *(desde 09/03/12)*

Maria Neli Cardoso Costa (Eunápolis) – Suplente *(até 09/03/14)*

Márcio Sérgio de Andrade Vieira (Jacobina) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Alender Rodrigues Brandão Correia (Camaçari) – Titular *(até 09/03/14)*

Elis Fábria Lopes Cabral (Porto Seguro) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Isabel Cristina de Oliveira Souza (Simões Filho) – Suplente *(até 09/03/14)*

Suzana Nascimento dos Santos (Salvador) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Girlene Ecio Damasceno Dias (Ilhéus) – Titular *(até 09/03/14)*

Paula Roberta Sá do Nascimento (Camaçari) – Titular *(a partir de 10/03/2014)*

Leandro Jesus Fernandes (Santo Amaro) – Suplente *(até 09/03/14)*

José Antônio Menezes de Oliveira Dias (Seabra) – Suplente *(a partir de 10/03/2014)*

Representantes dos Diretores-Gerais dos Campi

Paulo Marinho de Oliveira (Vitória da Conquista) – Titular

Epaminondas Silva Macêdo (Jacobina) – Suplente

Dicíola Figueirêdo de Andrade Baqueiro (Barreiras) – Titular

Norma Souza de Oliveira (Seabra) – Suplente

Ricardo Torres Ribeiro (Eunápolis) – Titular

José Roberto Nunes Costa (Ilhéus) – Suplente

Albertino Ferreira Nascimento Júnior (Salvador) - Titular

Afonso José de Sousa Alves Filho (Camaçari) – Suplente

Ricardo Cunha de Almeida (Porto Seguro) – Titular

Arleno José de Jesus (Paulo Afonso) - Suplente

IFBA - REITORIA

Reitora

Aurina Oliveira Santana (até 30/04/14)

Reitora Pró-Tempore

Aurina Oliveira Santana (a partir de 01/05/14)

Chefe de Gabinete

Vera Lúcia Ferreira Mendes dos Santos

Pró-Reitora de Ensino e Assistência Estudantil (PROEN)

Lívia Santos Simões

Pró-Reitor de Extensão e Relações Comunitárias (PROEX)

Carlos D'Alexandria Bruni

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Infraestrutura (PRODIN)

Anilson Roberto Cerqueira Gomes

Pró-Reitor de Administração e Planejamento (PROAP)

Renato Anunciação Filho

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PRPGI)

Rita Maria Weste Nano

Coordenadora da Unidade de Auditoria Interna (UAI)

Marlene Pereira Vilas Boas

Diretor de Gestão de Pessoas (DGP)

Edmilson dos Santos Pinto

Diretora de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI)

Edna da Silva Matos

Chefe do Departamento de Comunicação Social (DEGCOM)

Laís Andrade Souza (até 29.04.2014)

Leomir Costa (a partir de 30.04.2014)

IFBA - DIRETORIA GERAL DOS CAMPUS

Diretor Geral do *Campus* de Barreiras

Dicíola Figueirêdo de Andrade Baqueiro

Diretor Geral Pró Tempore do Campus de Camaçari

Affonso José de Sousa Alves Filho

Diretor Geral do Campus de Eunápolis

Ricardo Torres Ribeiro

Diretor Geral Pró Tempore do Campus de Feira de Santana

Juliano Marques Aguilár

Diretor Geral Pró Tempore do Campus de Ilhéus

José Roberto Nunes Costa

Diretor Geral Pró Tempore do Campus de Irecê

Robério Batista de Rocha

Diretor Geral Pró Tempore do Campus de Jacobina

Epaminondas Silva Macêdo

Diretor Geral Pró Tempore do Campus de Jequié

Antônio Moab Silva

Diretor Geral do Campus de Porto Seguro

Ricardo Almeida Cunha

Diretor Geral do Campus de Salvador

Albertino Ferreira Nascimento Junior

Diretor Geral do Campus de Santo Amaro

Marcos Antonio Ramos Andrade

Diretor Geral Pró Tempore do Campus de Seabra

Norma Oliveira Sousa

Diretor Geral do Campus de Simões Filho

Rui Carlos de Sousa Mota

Diretor Geral Pró Tempore do Campus de Valença

Ismário Antônio Miranda

Diretor Geral do Campus de Vitória da Conquista

Paulo Marinho de Oliveira

Diretor Geral Pró Tempore do Campus de Paulo Afonso

Arleno José de Jesus

ELABORAÇÃO DO PDI 2014-2018

Comissão Sistêmica (CS) Portaria Nº 1030 de 04/07/2013

Representante da PRODIN: Fernanda Sanches dos Santos

Representante da PROEN: Keity Barbosa Carneiro

Representante da PROEX: Teresa de Souza Bahia

Representante PRPGI: José Roberto de Oliveira (*até 05/12/13*)

Vago

Representante PROAP: Ana Claudia Sá Oliveira

Representante DGP: Edenice da Silva Pereira Brito (*até 06/09/13*)
Murillo Mascarenhas Ribeiro (a partir de *06/09/13*)

Representante DGTI: Rogério Carvalho Barros

Representante DGCOM: Laís Andrade Souza

Representante dos Docentes: Fernando Osvaldo Real Carneiro (tempo)

Representante dos Técnicos-Administrativos: José Guilherme Duplat Alves

Representante dos Discentes: Esaú Santos Muniz Junior

Representante dos *Campi*: Eduardo Souza Seixas (*até 06/09/13*)
Laíla Rodrigues Soares (a partir de *06/09/13 até 12/05/14*)

Representante da Comissão Própria de Avaliação: Lidiane Corrêa de Oliveira Sommer (*Presidente*)

Comissões Locais (CL) dos Campi

Campus de Barreiras

Diretor do Campus: Dicíola Figueirêdo de Andrade Baqueiro (*Presidente*)
Representante da área de Ensino: Maria Conceição dos Santos
Representante da área de Pesquisa e Extensão: Gislaine Nunes Oliveira Guedes
Representante da área de Administração: Daniel José da Costa
Representante dos Docentes: Anderson Oliveira de Almeida
Representante dos Técnicos-Administrativos: Helena de Araújo Soares Silva
Representante dos Discentes: Uebert Gonçalves Moreira
Representante da CSA: Suely da Cruz do Nascimento
Representante indicado pelo *Campus*: Vago

Campus de Camaçari

Diretor do Campus: Affonso José de Sousa Alves Filho (*Presidente*)
Representante da área de Ensino: Elisa Cristina de Barros Casaes
Representante da área de Pesquisa: Ana Paula Miranda Guimarães
Representante da área de Extensão: Eneida Santana Baumann
Representante da área de Administração: Luís Cláudio Silva Lima
Representante dos Docentes: Cledson Mesquita Santos
Representante dos Técnicos-Administrativos: Milena Verge de Abreu Oliveira e Sousa
Representante dos Discentes: Vitória Letícia Magalhães da Silva
Representante da CSA: Rosângela de Araújo Santos
Representante indicado pelo Campus: Vinícius Saraiva Santos

Campus de Eunápolis

Diretor do Campus: Ricardo Torres Ribeiro (*Presidente*)
Representante da área de Ensino: Laura Elizabeth Ferreyra
Representante da área de Pesquisa e Extensão: José Roberto Silva de Oliveira
Representante da área de Administração: Fernanda Borges de Araújo
Representante dos Docentes: Cacio Costa da Silva
Representante dos Técnicos-administrativos: Anderson Franciel de Castro
Representante dos Discentes: Matheus Victor R. Bongestab
Representante da CSA: Marcos Roberto Souza Santos
Representante indicado pelo Campus: Vago

Campus Feira de Santana

Diretor do Campus: Juliano Marques de Aguiar (*Presidente*)
Representante da área de Ensino: Luiz Gomes Forte Neto
Representante da área de Pesquisa: Raigenes Paz Fiuza
Representante da área de Extensão: Moisés Leite Santos
Representante da área de Administração: Clodoaldo Nunes Silva
Representante de Docentes: Waneska Cunha dos Anjos
Representante dos Técnicos-Administrativos: Carlos Henrique Maia dos Santos
Representante dos Discentes: Matheus Messias R. de Souza
Representante CSA: Vago
Representante indicado pelo Campus: Carla Barreto Miranda

Campus de Ilhéus

Diretor do Campus: José Roberto Nunes Costa (*Presidente*)
Representante da área de Ensino: M^a Olívia Berbert da Silva Franco
Representante da área de Pesquisa: Amanda Ferreira da Silva Mendes
Representante da área de Extensão: Graziela Ninck Dias Menezes
Representante da área de Administração: Jorge Fabrício Lopes dos Santos
Representante dos Docentes: Roseane Santos Batista Leite
Representante dos Técnicos-Administrativos: Marcos Roberto Sousa
Representante dos Discentes: Gledyelle Alves Andrade
Representante da CSA: Jackson Jardel Leite de Menezes
Representante indicado pelo Campus: Leandro Silva de Assis

Campus de Irecê

Presidente: Robério Batista da Rocha (*Presidente*)
Diretor do Campus: Robério Batista da Rocha
Representante da área de Ensino: Rogério Batista da Rocha
Representante da área de Pesquisa: Leandro Oliveira de Souza
Representante da área de Extensão: Janaína Novaes Sobrinho
Representante da área de Administração: Jeime Nunes de Andrade
Representante dos Técnicos-Administrativos: Juliana Pires de Carvalho Rocha Machado
Representante dos Discentes: Aissa Godinho de Souza Bagano;
Representante de Docentes: Amanda Mendes de Santana Dourado;
Representante da CSA: Herick Leite Oliveira
Representante indicado pelo Campus: Sócrates de Sousa Lélis

Campus de Jacobina

Diretor do Campus: Epaminondas da Silva Macedo (*Presidente*)
Representante de área de Ensino: Arivaldo da Silva Souza
Representante de área de Pesquisa: Jose Roberto de Andrade
Representante de área de Extensão: Saulo Daniel Campus de Oliveira
Representante da área de Administração: Darlei Augusto Batista da Silva
Representante dos Docentes: Julia Rodrigues Nobre de Oliveira
Representante dos Técnicos-Administrativos: Janeleide Araujo de Lima
Representante dos Discentes: Felipe Vilas Boas Almeida
Representante da CSA: Vago
Representante indicado pelo Campus: Vago

Campus de Jequié

Diretor do Campus: Antônio Moab Souza Silva (*Presidente*)
Representante de área de Ensino: Rubens Santos Barreto
Representante de área de Pesquisa: Ramon dos Reis Fontes
Representante de área de Extensão: Francisco Regilson de Souza
Representante da área de Administração: Camila de Mattos Lima Andrade
Representante dos Docentes: Armindo Fábio Rocha Costa
Representante dos Técnicos-Administrativos: Verena Santos Andrade Ferreira
Representante dos Discentes: Samuel dos Santos Carmides
Representante da CSA: Monik Caetano Praxedes de Moura
Representante indicado pelo Campus: Vago

Campus de Paulo Afonso

Diretor do Campus: Arleno José de Jesus (*Presidente*)
Representante área de Ensino: Antonio Adolfo Juliano Oliveira Mendes;
Representante da área de Pesquisa: Patricia da Silva Cerqueira;
Representante da área de Extensão: Aurelina Fernanda de Andrade Moraes
Representante da área de Administração: Railda de Freitas Santos Camprestini;
Representante dos Docentes: Marcos Antonio Gomes
Representante dos Técnicos-Administrativos: Maria Gorete Gomes de Sá;
Representante dos Discentes: Maria Alice Bandeira de Jesus

Representante da CSA: Vago
Representante indicado pelo Campus: Vago

Campus de Porto Seguro

Diretor do Campus: Ricardo Almeida Cunha (*Presidente*)
Representante da área de Ensino: Ricardo Rodrigues Mendes
Representante da área de Pesquisa: Sebastião Pinheiro G. C. Neto
Representante da área de Extensão: Verônica de Souza Santos
Representante da área de Administração: George Pacheco Pinto
Representante dos Docentes: Marcus Luciano S. de F. Bandeira
Representante dos Técnicos-Administrativos: Maurício da Rocha
Representante dos Discentes: Jorge Luiz Ferreira Moreira
Representantes CSA: Vago
Representante indicado pelo Campus: Joscélia Monteiro Santos de Brito

Campus de Salvador

Diretor do Campus: Albertino Ferreira Nascimento Júnior (*Presidente*)
Representante da área de Ensino: Vinícius Oliveira Casais
Representante da área de Pesquisa: Cláudia Tereza Teles Farias
Representante da área de Extensão: Paulo César Andrade
Representante da área de Administração: Paulo Roberto Nilo Dantas
Representante dos Docentes: Eduardo Souza Seixas
Representante dos Técnicos-Administrativos: Sílvio Freitas
Representante dos Discentes: Laise de Jesus Santos; Gabrielle Ferreira Oliveira (Suplente)
Representantes da CSA: Renilda Fátima Gonçalves de Moura
Representante indicado pelo Campus: Vago

Campus de Santo Amaro

Diretor do Campus: Marcos Antonio Ramos Andrade (*Presidente*)
Representante da área de Ensino: Andréa Maria Mano Amazonas
Representante da área de Pesquisa: Adriana Vieira dos Santos
Representante da área de Extensão: Jurema de Castro Sousa
Representante da área de Administração: Marcos Cícero Bittencourt Ferreira
Representante dos Docentes: Josinete de Souza Alves
Representante dos Técnicos-Administrativos: André Suzart Andrade
Representante dos Discentes: Rondinelli Bispo de Trindade
Representante da CSA: Vago
Representante indicado pelo Campus: Fernanda Santos Bastos Ribeiro

Campus de Seabra

Diretor do Campus: Norma Souza de Oliveira (*Presidente*)
Representante da área de Ensino: Azamor Coelho Guedes
Representante da área de Pesquisa: Jamille Villas Boas de Souza
Representante da área de Extensão: Henrique Oliveira Andrade
Representante da área de Administração: Daniel Lopes da Silva

Representante do Docente: Lúcio Veimrober Júnior
Representante dos Técnicos-Administrativos: Robson Luiz da Silva Menezes
Representante dos Discentes: Vago
Representante da CSA: Laura Neta Dias do Sacramento
Representante indicado pelo Campus: Vago

Campus de Simões Filho

Diretor do Campus: Rui Carlos de Sousa Mota (*Presidente*)
Representante da área de Ensino: Cláudia Cunha Torres da Silva
Representante da área de Pesquisa: Cainan Freitas de Jesus
Representante da área de Extensão: Marilena Meira
Representante da área de Administração: André dos Santos Almeida
Representante dos Docentes: Mônica Silveira
Representante dos Técnicos-Administrativos: Luciano Novaes Souza
Representante dos Discentes: Luan da Silva Queiroz.
Representante da CSA: Luis Alberto Dantas Barbosa
Representante indicado pelo Campus: Paulo Moura Bispo de Santana

Campus de Valença

Diretor do Campus: Cláudio Araújo dos Reis (*Presidente*)
Diretor Pró-tempore : Ismário Antonio Miranda
Representante área de Ensino: Liz Rodrigues Cerqueira
Representante da área de Pesquisa: Paulo Roberto Tavares de Souza
Representante da área de Extensão: Antonio José Andrade Evangelista
Representante da área de Administração: Edna da Silva Hora
Representante da área dos Docentes: Erashto Felício Sousa
Representante dos Técnicos-Administrativos: Carla Matos Leão
Representante dos Discentes: Esaú Santos Muniz Júnior
Representante da CSA: Vago
Representante indicado pelo Campus: Ivan da Costa Accioly

Campus de Vitória da Conquista

Diretor do Campus: Paulo Marinho de (Oliveira *Presidente*)
Representante da área de Ensino: Durval de Almeida Souza
Representante da área de Pesquisa: Selma Rozane Vieira
Representante da área de Extensão: Felizardo Adenilson Rocha
Representante da área de Administração: Maribaldo Silva Ramos
Representante dos Docentes: Wesley de Almeida Souto
Representante dos Técnicos-Administrativos: Luciano Leal Santos
Representante dos Discentes: Jefferson Almeida Oliveira
Representante da CSA: Vago
Representante indicado pelo Campus: Jaime dos Santos Filho

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APL	Arranjos Produtivos Locais
APUB	Associação dos Professores do Estado da Bahia
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CA	Centro Acadêmico
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENTEC	Centro de Ensino Técnico
CES	Câmara de Educação Superior
CIT	Coordenação de Inovação Tecnológica
CL	Comissões Locais dos Campi
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
COPEX	Coordenação de Pesquisa e Extensão
CP	Conselho Pleno
CS	Comissão Sistêmica
DGCOM	Departamento de Comunicação Social
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DGTI	Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação
DINTER	Doutorado Institucional
EaD	Educação à Distância
EBTT	Ensino Básico Técnico e Tecnológico
EDUFBA	Editora da Universidade Federal da Bahia
ETFBA	Escola Técnica Federal da Bahia
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FIC	Formação Inicial e Continuada
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
IES	Instituição de Ensino Superior
IFBA	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MINTER	Mestrado Institucional
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
ONG	Organização não-governamental
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBIT	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.
PINA	Projeto de Incentivo à Aprendizagem
PIVIC	Programa Institucional Voluntários de Iniciação Científica
PNEE	Pessoa com necessidades educacionais especiais
PPA	Plano Plurianual
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROAP	Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
PRODIN	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Infraestrutura
PROEJA	Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias
PROSEL	Processo Seletivo
PRPGI	Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
Rede EPCT	Rede de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia
REDE NIT NE	Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Nordeste
SAPIENS Superior	Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior
SEI	Superintendência de Estudos econômicos e Sociais da Bahia
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIB	Sistema Integrado de Bibliotecas
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica.
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SMO	Serviço Médico-Odontológico
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAI	Unidade de Auditoria Interna
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNED	Unidade de Ensino Descentralizado

Sumário

INTRODUÇÃO	21
1 PERFIL INSTITUCIONAL	25
1.3 MISSÃO	31
1.4 VISÃO	31
1.5 FINALIDADES E OBJETIVOS.....	31
1.5.1 OBJETIVOS	33
1.5.1.1 OBJETIVOS DO ENSINO	33
1.5.3 PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO.....	35
1.5.3.1 OBJETIVOS PRPGI.....	35
1.5.4 EXTENSÃO	36
1.5.4.1 OBJETIVOS DA EXTENSÃO	36
1.5.4.2 DIMENSÕES OPERATIVAS DA EXTENSÃO TECNOLÓGICA.....	37
1.5.4.3 ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO.....	39
1.5.5 GESTÃO	40
ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	40
1.6 INSERÇÃO REGIONAL.....	41
1.6.1 CÂMPUS BARREIRAS	42
1.6.2 CÂMPUS BRUMADO	43
1.6.3 CÂMPUS CAMAÇARI	43
1.6.4 CÂMPUS EUNÁPOLIS.....	45
1.6.5 CÂMPUS FEIRA DE SANTANA.....	46
1.6.6 CÂMPUS ILHÉUS	49
1.6.7 CÂMPUS IRECÊ	49
1.6.8 CÂMPUS JACOBINA	49
1.6.9 CÂMPUS JEQUIÉ.....	50
1.6.10 CÂMPUS PAULO AFONSO.....	50
1.6.11 CÂMPUS PORTO SEGURO.....	52
1.6.12 CÂMPUS SALVADOR	54
1.6.13 CÂMPUS SANTO AMARO.....	54
1.6.14 CÂMPUS SEABRA	55
1.6.15 CÂMPUS SIMÕES FILHO	55
1.6.16 CÂMPUS VALENÇA	55
1.6.17 VITÓRIA DA CONQUISTA.....	55
1.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IES.....	59
1.7.1 CÂMPUS BARREIRAS	60
1.7.2 CÂMPUS BRUMADO	62
1.7.3 CÂMPUS CAMAÇARI	62
1.7.4 CÂMPUS EUNÁPOLIS.....	63
1.7.5 CÂMPUS FEIRA DE SANTANA.....	64

1.7.6 CÂMPUS ILHÉUS	65
1.7.7 CÂMPUS IRECÊ	65
1.7.8 CÂMPUS JACOBINA.....	67
1.7.9 CÂMPUS JEQUIÉ.....	67
1.7.10 CÂMPUS PAULO AFONSO.....	67
1.7.11 CÂMPUS PORTO SEGURO	68
1.7.12 CÂMPUS SALVADOR	69
1.7.13 CÂMPUS SANTO AMARO.....	70
1.7.14 CÂMPUS SEABRA	71
1.7.15 CÂMPUS SIMÕES FILHO	71
1.7.16 CÂMPUS VALENÇA	72
1.7.17 CÂMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA	73
2 PLANO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	77
2.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	79
2.1.1 INOVAÇÕES SIGNIFICATIVAS, QUANTO À DISPONIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES	79
2.1.1.1 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	80
2.1.2 ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIO	80
2.1.3 DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS	81
2.1.4 INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS.....	81
2.2 POLÍTICAS DE ENSINO.....	82
2.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	86
2.3.1 FUNDAMENTOS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO.....	87
2.4 POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	89
2.5 POLÍTICAS DE GESTÃO.....	92
2.6 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) (POLOS)	98
ESTÃO ELENCADAS AQUI ALGUMAS DE NOSSAS RESPONSABILIDADES:.....	115
4. PERFIL DOS CORPOS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	144
4.1 COMPOSIÇÃO	144
4.1.1 CORPO DOCENTE.....	145
4.1.2 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	145
4.1.3 REGIME DE TRABALHO DA CARREIRA DOCENTE	146
4.1.4 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS PROFESSORES DO QUADRO	146
4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	146
4.2.1 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	147
4.2.2 REGIME DE TRABALHO DOS TÉCNICOS – ADMINISTRATIVOS.....	147
4.3 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO.....	147
5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES	186
5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	186

5.2	ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES E ALUNOS NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	196
5.3	ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS	201
6	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	202
6.2	CORPO DISCENTE	202
6.2	PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	202
6.3	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	202
6.4	ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA (PROGRAMA DE NIVELAMENTO, ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO)	225
6.5	ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	226
6.7	NÚCLEO DE ATENDIMENTO AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	226
	ATIVIDADES	228
7	INFRAESTRUTURA	240
7.1	GERÊNCIA DE BIBLIOTECAS.....	240
	TABELA 51- TÉCNICOS – ADMINISTRATIVOS DA GERENCIA DE BIBLIOTECAS	241
	TABELA 52- RECURSOS MATERIAIS DA GERENCIA DE BIBLIOTECAS.....	241
7.2	BIBLIOTECAS DOS <i>CAMPI</i>	242
7.2.1	QUANTIFICAR ACERVO POR ÁREA DE CONHECIMENTO.....	242
7.2.2	ESPAÇOS FÍSICOS PARA ESTUDO DAS BIBLIOTECAS.....	243
7.2.3	PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	244
7.2.4	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.....	245
7.3	OBRAS	245
7.3.1	OBRAS EM ANDAMENTO.....	245
7.3.2	ESPAÇOS FÍSICOS.....	248
7.4	RECURSOS TECNOLÓGICOS E DE ÁUDIO VISUAL	251
7.5	PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	253
	CRONOGRAMA DE ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA	254
8	AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL ..	255
9	ASPECTOS FINACEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	259
10	COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA	265
10.1	- MISSÃO, VISÃO E VALORES DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	266
- 10.2	POLÍTICA SISTÊMICA DE COMUNICAÇÃO	267
- 10.2.1	PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO INTERCAMPUS.....	267
	OBJETIVOS E AÇÕES A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO	267
	REFERÊNCIAS	273

Apresentação

O presente documento que ora é apresentado a toda a comunidade tem por intuito planejar de maneira coletiva o quinquênio 2014-2018, servindo como norte para se pensar os projetos institucionais, levando em consideração as realidades percebidas no panorama atual, a partir dos cenários elencados e das necessidades de aprimoramento contínuo do ambiente institucional. Pode-se dizer que este Plano de Desenvolvimento Institucional classifica-se como uma espécie de documento-síntese, no qual se explicitam as diretrizes gerais que irão ensejar, em articulação com outras ações empreendidas, o cumprimento da missão do instituto e do conseqüente crescimento do mesmo.

O PDI traz as perspectivas ao quinquênio 2014-2018, em nove eixos básicos, quais sejam: Perfil Institucional, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos, Perfil dos Corpos Docente e Técnico-Administrativo, Organização Administrativa da IES, Política de Atendimento aos Discentes, Infraestrutura, Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional e Aspectos Financeiros e Orçamentários. A gama de informações e projeções feitas no documento reflete os dados fornecidos por todos os *Campi* que sistematizados ajudaram a compor o PDI em sua totalidade, sendo que esse documento foi discutido e validado pela comunidade da Reitoria e de todos os *Campi*.

Nessa perspectiva a Comissão Sistêmica buscou realizar um trabalho contundente no sentido de permitir a todos a participação tanto na construção, quanto na discussão e validação desse Plano de Desenvolvimento Institucional, a fim de que o mesmo refletisse o anseio de proporcionar ao Instituto um crescimento cada vez maior perante toda a sociedade, cumprindo assim sua função primordial de instituição de educação.

Comissão Sistêmica, junho de 2014.

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) tem se empenhado cada vez mais na busca de colaborar para a formação de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, tanto econômica, quanto politicamente, influenciando, dessa maneira, no desenvolvimento da Educação no Brasil. Dentre os fatores que evidenciam essa realidade, cabe mencionar que a interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no caso do IFBA alcançará até 21 *campi* no primeiro ano de vigência deste documento.

Para tanto, elaborou o presente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) eivado de comprometimento com sua missão, seus valores e sua estratégia, pensando em ferramentas para subsidiar o fortalecimento de suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Com relação ao método de elaboração DDI elaborou uma proposta de metodologia que previa a constituição de uma comissão central em nível de Reitoria - a Comissão Sistêmica (CS) e comissões em nível de campus – as Comissões Locais (CL) que foi aprovada pelo Consup¹. A elaboração do plano foi conduzida pela coordenação geral de uma Comissão Sistêmica, composta por representantes das Pró-Reitorias, das Diretorias Sistêmicas, da Comissão Própria de Avaliação, dos docentes, dos técnico-administrativos, dos discentes e dos campi, que engendraram esforços no intuito de realizar um trabalho que proporcionasse discussões em todos os segmentos da Instituição, sempre observadas às especificidades, as estratégias e as ações, procurando estimular toda comunidade a se envolver com as questões institucionais.

O IFBA vem se destacando não só pela qualidade de sua Educação Profissional Técnica de Nível Médio, mas também pela oferta de Cursos de Graduação nas modalidades Bacharelado, Licenciatura, e Cursos Superiores de Tecnologia, da implementação gradativa de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e do desenvolvimento de ações, objetivando a oferta de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Além disso, promove a Extensão Tecnológica com a realização de programas e projetos que têm impactado positivamente na inclusão e desenvolvimento social, bem como implantar a Pesquisa, através da

¹ Metodologia de construção do PDI aprovada pela Portaria nº 21/2012/Consup

institucionalização de programas de iniciação científica, criação de núcleos e grupos de pesquisas.

O PDI tem como base legal uma ampla gama de normas, dentre as quais se chama a atenção para as que seguem:

Quadro 1 - Legislação

Ano	Espécie normativa	Descrição
1996	Lei nº 9.394/1996(LDB)	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
1998	Decreto nº 2.494/1998	Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96).
1998	Portaria MEC nº 301/1998	Normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica à distância.
1998	Resolução CES/CNE nº 2/1998	Estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada, para fins de credenciamento, nos termos do Art. 46 do Art. 52, inciso I, da Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996
1999	Resolução CNE/CP nº 01/1999	Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação, considerados os Art. 62 e 63 da Lei 9.394/96 e o Art. 9º, § 2º, alíneas "c" e "h" da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei 9.131/95
1999	Parecer CES/CNE nº 1.070/1999.	Critérios para autorização e reconhecimento de cursos de Instituições de Ensino Superior.
2001	Decreto nº 3.860/2001	Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.
2001	Portaria MEC nº 1.466/2001	Estabelece procedimentos de autorização de cursos fora de sede por universidades.
2001	Portaria MEC nº 2.253/2001	Prevê a oferta de disciplinas utilizando método não presencial.
2001	Resolução CES/CNE nº 01/2001	Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.
2002	Resolução CP/CNE nº 01/2002 (art.7º)	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
2002	Resolução CES/CNE nº 10/2002	Dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino

Ano	Espécie normativa	Descrição
		superior do Sistema Federal de Educação Superior.
2003	Decreto nº 4.914/2003	Dispõe sobre os centros universitários de que trata o art. 11 do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e dá outras providências.
2003	Portaria MEC nº 3.284/2003	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
2004	Lei nº 10.861/2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências
2004	Decreto nº 5.154/2004	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências
2004	Decreto nº 5.224/2004	Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.
2004	Decreto nº 5.225/2004,	Altera dispositivos do Decreto no 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.
2004	Portaria MEC nº 7/2004	Prevê aditamento no caso de sua modificação, considerando a inclusão ou exclusão de cursos, por meio do ingresso no Sistema SAPIEnS/MEC, em local específico, identificado como ADITAMENTO DE PDI.
2004	Portaria MEC nº 2.051/2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.
2004	Portaria MEC nº 3.643/2004	Dispõe sobre a habilitação para o credenciamento de novas instituições de educação superior (IES).
2004	Portaria MEC nº 4.361/2004	Regulamenta o uso sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – SAPIEnS/MEC.

A importância do presente documento evidencia-se pelo tratamento disposto pela legislação pátria referente à Avaliação Institucional que o colocou como condição *sine qua non* no processo de avaliação das IES que, obrigatoriamente, deverá ser apresentado pelas mesmas no momento em que solicitar ao MEC o credenciamento ou credenciamento da Instituição, a autorização de funcionamento de Cursos Superiores de Graduação Tecnológica e Sequenciais, o credenciamento da Instituição para a oferta de Educação a Distância e a autorização de Cursos fora do Campus para as Universidades. Configura-se ainda como requisito indispensável para a participação de alguns programas e editais de seleções públicas. Assim

sendo, este plano deve ter como norte possibilitar projeções desejáveis a curto, médio e longos prazos, que sejam fieis às perspectivas do Instituto e que tragam metas possíveis de execução, a serem trabalhadas e vencidas ao longo desses 05 (cinco) anos futuros.

1 PERFIL INSTITUCIONAL

O IFBA integra a Rede Federal de Educação Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, foi instituído pela Lei nº 11892 de 29 de dezembro de 2008. Com o objetivo de estender-se a todos os estados Brasileiros, promovendo educação profissional, desde a formação inicial (FIC) até a formação em nível de pós-graduação *Stricto-Sensu* (mestrado e doutorado) (Santana, 2013).

1.1 Breve Histórico Institucional

De acordo com o levantamento realizado na construção do PDI 2009-2013 do IFBA, este tem sua origem na Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia, que foi criada em 1909 pelo Decreto de n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo Presidente Nilo Peçanha, com outras 19 (dezenove) escolas distribuídas pelo País. As suas primeiras instalações foram inauguradas no Edifício do Centro Operário, com 40 (quarenta) alunos distribuídos nos cursos de: Alfaiataria, Encadernação, Ferraria, Sapataria e Marcenaria, cursos estes que, certamente, reportam ao tipo de industrialização da Cidade do Salvador do início do Século. Em 1911, a Escola foi transferida para um prédio público no Largo dos Aflitos, cedido pelo Ministério da Guerra. No dia 2 de julho de 1923, centenário da libertação da Bahia, foi lançada a pedra fundamental do novo prédio em terreno próximo ao largo da Lapinha, no bairro do Barbalho e, em 1º de maio de 1926, transferiu-se a escola para o novo edifício (PDI, 2009-2013).

Os dois primeiros Cursos Técnicos surgiram em 1942: Desenho de Arquitetura e Desenho de Máquinas e de Eletrotécnica, na direção do Engenheiro Ericsson Cavalcante. Neste período a Escola passou a denominar-se Escola Técnica de Salvador. Na gestão do Prof. José de Macedo (1952) foram extintos todos os cursos e criados os Cursos de Pontes e Estradas e Edificações. Na década de 1960, a Escola sofreu uma grande transformação tendo a sua área construída aumentada em mais de 50%, ou seja, aumentou em 5.500 m². Ainda neste período, foram criados os Cursos de Eletrotécnica, Química e Mecânica, cursos estes criados após uma pesquisa do mercado de trabalho da época. Em 1965, as Escolas Técnicas se modernizaram, tendo a Escola da Bahia recebido o maior número de itens, cerca de 50% do total de itens que foram adquiridos.

A partir de 1972, em função da Lei nº 5.692, a Escola sofreu a sua segunda grande transformação: passou à seriação semestral e foram implantados os Cursos de Saneamento, Instrumentação, Metalurgia e Telecomunicações e, em 1975, foi criado o Curso de Geologia. Ainda neste período, a escola sofreu uma grande reestruturação na parte administrativa com a implantação do Regimento Interno da Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA) e a criação dos Departamentos Acadêmicos (Avena, 2009).

No final dos anos oitenta e início dos anos noventa, mudou-se o tipo de seriação dos cursos técnicos que passaram de semestral para anual aumentando para quatro anos o tempo de integralização dos cursos. Em setembro de 1993 com a lei nº 8711, a ETFBA é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), ampliando assim os seus cursos. Além de formar Técnicos de Nível Médio, passou a formar Tecnólogos em nível de Terceiro Grau com a oferta dos cursos de: Administração Hoteleira, Manutenção, Petroquímica, Manutenção Elétrica, Manutenção Mecânica, Telecomunicações e Processos Petroquímicos. Em 1996, com a finalização da oferta dos Cursos de Tecnologia, a Instituição deu início ao curso de Bacharelado em Administração e das Engenharias Industrial Elétrica e Industrial Mecânica. Posteriormente, ampliou a oferta para os cursos superiores de Engenharia Elétrica, de Engenharia Química, de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Radiologia e de Licenciaturas.

As mudanças ocorridas nas últimas três décadas com as Leis nº 5.692/71 (Educação Profissionalizante Compulsória); nº 7.044/82 (Educação Profissionalizante Facultativa); nº 8.948/94 (criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica), através das quais o então CEFET-BA expandiu-se com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs): a Portaria Ministerial nº 1.135, de 01 de agosto de 1994, criou a UNED - Barreiras; a Portaria Ministerial nº 1.718, de 15 de dezembro de 1994, criou a UNED - Vitória da Conquista; a Portaria Ministerial nº 1.719, de 15 de dezembro de 1994, criou a UNED - Eunápolis e a Portaria Ministerial nº 1.720, de 15 de dezembro de 1994, criou a UNED - Valença.

Em 2004, com a publicação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, se restabelece os Cursos Técnicos na Modalidade Integrada. Em 2005, com o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005 é instituído, no âmbito

das Instituições Federais de Educação Tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

1.2 O Instituto Federal da Bahia e a Rede Federal

O IFBA, historicamente, oferece um espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante. A sua identidade vem sendo continuamente construída a partir de uma gestão democrática com objetivos de qualificar a educação pública e ampliar as oportunidades de acesso a escola para a população que esteve excluída do atendimento educacional (Santana, 2013).

A partir de 2008 através da formação da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Governo Federal, inicia a implantação dos pilares para os Institutos Federais.

Conforme o art 2º da lei 11892/08 os Institutos Federais são instituições de ensino básico, profissional e de ensino superior, pluricurriculares e multicampi, tecendo um olhar novo a educação superior e profissional do país. Esse novo olhar já inicia-se contemplado na Identidade Visual dos Institutos Federais (Antoniuzzi, Brito e Neto, 2009).

Esta nova identidade visual traz na sua simbologia “a ideia do homem integrado e funcional”. Este homem tem seu “pensamento expresso, forte e com energia”, representado em um círculo na cor vermelha. Os quadrados que compõem o restante da identidade visual se encaixam perfeitamente como numa rede, na cor verde e simbolizam a “harmonia” e “integração da rede”. Portanto, essa concepção de instituição de educação profissional mais próxima do ser humano ontológico e integrado, simbolizada na logomarca, delineia-se com um dos grandes desafios a serem alcançados pelos Institutos Federais(pág. 105).

Além das mudanças da Identidade Visual a implementação dos Institutos Federais está associada ao conjunto de políticas do governo para a educação (Pacheco ver o ano).

Com a formação da Rede Federal o governo lança o plano de expansão, fortalecendo as unidades descentralizadas de ensino do antigo CEFET, agora campus da Pré-expansão da Rede Federal, localizados nos municípios de Barreiras, Eunápolis, Valença e Vitória da Conquista (Gomes, 2013).

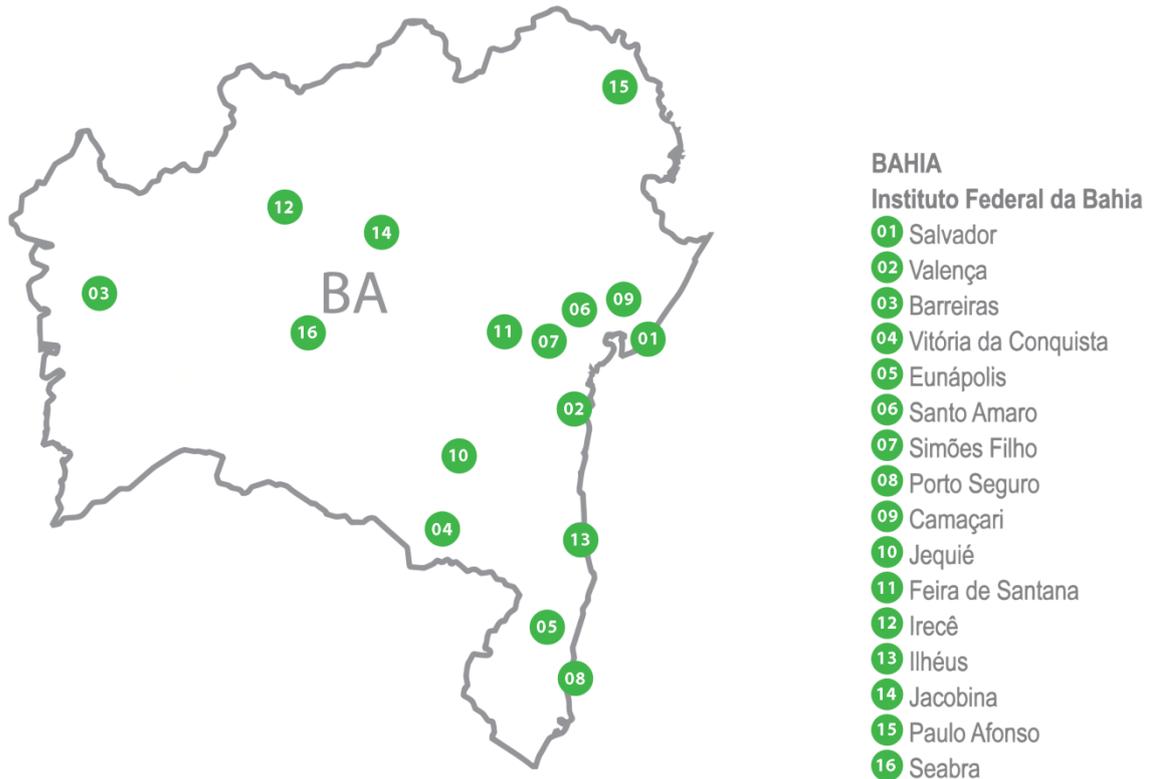


Conforme o Mec a expansão da Rede Federal consubstancia três dimensões: A primeira é social, sendo o atendimento aos municípios mais populosos e com baixa receita percapita, e com um percentual elevado de pobreza. Na segunda dimensão, a geográfica, pretende atender os municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas, com o intuito da interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Superior. Já a terceira dimensão, a de desenvolvimento, integra municípios com arranjos produtivos locais identificados, entorno de grandes investimentos.

Após a criação dos Institutos Federais em 2005, o Governo Federal, com um decreto presidencial, na gestão de Luis Inácio da Silva, implementa a expansão I abrangendo os municípios de Santo Amaro, Simões Filho, Porto Seguro e Camaçari (Gomes, 2013).



A expansão II é lançada com a chamada pública de propostas do MEC/SETEC nº 001/2007, para apoio ao Plano de Expansão da rede Federal. Nesse momento, o IFBA, foi incumbido de implantar mais sete escolas nos municípios de Paulo Afonso (prédios existiam, foram reformados e adaptados), Jequié, Irecê, Jacobina, Ilhéus, Feira de Santana e Seabra, os quais as edificações foram construídas em terrenos doados pelos municípios (Gomes, 2013).



De acordo com os normativos do relatório de avaliação dos Programas de Governo, em 16 de agosto de 2011 é anunciado pela presidente Dilma Rouseff a nova fase da expansão da Rede Federal de Educação Superior e tecnologia e Profissional. Proclamou novas escolas nas 27 unidades da Federação, com o critério de escolha dos municípios com mais de 50.000 habitantes e com Arranjos Produtivos Locais (APL), assim como, os que apresentam alto índice de extrema pobreza. A contrapartida dos municípios para garantir a construção dos *campi*, foi através da assinatura de um termo de compromisso entre o governo e os municípios, sendo que, a contrapartida municipal é a doação de terrenos para construção das novas escolas.

Desta forma, ao IFBA foi concedido a responsabilidade de construir os campi novos nos seguintes municípios baianos: Euclides da Cunha, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro e Lauro de Freitas (Coninf, 2011).



1.3 Missão

“Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”.

1.4 Visão

Transformar o IFBA numa Instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no País, estimulando o desenvolvimento do sujeito crítico, ampliando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua atuação na pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação tecnológica (IFBA, 2013, p.27).

1.5 Finalidades e Objetivos

As finalidades e características do IFBA como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, estão delimitadas na legislação específica que cria a Rede Federal e os Institutos Federais, qual seja a Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. São elas:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL,2008).

Com relação aos objetivos do IFBA tem-se no artigo 7º da referida lei:

- I. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. Ministrando em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia; cursos de licenciatura; cursos de bacharelado e engenharia; cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização; cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado (BRASIL, 2008).

1.5 1 Objetivos

1.5.1.1 Objetivos do Ensino

- Organizar e planejar, com foco nos elementos pedagógicos, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Orientar a implantação e a modernização de espaços de ensino e aprendizagem, levando em consideração a qualidade dos mesmos, bem como atender à demanda dos cursos, da pesquisa e da extensão e ao avanço tecnológico, científico e cultural das regiões. Os espaços implantados devem oferecer condições adequadas ao trabalho pedagógico, e de pesquisa e extensão, necessidades educacionais específicas, climáticas e de infraestrutura adequadas ao trabalho pedagógico, e de pesquisa e extensão.
- Criar mecanismos para redução da evasão e retenção, com estímulo à permanência e êxito;
- Orientar a adequação dos espaços escolares às necessidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Garantir os tempos necessários e a adequação metodológica das atividades escolares dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Possibilitar a capacitação dos servidores para o desenvolvimento das atividades acadêmicas voltadas às pessoas com necessidades específicas;
- Manter as ações que promovem o ingresso de estudantes oriundos de segmentos sócio-econômicos em vulnerabilidade social, grupos historicamente excluídos e pessoas com necessidades específicas.

- Ampliar as ações voltadas para a permanência de estudantes oriundos de segmentos sócio-econômicos em vulnerabilidade social, grupos historicamente excluídos e pessoas com necessidades específicas.

1.5.2 Metas de Ensino

- Revisar as Normas Acadêmicas da Educação Profissional de Nível Médio e do Ensino Superior, adequando-as ao Projeto Pedagógico Institucional no ano de 2014.
- Elaborar, em 2014, normatização para criação, alteração, suspensão de oferta e extinção de cursos;
- Incentivar a adequação de todos os planos de curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio à Resolução CNE /CEB nº 06/2012 até o ano de 2016;
- Solicitar, a partir do segundo semestre de 2014, estudos sistemáticos das demandas regionais em todas as localidades nas quais o IFBA esteja presente ou venha a implantar novo campus ou Núcleo Avançado para orientar a criação de novos cursos e avaliação da viabilidade daqueles já existentes em 2015.
- Propor uma normatização que institua indicadores de qualidade do processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento de uma Política de Avaliação, em 2016.
- Implantação do Departamento de Permanência e Assistência Estudantil na Pró-Reitoria de Ensino no segundo semestre de 2014.
- Criar programas que promovam a construção de conhecimentos fundamentais para os alunos ingressantes no Instituto, em todas as modalidades e formas de ensino entre 2014 e 2016;
- Normatizar as possibilidades de atendimento especializado voltado para as pessoas com necessidades específicas e acompanhar a implementação dessas normas, a partir de 2015;
- Implantar, até 2016, os NAPNEs nos campi ;
- Fazer levantamento dos profissionais que possuem formação adequada para mediação no curso de capacitação dos servidores para atendimento das pessoas com necessidades específicas – em 2016;

- Elaborar uma proposta de curso de capacitação dos servidores para atendimento das pessoas com necessidades específicas e recomendar a execução pela Diretoria de Gestão de Pessoas - em 2017;
- Intensificar as ações de divulgação do Processo Seletivo junto ao público oriundo de segmentos socioeconômicos em vulnerabilidade social, grupos historicamente excluídos e pessoas com necessidades específicas, a fim de ampliar o número de matrículas desse público em 20%, ao longo de dois anos (2014 e 2015).
 - Implementar a Política de Assistência Estudantil em 2014.
 - Implantar um sistema acadêmico unificado em todos os campi e na Reitoria, em 2014.
 - Garantir que 100% dos diplomas sejam emitidos em conformidade com os padrões estabelecidos pelo IFBA até 2014.
 - Orientar os campi para que garantam a estrutura mínima de funcionamento dos setores de registros acadêmicos até 2016.
 - Garantir a estrutura física e de servidores para o Departamento de Seleção de Alunos em 2014.

1.5.3 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

1.5.3.1 Objetivos PRPGI

- Proporcionar a dissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- Desenvolver a curiosidade e o perfil investigativo em práticas escolares que potencializem o pensamento crítico e autônomo;
- Estimular as atividades criadoras e estender seus benefícios à comunidade, promovendo desenvolvimento tecnológico, social, econômico, cultural, político e ambiental;
- Consolidar a pesquisa em áreas que conduzam a programas de pós-graduação *stricto sensu*, garantindo a verticalidade;
- Difundir o conhecimento científico e tecnológico por meio de eventos e publicações científicas;

- Estimular a pesquisa interinstitucional e intercampi, fortalecendo a parceria com entidades e órgãos financiadores;
- Estimular pesquisas aplicadas, visando ao empreendedorismo, ao cooperativismo, ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas;
- Difundir a cultura sobre Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica;
- Fomentar e fortalecer as parcerias do IFBA com órgãos governamentais, empresas e sociedade;
- Acompanhar o processo dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IFBA.

Apoiar e acompanhar a transferência de tecnologia e a exploração econômicas de inovações;

1.5.3.2 Metas PRPGI

(PRPGI inserir)

1.5.4 Extensão

1.5.4.1 Objetivos da Extensão

As atividades de extensão da IFBA são desenvolvidas com os seguintes objetivos:

- Reafirmar a extensão como processo acadêmico indispensável à formação do estudante, à qualificação do corpo técnico/docente e ao intercâmbio com a sociedade;
- Estruturar, desenvolver, implementar, avaliar e reavaliar sistemática e periodicamente projetos e programas multi, inter ou transdisciplinar e interprofissional;
- Propiciar ao estudante o acesso a atividades que contribuam para a sua formação artístico, cultural, ética e para o desenvolvimento do senso crítico, da cidadania e da responsabilidade social;

- Propiciar à sociedade o acesso ao IFBA, por meio de cursos de extensão, da prestação de serviços da participação em eventos culturais e artísticos ou outras atividades que garantam os objetivos da Instituição e o atendimento das necessidades do desenvolvimento sustentável regional;
- Complementar a relação IFBA/Sociedade por meio da democratização do saber acadêmico e pelo estabelecimento de um processo contínuo de debates, fomento de ideias e vivências;
- Estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre a extensão e as atividades de ensino e pesquisa;
- Viabilizar ações, projetos e programas de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico de extensão, como também de ensino e de pesquisa;
- Incentivar ações permanentes voltadas para a formação inicial e continuada de profissionais, considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais, estaduais e federais, bem como no âmbito da iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos.

1.5.4.2 Dimensões operativas da extensão tecnológica

Partindo do levantamento realizado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional Ciência Tecnologia – FORPROEXT identificou-se a necessidade em construir novos parâmetros que orientam o fazer acadêmico da extensão tecnológica., na qual foram propostas dimensões operativas que transversalizam as áreas do conhecimento e os eixos tecnológicos organizadas a partir do conjunto de ações desenvolvidas pela ao longo dos 100 anos de história da Rede EPCT, descritas a seguir:

Desenvolvimento Tecnológico: projetos de pesquisa aplicada no desenvolvimento e aperfeiçoamento tecnológico de produtos, processos bem como a prestação de serviços em parceria com instituições públicas ou privadas nacionais e internacionais com interface de aplicação no mundo produtivo.

Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a

população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, relações etno-raciais, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

Estágio e Emprego: Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização pedagógica e administrativa dos mesmos.

Cursos de Extensão ou Formação Inicial e Continuada FIC: Ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância planejado para atender demandas da sociedade, visando o desenvolvimento a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.

Projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos:

Compreende ações referentes a eventos técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.

Visitas Técnicas: atividade educacional supervisionada cujo objetivo principal é promover uma maior interação dos estudantes das diversas áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

Empreendedorismo e Associativismo: difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas de empreendedorismo e associativismo, com ênfase no cooperativismo, por meio de programas institucionais.

Acompanhamento de egressos: Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

1.5.4.3 Organização das atividades de extensão

- As atividades de extensão serão desenvolvidas com um caráter comunitário, incluindo atividades de divulgação artística, esportivo, cultural, científica e tecnológica, remuneradas ou não, de iniciativa da Instituição, do técnico ou do docente, compreendendo:
- Elaboração, coordenação ou aula em cursos de educação continuada aprovada pela Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX) de forma articulada com a Diretoria de Ensino;
- Coordenação ou participação como membro de programa/projeto de extensão institucional apoiado pelo IFBA (comunitário, cultural, esportivo ou similar);
- Participação em projeto de extensão financiado por órgão público ou privado;
- Orientação de estagiários/bolsistas em projeto de extensão registrados na COPEX em consonância com a Diretoria de Ensino;
- Coordenação ou participação como membro de comissão técnica ou de programa de eventos técnico-científicos comprovados pela COPEX em cooperação com a Diretoria de Ensino;
- Outras atividades correlatas de interesse institucional e autorizadas pela Coordenação de Curso, Departamento e/ou órgão competente;
- As atividades de Extensão, implementadas como cursos de educação continuada, poderão ser computadas como aulas, quando condizentes com os quantitativos referenciais de aulas semanais dos cursos regulares, e deverão ser autorizadas pelo Diretor de Ensino.
- As Atividades de Extensão, propostas por iniciativa do docente, deverão ser avaliadas pelo conselho de curso.

1.5.5 Gestão

1.5.5.1 Objetivos da Gestão

- Estabelecer o planejamento participativo anual com todos os segmentos da Instituição para definir as atividades da gestão, com tratamento igualitário para todos os setores;
- Assegurar os espaços de atuação das entidades representativas dos estudantes e servidores;
- Adotar o orçamento participativo como requisito primordial para o desenvolvimento das condições que garantam um ensino de qualidade;
- Criar, manter e aperfeiçoar o serviço médico, odontológico e de enfermagem, com qualidade, em todos os *campi* durante os três turnos;
- Manter ciclos periódicos de avaliação institucional;
- Manter ciclos periódicos de avaliação de desempenho dos servidores;
- Reafirmar as políticas de atendimento aos estudantes aumentando o número de bolsas de iniciação científica, de extensão e de estágio;
- Garantir assistência psicossocial à comunidade interna do IFBA;
- Divulgar o orçamento executado, anualmente, por campus, detalhando a captação e aplicação de recursos por setores da instituição;
- Promover o desenvolvimento profissional dos servidores docentes e técnico administrativos, mediante a valorização e a capacitação dos mesmos;
- Estabelecer uma Política de Capacitação e Desenvolvimento Pessoal dos Servidores;
- Criar uma Política de Diversidade e Inclusão.

1.5.5.2 Metas da Gestão

(Gestão inserir)

Áreas de Atuação Acadêmica

O IFBA tem como áreas de atuação institucionalizadas a Educação Profissional e Tecnológica contemplando o Ensino Superior e o Ensino Técnico, a Pós- Graduação, nas modalidades lato e stricto sensu, a Pesquisa e Inovação, com ênfase na área Tecnológica e a Extensão.

1.6 Inserção Regional

O IFBA está localizado na Bahia, quinto estado do país em extensão territorial, correspondente a 36,34% da Região Nordeste (IBGE, 2004)². Em 2010, contará com população de 14.016.906 habitantes (SEI, 2005) que habitam 417 municípios. Dentre eles, estão distribuídos os *campi* do Instituto.

O IFBA é multicampi por definição já expressa na Lei de criação dos Institutos Federais – Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A sua primeira localização geográfica é registrada em Salvador, provisoriamente no Pelourinho, posteriormente passou para o Largo dos Aflitos e em 1926 teve sua sede inaugurada no Barbalho (Gomes, 2013)

Após sucessivas mudanças nas concepções de educação profissional e nas políticas públicas que nortearam tais práticas educativas, a instituição transformou por várias vezes a sua estrutura, finalidades e, inclusive, nomenclatura, chegando à condição de Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, o CEFET – BA, através da promulgação da Lei nº 8711, de 28 de setembro de 1993. O CEFET-BA expandiu-se e, em 1994, criou as UNEDs - Unidades de Ensino Descentralizadas.

A fim de expandir a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica o MEC implantou o Plano de Expansão em 2005 previsto para findar em 2014.

Através do objetivo do Governo Federal em levar a educação técnica, tecnológica para a população, a qual está inserida em regiões que apresentam municípios populosos e com baixa receita per capita promovendo o desenvolvimento social, regional nas localidades aonde apresentam os Institutos Federais. Assim,

² http://www.sei.ba.gov.br/images/bahia_sintese/bahia_numeros/mapas/branorba_bs.pdf

segue a baixo os olhares de cada câmpus sobre a inserção regional no território baiano.

1.6.1 Câmpus Barreiras

A Região Oeste da Bahia fica à margem esquerda do Rio São Francisco, banhada pelas bacias dos rios Grande, Preto, Corrente e Carinhanha, formada por 29 rios perenes. Geograficamente está inserida na região mais rica em recursos hídricos do Nordeste Brasileiro. Graças a esta privilegiada bacia hidrográfica, à topografia plana e ao clima com duas estações bem definidas (seca e chuvosa), foi possível a expansão das lavouras de sequeiro e a implantação dos projetos de irrigação, especialmente nos municípios de Barreiras e São Desidério. O Oeste da Bahia é composto por 23 municípios, rodeado de uma vegetação típica do cerrado, com solos originalmente arenosos e baixa fertilidade, mas com o avanço tecnológico da agricultura, cresceu muito em produtividade. Barreiras possui 16,2 milhões de hectares em área total, o Oeste Baiano possui 9,1 milhões de hectares de bioma cerrado, dos quais 1,9 milhão destinam-se a reservas legais e 1,7 milhão a preservação permanente. Com possibilidade de uso agrícola, há um total de 5,5 milhões de ha, com boa pluviosidade em 4,6 milhões de ha.

A cidade de Barreiras conhecida nacionalmente pela força econômica na produção de grãos, no comércio e ofertas de serviços, é um importante pólo agropecuário e o principal centro urbano, político, educacional, tecnológico econômico, turístico e cultural da Região Oeste da Bahia. As condições de clima, solo e luminosidade do Oeste da Bahia favoreceram o desenvolvimento de um *mix* diversificado de culturas, que têm como âncoras a soja, o algodão, o milho e o café irrigado. Mas, ainda há outras culturas como feijão, sorgo, capim, arroz, frutas e pecuária, que vêm ganhando espaço, graças à grande aptidão local.

A safra 2012/2013 foi marcada por novo avanço de área agrícola, alcançando 2,251 milhões hectares, cerca de 10,5% superior à safra 2011/12, que havia registrado 2,037 milhões de hectares.

As principais culturas que compuseram a área plantada nas condições de sequeiro e irrigado nesta safra, foram a Soja (1,285 milhões ha), Algodão (256,1 mil ha) e Milho (248,0 mil ha). Também fazem parte da matriz produtiva do Oeste outras

culturas que somadas, alcançam cerca de 374 mil ha, correspondentes a 16,8% da área total. São elas: Arroz, Feijão (Pérola), Feijão Vigna (gurutuba), Capim, Sorgo, Café, Eucalipto e áreas em pousio (AIBA, 2013).

No eixo educacional, o município conta com 44 estabelecimentos de educação pré-escolar e alfabetização, 128 de Ensino Fundamental, 16 de Ensino Médio, 01 Universidade Federal, 01 Universidade Estadual, um Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, além de várias unidades de ensino superior da rede particular.

A cidade de Barreiras desfruta de um destaque regional em virtude de sua localização geográfica e potencial econômico. Conquistou a sua posição de METRÓPOLE REGIONAL, e se confirma como referência para a região oeste da Bahia.

1.6.2 Câmpus Brumado

(O câmpus não enviou as informações)

1.6.3 Câmpus Camaçari

Do ponto de vista histórico, a cidade de Camaçari começou a surgir às margens do Rio Joanes, em 1558, com a formação da Aldeia do Divino Espírito Santo, pelos jesuítas João Gonçalves e Antônio Rodrigues. Em seguida, instalou-se a Companhia de Jesus, espaço para catequização dos índios tupinambás que viviam na região.

Em 1624, a Aldeia do Divino Espírito Santo desempenhou um papel importante na expulsão dos holandeses que chegaram à Bahia, sob a liderança do bispo D. Marcos Teixeira. Várias autoridades foram acolhidas na vila e organizaram as tropas de resistência, juntamente com os índios, expulsando, um ano depois, os invasores.

A emancipação da cidade Camaçari ocorreu em 28 de setembro de 1758, por meio de decreto do Marquês de Pombal, que alterou o nome do povoado para Vila de Nova Abrantes do Espírito Santo, que depois passou a ser denominada de Vila de Abrantes, e expulsou os jesuítas que viviam na região.

Mas foi em 1920 que o distrito de Camaçari foi criado, desmembrado de Abrantes. O então governador Francisco Marques de Góes Calmon muda a sede do município de Abrantes para Camaçari, que passa a ser vila. Cinco anos depois, passa a se chamar Montenegro, em homenagem ao desembargador.

Finalmente, em 1938, o município é chamado de Camaçari, através do decreto 10.724, de 30 de março. O nome, que inicialmente se escrevia Camassary, tem origem tupi-guarani. O significado é “árvore que chora”, devido às folhas ficarem cobertas de gotículas. Com o documento, o município ficou sendo formado pela sede e os distritos de Vila de Abrantes, Monte Gordo e Dias D'Ávila, este último emancipado em 1985³.

A cidade de Camaçari destaca-se como uma das mais promissoras do país, por causa de sua diversidade de riquezas naturais, econômicas, históricas e culturais. Com uma população de mais de 242.970 habitantes, sendo 231.973 pessoas formando a população urbana e 10.997 de moradores da zona rural (de acordo com censo do IBGE, realizado em 2010), e 785 km² de área, está estrategicamente situada a 41 km de Salvador, próxima ao porto de Aratu e ao Aeroporto Internacional de Salvador. Camaçari faz parte da Região Metropolitana de Salvador, limitando-se com os municípios de Mata de São João, Lauro de Freitas, Simões Filho e Dias D'Ávila. Fazem parte de Camaçari os distritos de Monte Gordo, Vila de Abrantes e Parafuso.

Do ponto de vista econômico, Camaçari é um dos mais ricos municípios do Nordeste, com uma economia baseada no Polo Industrial. Com centenas de empresas químicas, petroquímicas e de vários outros ramos de atividade, como indústrias automotivas, metalúrgicas, têxtil, de bebidas, entre outras, se constitui no maior complexo industrial do Hemisfério Sul. Tais cursos foram implantados de modo a atender uma grande demanda de mercado de profissionais qualificados nessas áreas, existente tanto nas empresas locais como na região metropolitana de Salvador, que abrigam um grande e promissor polo industrial. Apesar da existência de polos petroquímico, automobilístico, plástico e hoteleiro, os investimentos na cidade não param, a exemplo da implantação recente das fábricas de pneus Continental e Bridgestone Firestone, além de estarem em fase de instalação a Jac

³ <http://www.camacari.com.br/historia.php>

Motors, Foton Motors, Grupo Boticário, dentre outras. A participação de Camaçari no Produto Interno Bruto (PIB) baiano é superior a 30%. Possui o maior PIB da região Nordeste. Na composição do PIB de Camaçari, as atividades industriais respondem por aproximadamente 87% da geração de riquezas, cabendo às demais atividades os 13% restantes. A contribuição anual de ICMS é de cerca de 1 bilhão de reais e as exportações correspondem a 35% de tudo que o estado da Bahia comercializa.

Por outro lado, as belezas naturais de Camaçari impulsionam o turismo na região. Existe mais de 42 km de orla de praias paradisíacas, que abriga praias famosas como as de Jauá, Arembepe, Barra do Jacuípe, Guarajuba e Itacimirim. Além disso, várias áreas de preservação ambiental com reservas de Mata Atlântica, rios, lagos, lagoas, quedas d'água, dunas são encontradas na região. São mantidos, ainda, no município de Camaçari o Projeto Tamar, que visa à proteção de tartarugas marinhas, tubarões e outras espécies da vida marinha ameaçadas de extinção, o Parque das Dunas de Abrantes e o Mirante do Cruzeiro. As nascentes das quatro principais bacias hidrográficas, responsáveis pelo abastecimento de água de toda a Região Metropolitana de Salvador, encontram-se protegidas nessa região.

Todos esses fatores contribuíram para que o município de Camaçari se consolidasse como um local estratégico e privilegiado para implantação de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

1.6.4 Câmpus Eunápolis

Eunápolis é uma cidade da Região Extremo Sul da Bahia, situada a 16°37' de latitude S e a 39°58' de longitude W, a uns 180 m acima do nível do mar, 65 km do litoral, clima úmido a semi-úmido, temperatura média anual de 23,2°C, pluviosidade anual de 1.000 a 1.200 mm, 100.196 população de 2010 e população estimada para 2013 é de 110.803 (IBGE/2010), residindo 90% na zona urbana e dista 655 km de Salvador (capital).

A cidade emancipou-se de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália em 12 de maio de 1988. Antes, sua população orgulhava-se de morar no “maior povoado do mundo”.

O processo de urbanização deu-se mais intensamente a partir da década de 1970, tendo maior dinamicidade econômica com a implantação da BR 101. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (1998, p.41).

"A estrada impulsionou uma série de transformações na estrutura socioeconômica regional, que conduziram a uma inserção definitiva da região no conjunto da economia nacional".

A localização geográfica e o processo histórico de urbanização fazem de Eunápolis uma zona de oferta de serviços diversos (bancário, médico-hospitalar, educacional), atividades comerciais e industriais, especialmente as do ramo madeireiro.

Neste processo de transformação as pessoas vinham em busca de melhores condições de vida. No período de 1980-1990 houve um acelerado crescimento demográfico motivado, principalmente, por uma forte intensificação dos fluxos migratórios e não pelo crescimento vegetativo. Pessoas são atraídas das cidades circunvizinhas como: Itabela, Itagimirim, Guaratinga, Porto Seguro, Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Itapebi. A cidade também exerce atração sobre outros Estados (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) e sobre a Região Litoral Sul após o declínio da lavoura cacaueteira (idem, p. 48-49).

Por localizar-se em uma zona estratégica entre Porto Seguro, grande pólo turístico da Bahia, e a BR 101, houve um grande incremento na oferta de bens e serviços diversos e facilidade de acesso às pessoas de fora.

Por outro lado, atrair um elevado contingente migratório sem uma adequada infra-estrutura urbana provocou um desequilíbrio na demanda e oferta de serviços à população. Segundo estudos da CAR:

O acelerado crescimento das cidades de Teixeira de Freitas e Eunápolis e a posição estratégica que ocupam o eixo da BR 101 transformaram-nas em importantes centros de oferta de bens e serviços e num pólo atrativo para inúmeros desempregados que a elas acorrem, de diversas regiões do Estado e do País, em busca de um meio de vida. A concentração nessas cidades de um contingente de desempregados e subempregados, vivendo dos mais variados serviços e em condições extremamente precárias, tem repercutido sobre os serviços públicos, aumentando significativamente, a carência de habitação, de esgotamento sanitário, de abastecimento d'água, de energia elétrica, de saúde e educação. (CAR, 1994, p.59).

1.6.5 Câmpus Feira de Santana

O câmpus do IFBA de Feira de Santana fica localizado na cidade de mesmo nome e funciona efetivamente desde março de 2012, com a entrada das primeiras

turmas de alunos nos cursos Integrados de Edificações e Eletrotécnica, sendo duas turmas em cada curso, duas turmas no curso Subsequente de Eletrotécnica e duas turmas no curso Subsequente em Informática.

Esse câmpus está dentro de um território de identidade da Bahia chamado de Portal do Sertão, que abrange as cidades de Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Candeal, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santanópolis, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Serra Preta, formando a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), de acordo com Lei Complementar Estadual nº 35 (LCE 35/2011), de 6 de julho de 2011, e que entrou em vigor a partir do dia 7 de julho do mesmo ano.

A cidade é sede da Região Metropolitana de Feira de Santana e da Microrregião de Feira de Santana, que possui 12.602,610 km², e está dentre as microrregiões de tamanho médio para o estado – entre 10.000 e 20.000 km² – sendo a 13ª maior microrregião, de um total de 32 nas quais a maior é a microrregião de Juazeiro, com 55.830,454 km². A microrregião de Feira de Santana é 3ª mais populosa do estado, atrás das microrregiões de Santo Antônio de Jesus e Salvador, e é, também, a microrregião com o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, R\$ 10.028.6.21.000,00, e com um PIB *per capita* de 5.112,52 (IBGE- 2011).

Esses indicadores sociais refletem o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Microrregião, com um IDH Global de 0,608, e indicadores de renda (IDH renda) e educação (IDH-educação) de 0,584 e 0,499, respectivamente. Tamanha desigualdade social é constatada pela discrepância dos índices relativos à renda e à educação, que ainda provocam grande mobilidade dos habitantes das cidades circunvizinhas para a sede, Feira de Santana, em busca de educação, tratamento de saúde e postos de trabalho temporários ou permanentes. A cidade possui pouco mais de 600.000 habitantes (606.139, de acordo com estimativas do senso IBGE 2013), e conta com uma população sazonal em torno de 400.000 pessoas.

O município de Feira de Santana está localizado na zona de planície entre o recôncavo baiano e os tabuleiros semi-áridos do nordeste baiano, sendo estratégico para o desenvolvimento de toda a região. A cidade encontra-se em um dos

principais entroncamentos de rodovias do Nordeste brasileiro, onde ocorre o encontro das BRs 101, 116 e 324, funcionando como ponto de passagem para o tráfego que vem do Sul e do Centro Oeste, e dirige-se para Salvador e outras importantes cidades e capitais nordestinas. Graças a esta posição privilegiada e à distância relativamente pequena de Salvador, possui um importante e diversificado setor de comércio e serviços, além de indústrias de transformação.

Essas indústrias ficam localizadas no Centro Industrial do Subaé (CIS). O CIS é um dos parques industriais com maior índice de crescimento do estado da Bahia. Atualmente, encontra-se em fase de expansão para o setor Subaé Norte, localizado na BR 116 Norte, e com forte tendência para a formação de uma área industrial única entre os municípios de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, cidade da RMFS que vem apresentando importante desenvolvimento no setor industrial. O CIS é tecnicamente dividido em 3 setores, o setor Tomba, nome de um bairro de Feira de Santana, o setor 324, que fica na saída da BR 324, no sentido Feira de Santana-Salvador, e o setor São Gonçalo dos Campos.

Das 129 indústrias implantadas no CIS até fevereiro de 2014, 71 ficam localizadas no bairro Tomba, 48 estão localizadas próximo à BR 324, e 4 estão no município de São Gonçalo dos Campos, que pertence a RMFS e faz parte do CIS.

Os principais setores industriais implantados no CIS são:

- Fabricação de produtos alimentícios e bebidas – 31 indústrias;
- Confecção de artigos de vestuário e acessórios – 02 indústrias;
- Fabricação de celulose, papel e produtos de papel – 06 Indústrias;
- Extração de minerais não metálicos – 02 indústrias;
- Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados - 02 indústrias;
- Metalúrgica básica – 10 indústrias;
- Construção – 02 indústrias;
- Fabricação de artigos de borracha e plástico – 09 indústrias;
- Fabricação de produtos químicos – 15 indústrias;
- Fabricação de produtos diversos – 05 indústrias;
- Fabricação de produtos têxteis – 01 indústria;
- Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias – 07 indústrias;

- Fabricação de produtos de minerais não metálicos – 06 indústrias;
- Fabricação de produtos de madeira – 05 indústrias;
- Extração de pedra, areia e argila – 02 indústrias;
- Fabricação de móveis – 07 indústrias;
- Reciclagem – 04 indústrias;
- Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos – 04 indústrias;
- Fabricação de outros equipamentos de transporte – 01 indústria;
- Outras formas de produção de derivados de petróleo - 01 indústria;
- Fabricação de máquinas e equipamentos – 02 indústrias;
- Edição, impressão e reprodução de gravações - 01 indústria;
- Fabricação de máquinas, aparelhos e material elétrico - 01 indústria;

A cidade, que teve sua origem enquanto entroncamento de boiadas na Fazenda Santana dos Olhos D'água é, atualmente, um dos principais pólos de comércio, serviços, educação e indústria da região, além de importante pólo logístico para o Brasil por sua localização geográfica privilegiada, afinal, por Feira de Santana cruzam dois dos principais eixos do modal rodoviário do país. Hoje, Feira de Santana convive com o cenário desafiador de crescer frente às desigualdades sociais – baixos IDH de renda e educação *versus* grande expansão comercial e industrial – e de se afirmar culturalmente enquanto território do Portal do Sertão.

1.6.6 Câmpus Ilhéus

(O câmpus não enviou as informações)

1.6.7 Câmpus Irecê

(O câmpus não enviou as informações)

1.6.8 Câmpus Jacobina

(O câmpus não enviou as informações)

1.6.9 Câmpus Jequié

O IFBA Campus Jequié está localizado na Rua Jean Torres, s/n, Lot. Cidade Nova, Bairro John Keneddy, no município de Jequié, no sudoeste da Bahia, na zona limítrofe entre a caatinga e a zona da mata. Jequié é conhecida por seu clima quente. Cercada de montanhas. A cidade é rica em minério de Ferro, a pecuária e a agricultura foram à base de todo desenvolvimento desta região. Outro fator importante na economia do município é o Poliduto de derivados de petróleo e álcool, que proporcionou a implantação das bases de distribuição das maiores empresas do setor, tendo Jequié à condição de principal centro de distribuição de derivados de petróleo indo até parte de Minas Gerais e Espírito Santo. O comércio da cidade é bem diversificado e absorve boa parte das pessoas empregadas. O município tem uma posição estratégica na microrregião e é responsável por parte de seu abastecimento.

O IFBA Jequié foi inaugurado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, no final do ano de 2010, em solenidade que contou com a participação do atual Diretor Geral e da Reitora, de ministros e outras autoridades. Assim, o Campus Jequié teve suas atividades acadêmicas iniciadas em 21 de março de 2011 e, atualmente, com três anos de funcionamento, já desenvolve projetos representativos para a comunidade e aloca cerca de 600 estudantes regulares, nos turnos matutino, vespertino e noturno, nos Cursos de Eletromecânica e Informática, modalidades Integrado e Subsequente.

O IFBA Campus Jequié foi construído em um terreno doado pelo empresário Dorival Andrade, localizado no loteamento Cidade Nova, numa área de 40 mil metros quadrados, com recursos do Governo Federal e apoio da Prefeitura Municipal, sobretudo na pavimentação do local.

Desta forma, a vinda do IFBA para Jequié representou uma grande conquista para a cidade e região circunvizinha. Foi fruto de muitas audiências públicas e esforços múltiplos de autoridades locais, cidadãos conscientes da importância da Educação, Ciência e Tecnologia trazida pelo Instituto para a região e de sua Reitora, prof^a. Aurina Oliveira Santana.

1.6.10 Câmpus Paulo Afonso

O Município de Paulo Afonso está inserido no Território Itaparica - BA/PE que abrange uma área de 21.806,30 Km² e é composto por 13 municípios, a saber, Belém de São Francisco, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia, Carnaubeira da Penha, Tacaratu, Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas.

A população total do território é de 301.355 habitantes, dos quais 106.851 vivem na área rural, o que corresponde a 35,46% do total. Possui 16.494 agricultores familiares, 2.564 famílias assentadas, 9 comunidades quilombolas e 17 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,67.

O Município de Paulo Afonso também integra a região geográfica denominada Nordeste do Estado da Bahia junto com os municípios que constituem o Território de Cidadania Semiárido Nordeste II – BA. Este Território de Cidadania abrange uma área de 16.056,70 Km² e é composto por 18 municípios, a saber, Antas, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Adustina, Banzaê, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga e Sítio do Quinto.

A população total do território é de 407.964 habitantes, dos quais 224.676 vivem na área rural, o que corresponde a 55,07% do total. Possui 55.761 agricultores familiares, 668 famílias assentadas, 3 comunidades quilombolas e 3 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,58. (<http://sit.mda.gov.br>).

Paulo Afonso, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/2013, possui uma população estimada em 117.377, ocupa um território de 1.579,722 km² e uma densidade demográfica 68,62 hab/km².

“O atual Município de Paulo Afonso, nos primórdios do século XVIII, foi habitado por bandeirantes portugueses que, chefiados por Garcia d’Ávila, subiram o Rio São Francisco e atingiram as terras onde hoje está localizada a Cidade”. Seduzidos pela abundância de água e imensidão dos campos muitos se deixaram ficar. Encontrando os pacíficos índios Mariquitas e Pancarús, com eles dedicaram-se à lavoura e a criação de gado, embora desde meados de 1705, padres católicos tivessem iniciado a catequese dos silvícolas, principalmente com intuito de evitar que fossem explorados pelos bandeirantes.

Em 3 de outubro de 1725, o sertanista Paulo Viveiros Afonso recebeu, por alvará, uma sesmaria medindo três léguas de comprimento por uma de largura. Situada na margem esquerda do rio São Francisco, abrangia as terras alagoanas da Cachoeira, conhecida, então, como "Sumidouro". Não se conformando com a área

que recebeu, o donatário ocupou, além das ilhas fronteiras (entre as quais a da Barroca ou Tapera), as terras baianas existentes na margem direita, onde construiu um arraial que, posteriormente, se transformou na Tapera de Paulo Afonso. A localidade, procurada como pouso de boiadas, começou a exigir desenvolvimento comercial que atendesse à solicitação de gêneros, por parte, não só dos adventícios, como da população local. O lugarejo já era expressivo núcleo demográfico do município de Glória, quando o Governo Federal, em 15 de março de 1948, criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com a finalidade de aproveitar a energia da Cachoeira de Paulo Afonso. O acampamento de obras localizou-se nas terras da Fazenda Forquilha. Em torno das instalações da Usina cresceu a Cidade.

Foi Delmiro Gouveia o pioneiro que, em 26 de janeiro de 1913, inaugurou uma pequena usina de 1.500 HP, hoje paralisada e fez transportar energia elétrica de Paulo Afonso para a localidade de Pedra, atual Cidade de Delmiro Gouveia, sede do município de igual nome, desmembrado do de Água Branca, em Alagoas.

A principal característica de Paulo Afonso é ter sido a primeira usina subterrânea instalada no Brasil, suas turbinas encontram-se a mais de 80 metros abaixo do nível do rio São Francisco.

No que tange à formação administrativa, Paulo Afonso passou a Distrito do Município de Glória pela Lei Estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, tendo sua instalação se verificado em 24 de setembro do ano seguinte.

Em 28 de julho de 1958, a Lei Estadual n.º 1.012 dá ao Distrito de Paulo Afonso autonomia política tornando-o município. Paulo Afonso pertence ao Bioma Caatinga, possui maioria absoluta da população de mulheres (56.426 pessoas do sexo feminino e 51.970 do sexo masculino) e no que tange a religião a grande maioria da população se declara católica.

1.6.11 Câmpus Porto Seguro

O Campus de Porto Seguro está sediado no Município de Porto Seguro que possui uma população de 126.770 habitantes (IBGE - Censo 2012) e área territorial de 2.408,327km². Oficialmente, seu funcionamento é autorizado por meio da Portaria

Nº 1981 de 18 de dezembro de 2006 do Ministério da Educação publicada no Diário Oficial da União - DOU no dia 19 de dezembro de 2006. O Instituto abriu as portas para a comunidade portosegurense oferecendo cursos que visam o atendimento aos arranjos produtivos locais, com características notadamente turísticas.

O município conta com aproximadamente 35 mil leitos, distribuídos em 600 hotéis e pousadas que compõem o parque hoteleiro, ocupando o terceiro lugar no ranking nacional e primeiro do Nordeste em número de leitos. A cidade ainda possui cerca de 900 restaurantes, pizzarias, bares, sorveterias e lanchonetes. Foi observado que o Extremo Sul da Bahia, além de ser a maior região produtora de mamão do país, outras frutíferas são cultivadas, embora haja o desenvolvimento de atividades associadas à pesca, pecuária e ao reflorestamento, inclusive com a presença das indústrias de celulose. Chega-se a conclusão que há um enorme potencial para a produção de alimentos podendo ser avaliada e explorada de maneira sustentável.

Os dados apresentados favoreceu a escolha dos cursos na área de alimentos e informática em virtude da necessidade de qualificar técnicos para a prestação de serviços ao turismo e comércio.

A implementação do Curso Técnico em Biocombustível surge em função, dentre outras coisas, das discussões sobre a necessidade da produção de energias renováveis e da disponibilidade de áreas agrícolas na região para implantação e ampliação das culturas oleaginosas e cana de açúcar. A efetivação do Programa de Bioenergia da Bahia (BAHIABIO) contribuiu de forma decisiva para a implantação do curso, visando o atendimento à promessa de instalação de um parque de geração de energia com capacidade para gerar cerca de 864MW na região Extremo Sul, exigindo para isso, técnicos qualificados.

Ainda com foco no desenvolvimento regional, o campus Porto Seguro atende a população indígena da região sul e extremo-sul da Bahia de forma inédita no âmbito dos Institutos Federais, oferecendo o curso de nível superior em Licenciatura Intercultural Indígena com o objetivo de formar professores indígenas que já atuam e os que atuarão na Educação Escolar Indígena.

Em 2011, abrem-se mais dois importantes cursos para suprir a carência de formação de professores na região: Licenciatura em Química e Licenciatura em Informática fechando, portanto, o quadro de ofertas do Campus.

1.6.12 Câmpus Salvador

(O câmpus não enviou as informações)

1.6.13 Câmpus Santo Amaro

A formação histórica da cidade de Santo Amaro começa a partir de um pequeno povoado que se estabeleceu às margens do rio Traripe, em 1.557, e nas proximidades do mar. Os primeiros colonizadores construíram habitações, estabelecimentos comerciais e uma capela, tendo o rio e o mar como fontes de subsistência. Um incidente trágico, que resultou na morte de um jesuíta, levou os primeiros colonizadores a mudarem para um local próximo, edificando uma nova capela, sob a invocação de Santo Amaro, desenvolvendo a cidade nesta localidade.

A formação administrativa do município origina-se pela transformação de sesmaria a distrito em 1608, passando a Município, a 5 de janeiro de 1727, com a denominação de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro. A Comarca foi criada pela Resolução do Conselho do Governo, em 9 de maio de 1833. Em 13 de março de 1837, a Sede Municipal recebeu foros de Cidade em virtude da Lei Provincial nº 43. Desde então, o município sofreu várias alterações territoriais e administrativas. A jurisdição administrativa do Município abrange atualmente uma sede – Santo Amaro –, e os distritos Acupe e Oliveira dos Campinhos, além

de alguns povoados. Apesar de ser conhecido popularmente como Santo Amaro da Purificação, oficialmente a denominação do município é Santo Amaro.

É fundamental ressaltar o forte apelo cultural, histórico e artístico do município, não por ser a cidade natal de grandes personalidades, mas pela forte influência do povo negro nesta região, que desde o período colonial absorveu boa parte da influenciou de maneira

significativa a cultura local. Santo Amaro tem ainda grandes grupos culturais, como Samba de Roda, Capoeira, Maculelê, Nego Fugido, Lindo Amor, Terno de Reis, além de compositores e cantores anônimos ou pouco conhecidos na Bahia e no Brasil. Na cidade há ainda belas atrações naturais como cachoeiras e grutas, praia fluvial, como algumas construções históricas, principalmente igrejas.

1.6.14 Câmpus Seabra

(O câmpus não enviou as informações)

1.6.15 Câmpus Simões Filho

(O câmpus não enviou as informações)

1.6.16 Câmpus Valença

(O câmpus não enviou as informações)

1.6.17 Vitória da Conquista

A história do município de Vitória da Conquista tem início em 1752, com a chegada dos primeiros contingentes de colonos à região, muitos dos quais como representantes do poder público, com funções militares por este conferida e com incumbências específicas, dentre as quais as de estabelecer vias de comunicação entre o litoral e o sertão, com o propósito da administração colonial em manter seu domínio e explorar economicamente a região.

João Gonçalves da Costa nasceu em Chaves, Portugal, provavelmente em 1720. Iniciou muito cedo seu trabalho como bandeirante. Foi o esgotamento das minas de ouro de Rio de Contas e das Gerais que o levou a procurar novos pontos de exploração mineral. Embora não os tenha encontrado, o capitão-mor estabeleceu-se nesta região, ocupando-se da criação de gado e iniciando a fundação do arraial de Nossa Senhora da Vitória, ciente da privilegiada localização da área. Desde o seu nascedouro, no coração do intrépido desbravador, Conquista figurava-se como entreposto de regiões distintas, bem no meio do caminho entre Minas Gerais, os sertões baianos e o litoral. Realizava-se assim o desejo português de ocupar região de entreposto comercial no interior.

Em maio de 1840, através da Lei Provincial Nº 124, o então Arraial de Nossa Senhora da Vitória foi elevado a Vila, com o nome de Imperial Vila da Vitória, verificando-se sua instalação em 09 de novembro de 1840. A Imperial Vila da Vitória foi elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se simplesmente “Conquista”, pelo Ato Estadual de 01 de julho de 1891, sendo que em 1943, através da Lei Estadual nº 141, o nome do município foi definitivamente alterado.

Durante a década de 60, com a construção da BR-116, a cidade passa a registrar um processo de acelerado crescimento do seu núcleo populacional, evolução significativa da população urbana e diminuição do nível de crescimento da população rural, intensificado com a implantação da cafeicultura a partir de 1972, que funcionou como fator de atração de famílias de baixo poder aquisitivo, trabalhadores assalariados e pequenos agricultores das regiões próximas a Vitória da Conquista. Esses eventos foram responsáveis pela implantação de loteamentos, que, juntamente com a construção de conjuntos habitacionais populares, contribuíram para o desenvolvimento demográfico local.

Na hierarquização de cidades, Vitória da Conquista é considerada “Capital Regional”, polarizando uma mesoregião com aproximadamente 200 Km de raio, e um conjunto de cerca de 80 municípios, a maioria deles situados no Polígono da Seca e com população aproximada de 2 milhões de habitantes, representando 17% da população baiana. Localiza-se no centro do cruzamento Norte-Sul do País (BR-116) e no cruzamento Leste-Oeste do Estado da Bahia (BA-262), situada a 134 km da Ferrovia Centro-Atlântica, e a 276 Km do Porto e do aeroporto de Ilhéus, o que lhe possibilita enorme facilidade de se integrar aos modernos sistemas de transporte e acesso aos mais variados mercados consumidores estaduais e globais.

O município de Vitória da Conquista está localizado na microrregião do Planalto de Conquista, no Sudoeste da Bahia. Sua sede, situada nas encostas da Serra do Peri-Peri, está a 509 km da capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 14º 50' 53" de latitude Sul e 40º 50' 19" de longitude Oeste. Tem uma área de 3.743 Km², distribuída em 12 distritos: Sede, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, Bate-pé, Veredinha, Cercadinho, Cabeceira da Jiboia, Dantelândia, São Sebastião e São João da Vitória. O município limita-se com os municípios de Anagé, Belo Campo, Encruzilhada, Planalto, Barra do Choça, Cândido Sales, Itambé e Ribeirão do Largo. O mapa abaixo permite localizar o Município de Vitória da Conquista em um contexto global.

Vitória da Conquista está entre as 31 cidades nordestinas com população entre 100 e 500 mil habitantes, quase todas (exceto Juazeiro e Petrolina) exercem historicamente uma centralidade regional. Como pode ser verificado no mapa, a influência de Vitória da Conquista se dá mais fortemente para o interior do estado, e uma influência sobre os municípios circunvizinhos (distância média de 50 a 100 Km) em todas as direções. Segundo os critérios de espacialização, tendo por referência as características de produção do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Vitória da Conquista está localizado na microrregião de mesmo nome, sendo o mais importante dos 17 municípios da sua microrregião. Vitória da Conquista é o centro dinâmico de um território de identidade de mesmo nome. São 24 municípios integrantes do território: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.

População

De acordo com o censo de 2010, divulgado pelo IBGE, a população do Município de Vitória da Conquista chegou a 306.866 habitantes, com uma densidade demográfica de 90,11 habitantes por Km². O Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Vitória da Conquista, no ano de 2009, foi de R\$ 3.142.677.000,00. Segundo a SEI (2012), no mesmo ano, a cidade passou a ter o sexto PIB da Bahia, com participação de 2,29% no PIB do Estado. A frente de Vitória da Conquista, só estão: Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Feira de Santana e Candeias. Destaca-se, nessa participação, a referência para diversas cidades circunvizinhas nos setores de educação, saúde e, principalmente, no comércio, com grandes redes de varejo e atacado.

O crescimento da população em Vitória da Conquista deverá evoluir pela expansão da população urbana num ritmo mais acelerado do que a população total, embora a taxas de crescimento decrescentes, e a redução absoluta da população rural, mantendo a tendência dos últimos anos.

A população total por sua vez, terá um ritmo de crescimento menos acentuado, começando com taxas de 0,83% ao ano e chegando, em 2025, a 0,35% ao ano, como se pode observar no Quadro a seguir.

Taxas de crescimento Estimadas - 2005-2025

Anos	Urbana	Rural	Total
2000-2005	1,01%	-0,29%	0,83%
2005-2010	0,75%	-0,25%	0,63%
2010-2015	0,59%	-0,21%	0,50%
2015-2020	0,49%	-0,19%	0,42%
2020-2025	0,41%	-0,17%	0,35%

Fonte: UFC/Engenharia

Aspectos econômicos

O município de Vitória da Conquista tem nos serviços o setor dinâmico de sua atividade econômica. Os serviços representam 81,44% do valor adicionado à estrutura setorial, a indústria responde por 14,61% e a agropecuária apenas 3,94%. O Produto municipal, em 2009, foi estimado pela SEI (2011) em R\$ 3.142.680.000,00 (três bilhões, cento e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta mil reais), representando 2,29% do PIB estadual. O PIB per capita, em 2009, foi de R\$ 9.854,68, pouco acima do PIB per capita estadual e bem abaixo do nacional. Ao longo da década, entre 2001 e 2010, o produto municipal cresceu a uma média anual de 14,5%, e o PIB per capita a uma média de 14,2%. Em âmbito regional, o PIB de Vitória da Conquista representa 66% do produto de seu Território de Identidade 28.

Vitória da Conquista apresenta alguns contrastes em relação aos seus indicadores econômicos e sociais. Segundo dados da SEI para o ano de 2006, (últimas estatísticas disponíveis), o município - que é terceiro maior do Estado em população, área urbana, articulação regional e em oferta de serviços de saúde e

educação - ocupava o quarto lugar em Índice de Desenvolvimento Social (IDS), e o quarto no Índice do Nível de Saúde. Em contraste, o município ocupava o 15o lugar no Índice de Desenvolvimento Econômico, o 42o em Infraestrutura, o 32o no Nível de Educação, o 11o no Índice de Renda Média dos Chefes de Família, ocupa o 22º lugar em Qualificação da Mão de Obra e é o 19º colocado em Serviços Básicos (SEI, 2011). Isso decorre do fato do município não figurar nas estratégias de desenvolvimento regional dos governos tanto federal quanto estadual.

As estratégias de desenvolvimento regional baseadas no paradigma ‘de cima para baixo’ que tinham a industrialização como processo-motor do crescimento econômico, concomitante à ideia de urbanização, sequer foi objeto de planejamento em uma estratégia de desenvolvimento para o município de Vitória da Conquista. Cabe salientar que as cidades são economias abertas, por isso os cálculos do produto municipal são limitados para o objetivo da Contabilidade Social. Os métodos de trabalho válidos em âmbito nacional são impossíveis de serem aplicados no plano municipal. Os métodos utilizados pela Contabilidade Social para medir a renda são: soma dos valores adicionados pela produção de bens e serviços, num espaço geográfico em um determinado período de tempo – ótica do produto; e soma da remuneração dos fatores de produção – ótica da renda.

1.7 Responsabilidade Social da IES

A responsabilidade social das Instituições Federais é intrínseca a sua condição natural de Instituição Pública reforçando o compromisso com o ensino, pesquisa e extensão.

Nesta perspectiva o IFBA apresenta uma concepção de eficiência e eficácia da educação, oferecida à comunidade através de um ensino de qualidade de nível médio, técnico e superior, buscando a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Com o objetivo de fortalecimento das ações de inclusão social, desenvolvimento econômico, científico e social em defesa do meio ambiente.

A produção de conhecimento proveniente das Instituições de Ensino pode-se inferir que é um “bem comum”, de todos, tanto de quem produziu como a quem se destina. Desta forma, a sociedade deve se apropriar dos benefícios com a finalidade de transformação social. Nesta perspectiva de afirmar a responsabilidade social o

IFBA pretende expandir os espaços de produção de conhecimento, baseada nas trocas de saberes entre seus produtores do conhecimento e a sociedade.

É com essas trocas que o IFBA busca a maior diversidade nas atividades de interação com comunidade através de ações que visem construir uma sociedade mais solidária e comprometida com as questões socioambientais. Procurando atender as diversidades regionais, onde os campi do IFBA estão presentes, apresentar-se-á a Responsabilidade Social de cada campus que integra o Instituto Federal da Bahia.

1.7.1 Câmpus Barreiras

- No cenário da responsabilidade social, é imprescindível pensar o IFBA Campus Barreiras, como um espaço de formação humana, crítica, de produção e socialização de conhecimentos para a construção da cidadania e dignidade humana. Assim, em consonância com sua função pública visa atender às necessidades sociais do município de Barreiras e Região Oeste da Bahia, ofertando ensino de qualidade, bem como, o desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria da sociedade, na busca da diversidade das atividades de interação com a comunidade, por meio de ações que proporcionem a construção de uma sociedade mais solidária e comprometida com o contexto sociocultural regional e local.
- Na caminhada, para a consolidação do Campus Barreiras em uma instituição de qualidade e responsabilidade social referendada, diversas ações são implementadas, das quais se destacam:
- Interação entre o Campus, os servidores, estudantes e a sociedade por meio de consolidação de parcerias interinstitucionais, articuladas com o poder público e privado, como mola propulsora para a sustentabilidade, desenvolvimento institucional que produz ações cooperativas, como pesquisa, prestação de serviços, estágio curricular e extracurricular, intercâmbio profissional e ações de socialização do conhecimento.

- Projeto Pedagógico de nivelamento, atendimento ao discente, orientação para os estudos e estímulo à permanência e sucesso educacional dos nossos estudantes. Núcleo de Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais – NAPNE; Apoio financeiro por meio dos programas governamentais.
- Arquitetura curricular flexível que permite um rico e amplo diálogo, bem como à integração entre as modalidades/níveis dos cursos ofertados, além de propiciar a educação continuada e a verticalização do ensino, a inclusão de jovens, adultos e pessoas com necessidades educacionais especiais no universo da comunidade escolar.
- Investimentos em: ampliação das instalações físicas, adequação à acessibilidade, modernização dos laboratórios; qualificação profissional, pesquisa, extensão e inovação tecnológica que conduzem à materialização da funcionalidade social do conhecimento.
- Dinamização da cultura e difusão do esporte e lazer, direcionados para a qualidade de vida, com vistas a oportunizar aos estudantes, servidores e a comunidade externa atividades físicas como fator de saúde para as boas práticas de hábitos saudáveis e criação e divulgação das expressões artístico-culturais, promovendo o acesso da comunidade interna e externa espaços culturais, desportivos e de lazer.
- Gestão acadêmica, administrativa e financeira compartilhada.
- Contínua avaliação institucional para assegurar a efetiva responsabilidade social que o instituto se propõe.
- Realização de reuniões de integração escola-família.
- Realização de eventos abertos à comunidade como a Jornada Científica e Tecnológica do Oeste Baiano; Feira de Ciência e Tecnologia; Semana do Meio Ambiente; Semana da Matemática; Semana da Engenharia de Alimentos; SEEINFO – Semana de Edificações, Eletrotécnica, Eletromecânica e Informática; IFTalentos; Semana da Consciência Negra, dentre outras formas de integração e participação da comunidade

1.7.2 Câmpus Brumado

(Aguardando informações do câmpus)

1.7.3 Câmpus Camaçari

É compromisso do campus de Camaçari possibilitar o acesso dos diversos seguimentos da comunidade local aos seus espaços, visando contribuir com a educação da população, com formação profissional completa e de qualidade, tanto para aqueles que ingressam pela primeira vez no ensino técnico ou superior, quanto aos que buscam aperfeiçoamento e capacitação para desenvolver melhor suas atividades empregatícias. Como consequência, o campus de Camaçari do IFBA visa contribuir cada vez mais com o desenvolvimento social e econômico do município.

Já a partir de sua implantação no município de Camaçari, o campus já beneficiou muitos estudantes, que precisavam se deslocar por vários quilômetros para ter acesso a outros campi do IFBA, localizados em Salvador ou em Simões Filho. A fim de seguir cada vez mais firme no cumprimento de sua missão, de levar educação pública e de qualidade à comunidade de Camaçari e vizinhanças, o campus de Camaçari vem oferecendo diversos cursos de extensão e qualificação profissional, e ainda tem estendido seus horizontes de atuação por meio do programa de formação inicial e continuada (FIC). Por isso, decidiu se integrar ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, em 2012, e recentemente ao Programa Mulheres Mil.

Nos seus seis anos de funcionamento, o campus de Camaçari do IFBA já ofertou mais de 45 cursos, atendendo a mais de 3500 pessoas, entre estudantes e membros da comunidade local e comunidades vizinhas. E pretende contribuir com a formação profissional de muito mais pessoas nesse próximo quinquênio, implantando, inclusive, cursos que possibilitem não somente que o concluinte atue nas diversas indústrias em funcionamento e que pretendem se instalar no vasto polo industrial da região metropolitana de Salvador, mas que também seja um empreendedor capaz de constituir seu próprio negócio.

Entendendo a importância da aproximação entre a população local e a instituição, e a interação entre ambas, o campus de Camaçari também anseia

intensificar esta relação, por meio da organização de atividades culturais, esportivas e científicas abertas à participação da população em geral.

E o estabelecimento de parcerias com empresas, que também tenham a responsabilidade social como diretriz de atuação, poderá ajudar muito na construção de projetos que visem o crescimento de todos, com benefícios importantes à comunidade.

1.7.4 Câmpus Eunápolis

O Instituto Federal da Bahia/Câmpus Eunápolis vem ao longo da sua existência, promovendo ações em prol do desenvolvimento econômico regional e tendo como horizonte o combate às desigualdades sociais e educacionais.

Tem como responsabilidade social uma educação voltada para a formação integral dos seus alunos e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Para tanto e em consonância com o Projeto Político Pedagógico Institucional tem como elemento fundamental da sua missão a centralidade da “qualidade socialmente referenciada” para atender às necessidades e demandas da sua sociedade.

Foram desenvolvidas atividades como: Telecurso 1º Grau em parceria com a Prefeitura Municipal de Eunápolis, Incubadora Tecnológica de Eunápolis, Curso Emergencial de Auxiliar de Enfermagem, Técnico de nível médio integrado em Agropecuária Sustentável, em parceria com o MLT – Movimento de Luta pela Terra (MLT) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com seleção especial direcionada para os moradores de área de assentamento agrário, além de diversos seminários na área de educação e formação profissional.

Ressaltamos ainda outras ações/atividades como: biblioteca aberta com acesso à internet para alunos das redes públicas municipal e estadual; gincanas de integração com arrecadação de mantimentos para as creches municipais, doações de carteiras escolares para escolas públicas, natal solidário; Curso de Primeiros Socorros e Higiene Pessoal para os funcionários dos serviços gerais (empresas terceirizadas do IFBA); Oficinas e atividades recreativas para as crianças das escolas públicas do entorno do câmpus Eunápolis; Semana Nacional de Ciência e Tecnologia aberta ao público externo; Oficinas de Inclusão Digital, Produção de

Sabão, Orientação à Saúde, Hipertensão, Diabetes, Controle de Natalidade e Planejamento Familiar; Dia da Ação Social e Campanha de Doação de Sangue, Curso de preparação para ingresso no instituto PRO-IFBA, Projeto Segundo Tempo, Projeto Mulheres Mil, PRONATEC, Seminário de Iniciação Científica, Projeto da Diversidade e Pluralidade Cultural, Semana da Consciência Negra.

Necessitamos, dada a nova institucionalidade, promover novas ações agora em consonância especial com a Pró-Reitoria de Extensão, como cursos de qualificação, seminários, palestras, prestações de serviço a setores de risco da nossa população, dentre outros.

Tais atividades, em conjunto com as ações desenvolvidas historicamente em seu âmbito, fazem do Instituto Federal da Bahia uma importante instituição para o desenvolvimento sociocultural da região do Extremo Sul da Bahia.

1.7.5 Câmpus Feira de Santana

O IFBA, campus de Feira de Santana vem, nesses anos iniciais de implantação, buscando discutir e promover ações em prol do desenvolvimento socioeconômico da sua região, bem como do seu entorno. É fundamental para a consolidação e crescimento dessa instituição que haja uma política educacional de inclusão social, no sentido de combater as desigualdades sociais e econômicas existentes na Região Metropolitana de Feira de Santana. Em consonância com a missão do IFBA de “promover a formação do cidadão histórico crítico”, o campus de Feira de Santana tem como responsabilidade social desenvolver uma educação de qualidade voltada ao respeito às diversidades étnicas, de gênero, religiosas e sexuais, e à contribuição no sentido de buscar uma sociedade mais justa e humana.

Dentre as atividades em andamento no campus que possibilitam o desenvolvimento sustentável dessa região, pode-se destacar o Projeto Casas do Sertão, que visa estimular a reflexão sobre a condição de vida das pessoas que vivem na região do semiárido da Bahia. Este projeto prevê, por exemplo, intervenções artísticas, oficinas de Identidade e Memória, bem como exposição fotográfica das intervenções produzidas.

Além dessa atividade, o projeto Leitura e Escrita: instrumentos para a inclusão e o desenvolvimento social pretende, junto com a comunidade do bairro Aviário,

estimular, desenvolver e aperfeiçoar a prática de produção textual em contextos diversificados, de maneira a proporcionar uma interação mais efetiva e eficaz com as diversas demandas da sociedade. Destaca-se, ainda, um projeto de pesquisa que visa purificar águas salobras obtidas em poços e açudes da região do semiárido, usando uma nova tecnologia desenvolvida no IFBA, para produção de um destilador de água por energia solar.

Em conformidade com o Projeto Político Pedagógico Institucional, o campus Feira de Santana tem como uma das prioridades a responsabilidade socioambiental dessa região, e irá incluir na sua agenda a realização de projetos, atividades, oficinas e políticas que busquem promover a reflexão dos problemas ambientais, assim como a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos.

Nesse sentido, serão desenvolvidas atividades como a promoção do dia da ação social, palestras envolvendo o universo da Informática e das tecnologias abertas para a comunidade do Aviário, a implantação da coleta seletiva, o uso racional da água e da energia, projetos para aplicação de energia solar e reutilização da água, assim como a implantação de pequenas praças arborizadas e jardins dentro do campus, com métodos modernos de irrigação das áreas verdes, dentre outras.

Para tanto, como objetivo de fazer do campus de Feira de Santana uma importante instituição para o desenvolvimento socioeconômico da sua região, contribuindo para a geração de trabalho e renda, através da oferta de ensino, pesquisa e extensão, a gestão compreende ser necessária a criação de uma comissão multidisciplinar a fim de fomentar, implementar e avaliar as questões de sustentabilidade social, ambiental e econômica durante a vigência desse PDI.

1.7.6 Câmpus Ilhéus

(Aguardando informações do câmpus)

1.7.7 Câmpus Irecê

Após 3 anos de funcionamento no Território de Irecê, o IFBA – Campus de Irecê já tem contribuído para ampliar significativamente as oportunidades de acesso

de uma imensa quantidade de jovens e adultos de todo o Território ao sistema produtivo pela via da educação profissional e tecnológica.

O Território de Identidade de Irecê-BA abrange uma área de 27.490,80 Km² e é composto por 20 municípios: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Ibipeba, Ibititá, Ipujiara, Irecê, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Central, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, João Dourado e Xique-Xique. A população total do território é de 403.070 habitantes, dos quais 155.392 vivem na área rural, o que corresponde a 38,55% do total.

A oferta pública de formação profissional de qualidade está aliada às estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável, viabilizando o fortalecimento da atividade produtiva do Território. Por isso, fornece suporte aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) – formados por empresas, instituições e ONG's – que exercem o aprendizado coletivo e a troca de informações com oportunidades de geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos o que significa o aumento expressivo da qualificação da população dessa região dando maior competência para que o território se desenvolva, ampliando a produção e a inserção em novos mercados, inclusive externos.

Esses APLs se fortalecem pela incorporação da ciência e tecnologia aos processos, produtos e serviços prestados identificando e resolvendo os gargalos tecnológicos, que impedem o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população de renda mais baixa. O IFBA em Irecê contribui para a redução dos fluxos migratórios e fixação dos jovens estudantes e de sua família que não tem mais necessidade de se deslocar para os grandes centros urbanos em busca de formação profissional que passou a ser oferecida no território.

O Campus Irecê finaliza 2013 com 1040 alunos matriculados, dos quais 288 são dos cursos técnicos integrado, 154 dos cursos técnicos subsequentes, 93 do Programa Mulheres Mil, 130 através do Pró-funcionário e 375 no PRONATEC. A consolidação da abrangência do Campus está comprovada pela existência de matrículas de alunos de todas as cidades do Território.

Seguindo as finalidades e objetivos do IFBA, o Campus Irecê oferece: cursos Técnicos de nível médio nas modalidades Integrada e Subsequente em Informática, Eletromecânica e Biocombustíveis, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Preparo de Alimentos pelo programa Mulheres Mil e cursos FIC em Programador

Web, Biojoias, Auxiliar de Cozinha, Operador de Caixa, Cuidador de Idoso, Recepcionista, Auxiliar Administrativo, Garçom, Vendedor e Jardinagem pelo PRONATEC.

Pensando na verticalização para o Ensino Superior o Campus já inicia seus projetos com previsão de oferta de uma Licenciatura a partir de 2014. A cada ano, o Campus tem ampliado seus projetos e programas de pesquisa e extensão no intuito de consolidar a influência institucional no Território de Irecê, inserindo-se em discussões importantes para o desenvolvimento sustentável da região.

Diante do exposto, compreende-se que o IFBA – Campus Irecê vem cumprindo com a sua Responsabilidade Social que coaduna com sua missão institucional de “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”.

1.7.8 Câmpus Jacobina

(Aguardando informações do câmpus)

1.7.9 Câmpus Jequié

(Aguardando informações do câmpus)

1.7.10 Câmpus Paulo Afonso

O IFBA Câmpus de Paulo Afonso, polo de desenvolvimento de ensino, pesquisa, extensão e inovação, deve também estar voltado ao enfrentamento das questões sociais decorrentes do modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil, mais especificamente no Território de Cidadania Semiárido II. O desafio posto é a ruptura com o paradigma do Estado do bem estar, que traz no seu bojo uma construção histórica de filantropia assistencialista, para a construção de um modelo de assistência fundamentado na responsabilidade social do Estado Brasileiro. Neste sentido o IFBA Câmpus de Paulo Afonso possui três tipos de enfrentamento: o primeiro diz respeito à gestão social interna e engloba aspectos pertinentes à vida propriamente dita do câmpus, diz respeito a aspectos como

saúde, segurança, qualidade no ambiente acadêmico, dos benefícios à comunidade acadêmica. Já o segundo tipo de enfrentamento está relacionado com a gestão social externa, a qualidade dos serviços prestados, o atendimento ao cidadão que busca os serviços oferecidos no IFBA Câmpus de Paulo Afonso, os determinantes quantitativos e qualitativos dos serviços prestados. O terceiro enfrentamento, e não menos importante que os dois primeiros, é o que vai além da comunidade mais diz respeito ao Território de Cidadania Semiárido II que o câmpus está ajudando a construir, quais as relações de emprego e renda que estão sendo construídas a partir da influência regional do IFBA, a qual tipo de desenvolvimento econômico, humano e social o IFBA Câmpus de Paulo Afonso está à serviço. Assim temos um câmpus que pretende atuar como polo de desenvolvimento de tecnologia social que possibilite ao cidadão deste Território a apropriação efetiva do conhecimento tecnológico produzido com vistas à construção de uma realidade social local que responda às necessidades e anseios da maior parcela da população, de forma tal que esta mesma população tenha instrumentos tecnológicos e sociais para promover um desenvolvimento econômico que não tenha supremacia ao desenvolvimento social, humano e ambiental, mas seja antes um dos aspectos do desenvolvimento regional pleno.

1.7.11 Câmpus Porto Seguro

O Campus de Porto Seguro é uma instituição que tem como princípio de gestão a constante interação com a comunidade local. A localização do Campus possibilita o desenvolvimento social de vários bairros periféricos. O contingente populacional impactado chega a quase metade da população do município. O complexo de bairros periféricos localiza-se em regiões que não possuem atrativos turísticos, no entanto, representa 43% da população total do município (ALVES, 2003).

Os bairros periféricos mais próximos do Campus são o Baianão, Mirante e Fontana, zonas urbanas com altos índices de exclusão social. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH médio é de 0,699 segundo o PNUD (2000). Assim, o compromisso do Campus é a transformação social destas regiões, proporcionando através da educação a ascensão social. Os principais projetos dos quais o Campus

participa estão voltados para a Preservação Ambiental, a Educação indígena e Afro-cultural, e projetos de Inclusão Digital.

A seguir, são apresentados alguns projetos em andamento e outros previstos:

- Conselho Gestor da APA Caraíva / Trancoso: O Campus de Porto Seguro participa ativamente do Conselho;
- Conselho do Parque Nacional do Pau Brasil: O Campus de Porto Seguro participa ativamente do Conselho;
- Educação indígena e afro cultural: o Campus possui vários projetos em andamento, como a elaboração de um plano de curso específico, além de promover constantemente eventos de valorização cultural;
- Projeto de Inclusão Digital: o Campus juntamente com empresas parceiras e instituições pública e privadas, planeja a estruturação de um projeto que contemple a educação empresarial através da tecnologia da informação, de comerciantes populares dos bairros periféricos (baianão, mirante, Fontana e outros);
- GESAC / Telecentro Comunitário: o projeto do Ministério das Comunicações esta em estruturação no Campus, com a criação de um centro para acesso livre a internet e utilização em cursos para a população excluída local.
- Programas de aperfeiçoamento do funcionalismo público municipal através do PRONATEC e Profuncionário;
- Incentivo a criação de grupos de pesquisa e extensão que valorizem Arte e Cultura Afro-brasileira e estudos voltados para a diversidade;
- Amplo diálogo entre o Campus e instituições como SEBRAE, CDL e associações empresariais diversas para ações de incentivo a regularidade e formalização dos fornecedores locais.

1.7.12 Câmpus Salvador

A extensão, entendida como prática acadêmica que deve interligar o IFBA nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas existentes, contribui para a formação de um profissional cidadão e credencia a Instituição junto à

sociedade como um espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

O IFBA se depara com demandas sociais que impõem um diálogo permanente entre a instituição e a comunidade e isto deve estar refletido no dia-a-dia, envolvendo necessariamente ações em relação: a democratização das informações (que podem ser traduzidas em ações como cursos de formação inicial e continuada, eventos, etc.), o desenvolvimento social e tecnológico (que pressupõe pesquisa, prestação de serviços, projetos tecnológicos) e a melhoria da qualidade de vida da população (ações voltadas para o desenvolvimento social da comunidade, incluindo a educação especial e na área cultural).

A extensão tem um grande leque de atuação e conseqüentemente, cria um manancial de dados que precisa ser sistematizado, com objetivo de dar visibilidade à contribuição da extensão no contexto local, regional e nacional.

Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

1.7.13 Câmpus Santo Amaro

A responsabilidade social do IFBA verifica-se em suas contribuições em relação à promoção da educação de qualidade, à defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e do patrimônio cultural e artístico, contribuindo para eliminação das desigualdades sociais regionais. Nesse sentido, são desenvolvidas ações extensionistas com o objetivo de promover a difusão de conhecimento pertinente às áreas dos cursos oferecidos.

- A política de inclusão social estabelecida pelo IFBA campus Santo Amaro possui os seguintes objetivos:
- Promover a melhoria do desempenho dos alunos com comprovada deficiência por meio de oficinas de nivelamento em português e em

matemática, voltadas para a superação das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso ao IFBA;

- Ofertar o Pré-IFBA para a comunidade como forma de facilitar o ingresso dos estudantes através do processo seletivo;
- Aumentar o número de estudantes negros e afro-descendentes nos cursos;
- Fomentar ações acadêmicas para o reconhecimento e aceitação das diferenças étnicas,
- culturais, opção sexual, credo e direitos humanos;
- Propiciar as condições necessárias para a permanência dos ingressantes nos cursos;
- Incentivar a preparação de estudantes pertencentes aos segmentos sociais contemplados com bolsas, quando concluintes, para continuidade de estudos e(ou) para o trabalho profissional;
- Reforçar a política de assistência e atendimento estudantil;
- Desenvolver ações conjuntas com a sociedade para promover a inclusão social de alunos durante a vida acadêmica e ao iniciar as atividades profissionais

1.7. 14 Câmpus Seabra

(Aguardando informações do câmpus)

1.7.15 Câmpus Simões Filho

A importância estratégica deste Campus para a região é de fundamental relevância por oferecer suporte de recursos humanos com capacidade técnica reconhecida para a área industrial que se faz cada vez mais presente nos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Ao herdar as instalações do antigo CENTEC, o Campus de Simões Filho se destaca dos demais pela grande disponibilidade de espaço físico, o que lhe confere um potencial de crescimento, limitado, obviamente, pela disponibilidade de recursos financeiros e humanos. Portanto, como ponto forte, pode-se destacar esta potencialidade de expansão da Instituição, porém condicionada a um tratamento

diferenciado por parte do MEC com o objetivo de aproveitamento das potencialidades locais.

Além da infraestrutura, o Campus conta com um quadro de pessoal técnico e docente que se compromete com os objetivos institucionais e proporciona à comunidade local um ensino profissional gratuito e de qualidade. No quadro de pessoal técnico estão presentes profissionais de administração, bibliotecários, técnicos de laboratórios e audiovisual, comunicação, serviço social, pedagogia, psicologia, transporte, saúde, enfim um elenco de profissionais atuando dentro de uma estrutura singular na região com capacidade de oferecer o suporte necessário ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

O corpo docente é composto de profissionais das áreas das ciências naturais, ciências humanas, linguagem, matemática, desenho e áreas técnicas relacionadas com os cursos de Mecânica, Metalurgia, Eletroeletrônica, Petróleo e Gás e Licenciatura.

O Campus Simões Filho almeja uma prática educativa baseada numa pedagogia crítica, cujo objetivo principal é o desenvolvimento do senso crítico do estudante em relação ao mundo, pautado nos princípios de igualdade, solidariedade e sustentabilidade.

1.7.16 Câmpus Valença

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – campus Valença implementará ensino de qualidade e tomará como referência a sociedade, mediante a inclusão de jovens, adultos e pessoas com deficiências, no universo da comunidade escolar. O instituto visa a efetividade do processo formativo mediante a integração com diversos segmentos da sociedade, com vistas ao cumprimento de sua missão.

O IFBA campus Valença fomentará total interação com a sociedade, visando a implementação de projetos de ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a sociedade e com o desenvolvimento educacional, econômico e social dos municípios circunvizinhos e demais regiões atendidas por esta Instituição.

Vários municípios com realidades diferenciadas do Baixo Sul da Bahia são atendidos no campus Valença. São muitas as realidades sócio-econômicas e

culturais, com a formação de uma comunidade interna com características distintas. Esse contexto enseja a implementação de políticas que contemplem aspectos como assistência estudantil com apoio financeiro e pedagógico, bem como a democratização do acesso e permanência com sucesso.

Com a população que é externa ao instituto, mas que está inserida na comunidade que ele atende também serão adotadas ações que enfatizem a responsabilidade social que o Instituto deve assumir perante essas comunidades nas áreas de abrangência do campus. O objetivo é interagir com o mundo do trabalho, mediante parcerias com empresas, organizações e instituições públicas e privadas, visando a ampliação da atuação do instituto em prol do desenvolvimento econômico e social da região.

1.7.17 Câmpus Vitória da Conquista

Em consonância com as finalidades e características dos Institutos Federais estabelecidas na Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que reestrutura a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAMC) celebrados entre os IFs e o Ministério de Educação (MEC) e as diretrizes 2014-2018 para os Institutos Federais, o campus Vitória da Conquista desenvolve seu trabalho na área de educação, ciência e tecnologia, refletindo seu compromisso com a responsabilidade social. Na sua trajetória histórica, desde sua fundação no ano de 1995 vem materializando ações que evidenciam sua função social, compondo o universo da instituição, que trabalha a ciência e a tecnologia, pautando seu exercício pelo compromisso de promover ações e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento local e regional, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das pessoas, concorrendo, assim, para a construção da cidadania. A responsabilidade social do campus está inserida em todas as suas funções de ensino, pesquisa e extensão de modo a cumprir dois preceitos fundamentais. Primeiramente, formar os seus alunos de modo a lhes oferecer conhecimentos e habilidades para o exercício profissional, requisito indispensável para atuação competente, e segundo, no desenvolvimento e estímulo de atitudes positivas diante da sociedade e da vida pautados por uma gestão que promova educação inclusiva, a igualdade social e o respeito ao meio ambiente. Nessa

perspectiva, estabelecem-se como diretrizes de trabalho do campus Vitória da Conquista:

Promover um gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, pesquisa e extensão.

Implementar práticas de Educação Ambiental que evidenciem e proporcionem a conscientização da comunidade acadêmica, de modo a desenvolver a responsabilidade coletiva pela preservação do meio ambiente. Nesse sentido os projetos Diálogos Ambientais e a Semana do Meio Ambiente, desenvolvidos pelas coordenações dos cursos Técnico em Meio Ambiente e Engenharia Ambiental, promovem debates, palestras, oferecem mini-cursos e oficinas acerca de questões atuais relacionadas ao meio ambiente, em especial aquelas diretamente relacionadas com o município de Vitória da Conquista.

Contribuir para inclusão social e o desenvolvimento econômico-social da região, promovendo a igualdade de oportunidades, articulando para esse fim as organizações, a sociedade, os segmentos empresariais e as esferas do poder, comprometendo-se com processos de desenvolvimento humano, de estímulo à auto-organização dos grupos social e economicamente vulneráveis.

Promover formas de acesso, programas de apoio pedagógico e financeiro, estímulos à permanência, acompanhamento dos egressos. Nesse sentido, o campus Vitória da Conquista conta com Programa de Assistência ao Estudante (PAAE) e o Projeto de Incentivo à Aprendizagem (PINA) que proporcionam bolsas, auxílios financeiros e bolsas de estágio aos que comprovarem vulnerabilidade socioeconômica.

Formular, implementar e disseminar propostas de inclusão social que venham favorecer aos segmentos da sociedade excluídos dos processos de formação profissional. Nessa perspectiva, a expansão da Rede Federal, encadeada pela ampliação dos Centros Federais de Educação Tecnológica tem contribuído para o aumento da oferta de vagas na Educação Profissional e Tecnológica.

Aplicar ações afirmativas para promover a inclusão de grupos em desvantagem social, garantindo, no mínimo, reserva de vagas para alunos oriundos de escola pública e para negros. Para o acesso aos cursos de graduação e aos cursos técnicos subsequentes, serão utilizados os resultados do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) nos processos seletivos, exclusivamente ou

articulados a outros mecanismos de seleção. Para o acesso aos cursos do Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), serão aplicados mecanismos em conformidade com a natureza do referido programa. Para o acesso aos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, serão criados mecanismos alternativos em conformidade com a natureza dos cursos e as políticas de inclusão. A reserva de vagas para pessoas com necessidades educacionais especiais, será aplicada conforme legislação específica.

Propiciar acessibilidade em todo campus, gerando cada vez mais condições de acesso, permanência com êxito no percurso acadêmico e inserção sócio-profissional de grupos em desvantagem social (Portadores de Necessidades Especiais PNEs). Experiências importantes têm sido realizadas nesse sentido, por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educativas e Especiais NAPNEE, promovendo Oficinas de Acessibilidade que visam por meio de um curso básico de LIBRAS, facilitar a comunicação entre surdo e ouvinte, já que os dois utilizam línguas diferentes (por sinais ou oral). Outra iniciativa é a elaboração de um Glossário de Informática em LIBRAS, que permite que deficientes auditivos utilizem sinais correspondentes aos termos técnicos abordados em sala de aula e na área de atuação.

Apoiar academicamente os projetos e programas voltados ao atendimento pedagógico;

Apoiar economicamente as demandas de situação de baixa renda, compreendendo a criação, reestruturação e ampliação de programas de assistência estudantil já existentes no campus Vitória da Conquista.

Promover à formação político-social como acadêmico, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o reconhecimento das suas características sócio-culturais e econômicas a fim de ampliar o seu repertório político-cultural e estimular sua inserção protagonista e solidária no campus.

Implementar ações indicadas pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira”. Nessa direção, o projeto Novembro Negro promove atividades que abordam aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais referentes à população negra no Brasil, em especial no âmbito regional.

Implementar estratégias de divulgação institucional para fortalecer a identidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia , campus Vitória da Conquista como Instituição Pública, Gratuita e de Qualidade.

Promover e efetivar a permanência e êxito do estudante em seu percurso formativo, propiciando apoio ao educando, estruturado em projetos e programas voltados ao atendimento pedagógico.

Planejar as atividades acadêmicas e institucionais com base no diagnóstico socioeconômico das turmas ingressantes.

Implementar o programa de monitoria para todos os cursos, garantindo que as unidades curriculares com maior índice de reprovação ofereçam atendimento diferenciado.

Ampliar o programa de bolsas de pesquisa, priorizando critérios socioeconômicos.

Criar programa de atendimento paralelo realizado pelos docentes, com gestão específica, garantindo que as unidades curriculares com maior índice de reprovação ofereçam atendimento diferenciado.

Propiciar a formação político-social dos estudantes, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o reconhecimento das suas características socioculturais e econômicas, promovendo um diálogo dos saberes em suas diversas nuances arte, teatro, música, ciências, emoção e razão e estimulando uma inserção protagonista e solidária no campus.

Fomentar a participação dos egressos em Formação Inicial e Continuada, bem como em projetos de pesquisa e extensão da instituição, preferencialmente em áreas que remetam a aspectos sociais.

Oferecer Educação à Distância (EAD) de excelência e qualidade, utilizando conjuntamente as tecnologias da informação e comunicação aliada a metodologia de ensino-aprendizagem, seja pela utilização de um Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem – AVEA, seja pelo uso da videoconferência ou qualquer ou outro tipo de tecnologia que possibilite a interação síncrona, permitirá um trabalho colaborativo e cooperativo visando a construção de uma aprendizagem significativa e contextualizada. Contribuir para a democratização e expansão do acesso aos vários níveis de ensino ao incorporar as tecnologias da informação e comunicação como mediadoras do processo ensino- aprendizagem, o campus Vitória da Conquista por meio do Profuncionário promove a formação dos

funcionários de escola, visando a valorização do trabalho dos profissionais da educação, através do oferecimento dos cursos de formação inicial em nível técnico.

2 PLANO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O processo de construção do Projeto Pedagógico Institucional - PPI do IFBA inicia-se em 2010 com a formação de comissões que seriam responsáveis pela atualização do Projeto Pedagógico Institucional do CEFET – documento elaborado e finalizado em Congresso com a comunidade no ano de 2007.

Com a previsão de novo Congresso em 2011, a Pró-Reitoria de Ensino encaminhou o Regimento e o texto de referência para todos os campi e solicitou dos Diretores Gerais que fossem compostas as Comissões Locais.

Durante o acompanhamento das atividades, os campi informaram que existiam dificuldades para localizar e reunir interessados em participar das atividades, em especial nos locais recém-implantados.

Com a proximidade do mês de outubro – prazo para conclusão dos trabalhos – foi realizado um balanço do andamento das atividades e foi constatado que era pequena probabilidade de conclusão dentro do prazo. Citam-se como motivos para o atraso o forte movimento de greve que se instalou em 2011 e a realização de poucas reuniões para discussão. Sendo assim, foi solicitada a transferência do Congresso para 2012, a fim de que houvesse tempo hábil para discussões e construção cautelosa do documento.

No entanto, em 2012 houve novamente greve dos servidores, com a consequente desmobilização da comunidade. Após o final da greve de 2012, foi necessário mapear a situação em cada campus. Para tanto, a primeira ação realizada foi à solicitação das portarias com os nomes atualizados dos membros das Comissões Locais, tendo em vista a garantia de paridade entre os três segmentos – docentes, técnico-administrativos e discentes.

A partir do levantamento realizado, a Pró-Reitoria de Ensino realizou o Encontro de Alinhamento com dois representantes de cada comissão, com o objetivo de retomar os trabalhos. Neste Encontro foram cumpridas as seguintes atividades:

- alinhamento teórico sobre o significado e composição do PPI;

- definição, em conjunto, do cronograma para construção do documento;
- construção coletiva do sumário do documento;
- disponibilização da legislação, textos e documento base (PPI CEFET-BA) para a construção PPI IFBA;
- definição do Moodle como espaço para postagem das contribuições dos Campi e construção coletiva do documento entre os Campi.

A PROEN acompanhou as Comissões Locais durante todo o processo de construção nos Campi, compilando as contribuições encaminhadas e esclarecendo dúvidas que foram manifestadas pelos relatores no Moodle. Todas as datas previstas para conclusão das dimensões foram prorrogadas em atendimento às solicitações dos campi, já que constantemente precisavam de reorganização e mais tempo para a discussão do documento.

Mesmo com a dilatação dos prazos, as contribuições restringiram-se a alguns campi e foram escassas em determinadas seções do documento. Contudo, houve ainda uma oportunidade de participação da comunidade acadêmica antes do Congresso – os Fóruns de Discussão Locais. Em posse do documento concluído e divulgado por meio virtual para todo o IFBA, cada campus foi responsável por realizar o debate com todos os seus servidores, docentes e discentes a cerca do texto já concluído.

Estes Fóruns tinham o objetivo de qualificar os delegados para a participação no Congresso do PPI. Como produto final, foram elaboradas sugestões de alteração do documento e encaminhadas para a Pró-Reitoria de Ensino - responsável por compilar e organizar todas as sugestões recebidas, além de disponibilizá-las de forma clara para a votação da plenária.

Nos dias 17 e 18 de setembro de 2013, foi realizado o I Congresso do Projeto Pedagógico do IFBA no Campus de Salvador, com a presença de 286 delegados, oriundos dos 16 Campi do IFBA. Do total de 4 dimensões do PPI, neste encontro foram votadas as Dimensões I, II, parte da III e IV.

Durante a Plenária de Encerramento, no dia 18, a Assembleia decidiu pela realização da continuidade do congresso para a conclusão da votação da Dimensão III, com a presença de todos os delegados. O Campus de Vitória da Conquista apresentou-se para sediar o evento. Com o objetivo de garantir a transparência e o

aspecto democrático do evento, foi conduzida eleição para composição da comissão organizadora do Congresso posterior. Os trabalhos desta comissão ocorreram sob a Presidência do professor Edvaldo Ruas e o Congresso ocorreu nos dias 30 e 31 de outubro de 2013. O evento contou com a presença de representantes dos Campi de Eunápolis, Vitória da Conquista, Ilhéus, Camaçari, Feira de Santana, Paulo Afonso, Porto Seguro e Salvador.

No dia 31 de outubro de 2013 foi concluída a votação das Dimensões do III Projeto Pedagógico Institucional do IFBA e o texto foi aprovado pela comunidade presente. Posteriormente, a Pró-Reitoria de Ensino encaminhou o documento para revisão ortográfica e para a apreciação do Conselho Superior. Nesta instância final, o documento foi aprovado e procedera-se a realização dos ajustes indicados pelo Relator Albertino Ferreira Nascimento Júnior e divulgação da versão final em ambiente virtual para conhecimento de toda a comunidade acadêmica do Instituto Federal da Bahia.

2.1 Organização Didático-Pedagógica Da Instituição⁴

2.1.1 Inovações significativas, quanto à disponibilidade dos componentes curriculares

A flexibilidade curricular pode ser exercida através da diminuição de pré-requisitos e oferta de disciplinas optativas, possibilitando que os estudantes direcionem a sua formação para as áreas de interesse. Além disso, a Instituição pode adequar os seus cursos às novas demandas que as constantes mudanças do conhecimento venham requerer e ofertar atividades complementares no âmbito da cultura, da sociedade e da tecnologia.

A arquitetura curricular estrutura-se na interação entre as disciplinas, com a abertura para atividades curriculares integradoras assim como no fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão em todos os níveis de ensino. É importante ainda a criação de mecanismos que favoreçam a articulação entre as diversas áreas do

⁴ Organização didática-pedagógica contida no PPI da Instituição, documento aprovado pelo CONSUP em 2013.

conhecimento através de um planejamento integrador, com foco em projetos interdisciplinares e na avaliação da aprendizagem.

O Projeto Pedagógico Institucional ainda acrescenta que “oferecer o estímulo de que os/as estudantes necessitam para trocar e construir conhecimento, através de atividades que os/as insiram na realidade regional dentro de suas áreas profissionais específicas, pode ser uma maneira importante de aliar ensino e prática.” (IFBA, 2013, p. 94).

2.1.1.1 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

De acordo com a construção coletiva do PPI, as oportunidades diferenciadas desdobram-se nas seguintes formas:

“Possibilidade de cursar disciplinas complementares que enriqueçam o currículo do aluno e possibilitem a interdisciplinaridade. Otimizar a estruturação curricular dos cursos para permitir um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, bem como a flexibilidade no seu cumprimento garantindo a mobilidade entre os cursos dos diferentes campi.” (IFBA, 2013, p. 69)

2.1.2 Atividades práticas e estágio

Os estágios e as atividades práticas fazem parte do processo de ensino-aprendizagem e objetivam propiciar ao estudante a vivência de situações reais da prática profissional, desenvolvendo habilidades que serão necessárias futuramente para o exercício da profissão e as capacidades de articulação das teorias debatidas em sala de aula com as situações de desafios encontradas no ambiente de trabalho.

A Resolução nº 06/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, esclarece as concepções de prática profissional da seguinte forma:

Art. 21 A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas

de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio.

§ 1º A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras. (BRASIL, 2012).

Para o Ensino Superior, a orientação oriunda da Lei nº 11.788 / 2008 define o estágio da seguinte forma:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. (BRASIL, 2008)

2.1.3 Desenvolvimento de materiais pedagógicos

Para o aprimoramento da prática pedagógica são necessárias ações de apoio no que tange às atividades didáticas. A construção de materiais pedagógicos – desde planejamentos e textos complementares a modelos matemáticos e recursos de informática – necessita de investimento formal da instituição nessa finalidade, através da capacitação dos docentes e técnico-administrativos.

2.1.4 Incorporação de avanços tecnológicos

Pensar as perspectivas atuais da educação é pensá-las em consonância com as complexas transformações do mundo contemporâneo, onde a tecnologia abre possibilidades para produção e disseminação do saber, enquanto aponta novos desafios no tocante à inclusão social. Assim, é necessário equipar a instituição com máquinas atualizadas, softwares, projetores de imagem, equipamentos de som, mas, adotar novas tecnologias educacionais, mas também é fundamental a presença de servidores que façam a mediação entre os aparelhos eletrônicos e aqueles que não possuem habilidades para manuseá-los.

Além disso, é essencial apresentar as inovações que a tecnologia apresenta e, paralelamente, refletir sobre os impactos negativos na sociedade e no ambiente, impulsionando a reflexão crítica e o exercício investigativo da solução de problemas pelos discentes.

2.2 Políticas de Ensino

O ensino no IFBA deve ter por princípio a formação do sujeito histórico-crítico e a vinculação

com a ciência e tecnologia destinada à construção da cidadania e da democracia, mediante o enfrentamento a todas as formas de discriminação e preconceito, a defesa do meio ambiente e da vida e a criação e produção solidárias em uma perspectiva emancipadora.

Deve buscar ainda a articulação com a pesquisa e a extensão, de forma integrada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas do conhecimento, promovendo oportunidades para uma educação continuada, da educação básica à pós-graduação.

Nesse sentido, o ensino no IFBA adota como princípios:

- Indissociabilidade: Será sempre observada a integração entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a Instituição buscará a articulação de diferentes áreas de conhecimento;
- Verticalização: Verticalização entre os diversos níveis e modalidades de ensino;
- Continuidade: As áreas técnicas/tecnológicas promoverão oportunidades para uma educação continuada;
- Unificação: Buscar-se-á a unificação entre cultura/conhecimento e trabalho, para desenvolver as funções do pensar e do fazer;

- Integração: A busca da integração interdisciplinar permitirá a geração, construção e utilização do conhecimento produzido pelo ensino e pela pesquisa aplicada para solução de problemas econômico-sociais da região. A vinculação estreita à tecnologia, destinada à construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção solidárias em uma perspectiva histórico-crítica;
- Inovação: A implementação da inovação científica, tecnológica, artística, cultural, educacional e esportiva deverá orientar as ações da Instituição; Democracia: A Instituição promoverá a vivência democrática, buscando a participação da comunidade acadêmica nos processos de planejamento e gestão.
- Qualificação: A Instituição buscará, de modo permanente, a qualificação e a capacitação de seu quadro de pessoal e a melhoria de sua estrutura, de seus processos organizacionais e de seus programas e ações;
- Autonomia: O IFBA preservará a autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial;
- Respeito: A Instituição deverá assegurar o respeito e a valorização da pessoa humana em sua singularidade e diversidade;
- Responsabilidade: O instituto terá compromisso com o bem público, sua administração e sua função na sociedade, primando sempre pelo bem comum, pela ética e priorizando a satisfação das necessidades coletivas à frente das pessoais;
- Inserção: O IFBA deverá se integrar à sociedade em seu contexto socioeconômico e cultural no âmbito regional, nacional e internacional;
- Difusão: O IFBA disponibilizará todo conhecimento que desenvolver, dando suporte aos arranjos produtivos locais, nas áreas social e cultural;
- Permanência: A instituição deverá desenvolver uma política de assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educativas específicas;
- Inclusão: Ações Afirmativas de inclusão e garantia de acesso para egressos de Escolas Públicas e/ou em situações de vulnerabilidade social, levando em consideração as questões étnico-raciais e de gênero;
- Qualidade: O IFBA buscará sempre a excelência no Ensino na Pesquisa e Extensão;
- Equidade: O Instituto promoverá nas suas relações ações de equidade; Transparência: Os servidores, principalmente quando ocuparem um cargo de direção ou função gratificada, têm a obrigação de divulgar seus atos administrativos e pedagógicos de forma ampla, irrestrita, permanente, atendendo assim o princípio da publicidade da administração pública;
- Sustentabilidade: O IFBA comprometer-se-á com a preservação ambiental, de forma a garantir a sustentabilidade nas suas ações.
- Trabalho: O trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta política-pedagógica e do desenvolvimento curricular. (IFBA, 2013)

Compreende-se como ensino as atividades vinculadas aos cursos regulares em todos os níveis e formas curriculares, tais como aulas presenciais, aulas à distância, atividades de planejamento, orientações de trabalho de conclusão de curso e de estágio supervisionado.

Tais atividades devem ter por subsídio as concepções de currículo explicitadas no PPI e desdobrada nos Projetos Pedagógicos de Curso e outros documentos, respeitando a referência das bases legais.

O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio-afetivas (BRASIL, 2012, p.2).

As concepções dos currículos de cursos devem integrar a formação geral com formação técnica/tecnológica, observando a continuidade do ensino e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para prover a formação do indivíduo com conhecimentos técnicos bem como princípios éticos e de responsabilidade, valorizando a cidadania, o respeito mútuo, a solidariedade e o espírito coletivo, objetivando construir uma sociedade mais justa.

Acrescenta-se ainda o compromisso do currículo em articular-se com os contextos regionais nos quais os campi estão inseridos a fim de promover o desenvolvimento regional na esfera social, econômica, ambiental e tecnológica. Além disso, é fundamental ressaltar a atenção ao processo de inclusão das pessoas com necessidades específicas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como também prever no currículo as condições necessárias para o seu acesso, permanência e êxito.

Para contemplar dimensões tão abrangentes como as descritas acima, é essencial pensar no currículo para além do simples rol disciplinas e perceber que a sua articulação perpassa todo o cotidiano escolar, abarcando também as concepções de ser humano e sociedade, práticas rotineiras e expectativas futuras, para além dos conteúdos. Em tempo, sugere-se que os conteúdos sejam vistos a partir da ótica interdisciplinar, que supera o fracionamento dos saberes em disciplinas isoladas e propõe a construção do conhecimento de forma ampla, permitindo que as diversas áreas do conhecimento dialoguem e integrem-se, de forma a compreender os fenômenos em sua complexidade e extensão e não em porções individualizadas.

As concepções de currículo expostas possibilitam o desenvolvimento do ensino no IFBA de forma verticalizada, possibilitando estabelecer relações e itinerários formativos do Nível Médio à Pós-Graduação, inclusive com o

compartilhamento de estrutura física, recursos orçamentários e quadro de servidores.

Perpassando todos os níveis de ensino, as questões relacionadas à inclusão, acesso, permanência e êxito devem ser consideradas no planejamento, execução e avaliação das atividades pedagógicas. Para que o direito universal à educação seja priorizado, inicialmente devem ser observadas algumas atitudes necessárias como democratização do acesso, possibilitando que os processos de seleção ocorram com equidade e considerem as variadas condições dos estudantes, a exemplo de origem socioeconômica, etnia e gênero e adequação do número de vagas às demandas da comunidade na qual o campus estiver inserido.

Para que o acesso não se torne inócuo nem fonte de decepções e desistências, faz-se necessário pensar na permanência dos estudantes, através de ações como: implantação e execução da Política de Assistência Estudantil, incluindo a ampliação do programa de bolsas; garantia do atendimento pedagógico e psicossocial para os educandos, contando com as suas famílias na execução dessas atividades; discussão permanente com os atores pedagógicos sobre os processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos, estimulando a avaliação e transformação da prática; implantação e desenvolvimento de recursos para atendimento de questões básicas na atenção à saúde e bem-estar como refeitórios e serviço médico, exigindo dos demais órgãos públicos a garantia de segurança, iluminação, transporte coletivo e passarelas para a comunidade.

O êxito desponta como a consolidação de todo o trabalho desenvolvido em direção ao acesso, permanência, efetiva aprendizagem e desenvolvimento integral dos sujeitos. Para tanto, surgem algumas diretrizes nos processos pedagógicos, como foco constante na avaliação e ressignificação das práticas; adequação dos planejamentos às características dos educandos; ruptura da dicotomia entre ensino médio e ensino profissional, a fim de garantir a efetivação do ensino integrado; observação das individualidades para detectar as necessidades de atendimento especializado; disponibilização de recursos tecnológicos para docentes e discentes; monitoramento da evasão, para identificar e agir sobre as causas.

A inclusão é transversal a todos os aspectos elencados, pois todo o planejamento educativo deve adequar-se para acolher e fornecer educação de qualidade para todos, com destaque para as pessoas com necessidades específicas. O desafio de propiciar a igualdade de direitos diante das especificidades

individuais deve ser o impulso que movimenta os documentos e práticas cotidianas na direção do reconhecimento da diversidade no interior do Instituto, considerando que a inclusão:

... é a transformação da escola a partir de um conjunto de princípios, como a valorização da diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento pessoal e social, o desenvolvimento de currículos amplos que possibilitem a aprendizagem e participação de todos, o respeito às diferentes formas de aprender, o atendimento às necessidades educacionais dos alunos, a acessibilidade física e nas comunicações e o trabalho colaborativo na escola (IFBA, 201).

Sendo assim, são orientações para educação na perspectiva inclusiva: promoção da formação continuada dos docentes e técnicos-administrativos, favorecendo mudanças atitudinais em relação às pessoas com necessidades específicas, assim como capacitação de toda a comunidade escolar com a mesma finalidade; propiciar o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) através dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e a instalação destes com brevidade no campus que não possua; adequação da infraestrutura física para garantir a mobilidade e a utilização adequada dos mobiliários e espaços arquitetônicos.

2.3 Políticas de Extensão

Entende-se por extensão toda e qualquer atividade educacional, científica e cultural que, articulada com o ensino e com a pesquisa, leva o IFBA a interagir com a sociedade por intermédio dos seus corpos docentes, técnico e discente.

É compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Os princípios norteadores para constituição da Rede Federal atribuem especial importância à Extensão (e indissociáveis do Ensino e Pesquisa). Os institutos, através das práticas extensionistas, propiciarão a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente nos mesmos.

Educação, ciência e Tecnologia, articulados como perspectiva para o desenvolvimento local e regional, possibilitarão a interação necessária à vida acadêmica. Entendida a extensão como prática acadêmica integradora da Rede

Federal nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia conjuntamente à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

2.3.1 Fundamentos da política de extensão

A política de extensão do IFBA engloba docentes, técnicos administrativos e discentes, sendo esse último o principal foco a ser considerado na elaboração das atividades extensionistas.

Pensando nisso, é importante que toda ação a ser desenvolvida propicie aos estudantes não só experiências em sua área de formação, como também promova a educação de forma integral, interagindo com os bens culturais e sociais, uma vez que sua preparação pedagógica tem como uma das finalidades a integração na sociedade.

Além disso, as atividades de extensão devem criar interlocuções entre o IFBA e a sociedade e vice-versa, propiciando mecanismos de acesso por toda e qualquer pessoa através de cursos de extensão e outros serviços, contribuindo para o crescimento profissional, artístico e cultural, melhorando assim a sua qualidade de vida, levando-se em conta também uma das principais demandas do século XXI: a consciência da preservação ambiental.

Dessa forma, serão desenvolvidos dois eixos de atuação: o primeiro centrado no planejamento, organização e realização de todo o conjunto das atividades e o segundo voltado inteiramente à divulgação destas atividades, de forma a ampliar tanto o universo de atendimento quanto o conhecimento por parte da comunidade interna e externa.

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estabelece, em seu artigo 6º, dentre outras finalidades dos Institutos Federais, “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.” (BRASIL, 2008). No artigo 7º da mesma Lei encontramos os incisos:

IV desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008)

Neste contexto legal a extensão, entendida como atividade fim da Rede Federal para ser desenvolvida a partir de programas e projetos, consiste no: Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promova a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento sócio-econômico sustentável local e regional.

As ações de extensão serão desenvolvidas a partir de programas e projetos e atividades de extensão e estas são inerentes às dimensões da extensão tecnológica. Para melhor compreensão define-se:

Programa: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino.

Projeto: conjunto de atividades processuais contínuos, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um programa.

As ações de extensão tecnológica devem ser pautadas pelas seguintes diretrizes:

- I. Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- II. Buscar interação sistematizada da Rede Federal com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- III. Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber acadêmico e o saber popular;

- IV. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
- V. Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões.
- VI. Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão.

Compreender a dinâmica das relações que se processam no mundo do trabalho representa campo fértil da ação extensionista, como subsídio indispensável para a retroalimentação dos processos de ensino e pesquisa, e que desemboca no planejamento das políticas institucionais. Os Institutos devem prover meios para o ingresso da comunidade acadêmica no protagonismo das ações de extensão, de modo que o seu desenvolvimento produza a contínua reflexão da práxis institucional.

A extensão tecnológica diferencia-se pelo atendimento aos segmentos sociais e ao mundo do trabalho com ênfase na inclusão social, emancipação do cidadão favorecendo o desenvolvimento local e regional, a difusão do conhecimento científico e tecnológico, a produção da pesquisa aplicada e a sustentabilidade socioeconômica.

2.4 Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação

A Pesquisa, a Pós-Graduação e a Inovação são atividades coordenadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI), órgão de assessoramento da Reitoria do IFBA. A esta Pró-reitoria compete planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa e Inovação homologadas pelo Conselho Superior, garantindo a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. (Estatuto do IFBA). Seus principais eixos de atuação e seus respectivos objetivos são a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Inovação.

A pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia é entendida como uma atividade de produção de conhecimento e, nesse sentido, está sempre associada às atividades de ensino e às ações de extensão. Seu objetivo é realizar o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da

produção, o comprometimento com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a comunidade.

A Pós-Graduação propõe-se a estimular o desenvolvimento da qualidade acadêmica, científica e tecnológica em todas as áreas do conhecimento. Isso se traduz num conjunto de políticas que visam à implantação, qualificação e expansão do ensino pós-graduado na Instituição. Nesse sentido, cabe à PRPGI do IFBA a responsabilidade de estabelecer e manter as condições acadêmicas e técnicas que propiciem a complementação e o aprimoramento na formação de profissionais para a pesquisa aplicada.

A Inovação Tecnológica do IFBA busca gerir políticas para estimular, promover e acompanhar ações relacionadas à propriedade Intelectual e Inovação tecnológica para a sociedade e para o exercício profissional especializado, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.

O planejamento das políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação deve priorizar áreas de conhecimentos estratégicas definidas, visando: i) à criação de programa de pós-graduação; ii) à produção de pesquisa aplicada em inter-relação com o setor produtivo; iii) à formação de recursos humanos especializados em áreas alinhadas com as estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação (SETEC/MEC). As áreas estratégicas definidas a partir de 2014 são: Energias e Meio Ambiente, Engenharias, Educação e Tecnologias Educacionais, Tecnologias da Informação e Comunicação, Ciências Exatas e da Terra. Ressalta-se que estas áreas devem ser revisadas, pelo menos a cada quatro anos, ou quando se fizer necessário, pela Câmara de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), aprovado pelo Conselho Superior do IFBA (CONSUP), através da Resolução Nº 86 de 18 de dezembro de 2013, a pesquisa no IFBA deve ter por princípio a vinculação estreita com o desenvolvimento local e a inclusão social a partir da produção da ciência e da tecnologia através do pensamento intelectual comprometido com a construção da cidadania, da democracia, de defesa do meio ambiente e da vida, de criação de produtos e processos solidários. O escopo principal da pesquisa no IFBA deve ser o bem-estar social e o desenvolvimento do país. Deve buscar estabelecer a articulação com o ensino e a extensão de forma integrada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas técnicas/tecnológicas, promovendo oportunidades para uma educação continuada, que deve estar atenta ao dinamismo da sociedade

e do mundo. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de promover a articulação das diferentes áreas de conhecimento e a inovação científica, tecnológica, também deve ater-se às atividades artística e cultural. Neste sentido, a instituição, através da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, tem como metas:

- I. Alocar recursos para a pesquisa, pós-graduação e inovação, de acordo com as prioridades institucionais, com critérios de mérito científico e com as especificidades de cada área do conhecimento;
- II. Ampliar número de bolsas no Programa Institucional de Iniciação Científica e tecnológica (10% ao ano);
- III. Incrementar número de bolsas para qualificação dos servidores (10% ao ano);
- IV. Aumentar a produção científica e tecnológica;
- V. Proteger os produtos gerados pelos pesquisadores da Instituição;
- VI. Consolidar, fomentar e difundir a cultura de pesquisa institucional;
- VII. Implantar a Editora Institucional para publicações de periódicos e de material bibliográfico produzidos pelos servidores e discentes;
- VIII. Fortalecer a visibilidade científica e tecnológica do IFBA, nos âmbitos nacional e internacional;
- IX. Estruturar laboratórios e salas de estudo para o desenvolvimento da pesquisa nos câmpus;
- X. Ampliar e consolidar a Diretoria de Inovação Tecnológica no IFBA;
- XI. Estabelecer novas parcerias públicas e privadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- XII. Induzir e implantar cursos de Pós-graduação *lato e stricto sensu*, articulados com arranjos produtivos locais e áreas prioritárias da instituição;
- XIII. Elaborar material didático-pedagógico sobre Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual;
- XIV. Realizar eventos de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação nos câmpus;
- XV. Estimular a criação de empresas de base Tecnológica;
- XVI. Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que fortaleçam as áreas estratégicas, bem como a articulação com outras áreas;
- XVII. Articular o relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o

pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados, doutorados, tendo como elemento balizador as áreas estratégicas;

- XVIII. Estimular o estabelecimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa, visando aprimorar a qualidade das atividades finalísticas institucionais e a formação dos sujeitos envolvidos.

2.5 Políticas de Gestão

O IFBA fundamentará todos os seus procedimentos de gestão numa perspectiva democrática. Pensar em gestão democrática implica abrir espaços decisórios à comunidade acadêmica, possibilitando a manifestação de opiniões e anseios dos variados segmentos, inclusive da comunidade externa. Tal conduta exige dos gestores abertura ao diálogo, transparência nas ações, publicizando as decisões tomadas e esclarecendo os mecanismos que levaram às escolhas. Com isso, é reconhecida a importância dos servidores e dos discentes nas discussões dos rumos da Instituição. Desta forma gestão fortalecerá o exercício da participação e da cidadania, promovendo o caráter educativo da instituição.

Considerando o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), aprovado pela comunidade interna, em um congresso realizado no ano 2013, o IFBA instituiu as seguintes diretrizes, objetivos e mecanismos de monitoramento da sua gestão:

Diretrizes da gestão democrática

- Constituir o Conselho do Campus, composto por representantes eleitos por seus pares;
- Elaborar e revisar o Projeto Pedagógico Institucional de modo coletivo e participativo;
- Definição e fiscalização da verba do instituto através de suas instâncias competentes, conforme estabelecido pelos regimentos internos do IFBA, do Campus e da comunidade do Campus;
- Divulgar, de forma clara e transparente, a prestação de conta;

- Criar, manter e aperfeiçoar o serviço de saúde com qualidade para a comunidade interna com qualidade em todos os campi, funcionando nos três turnos;
- Realizar anualmente, com cada segmento de profissionais, seminários integrativos que possibilitem o partilhar de experiências e construção de uma unidade de ação nestes segmentos com aval das Pró-Reitorias e/ou Diretorias Sistêmicas;
- Realizar, anualmente, no âmbito das Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, seminários para discussões, proposições de ações prioritárias e critérios objetivos/ perfis para ocupação de funções;
- Garantir junto ao MEC e MPOG provimento de cargos para atender às demandas da Instituição, tendo em vista decisão contida no Acórdão TCU nº 506, de 13 de março de 2013.
- Garantir o funcionamento de todos os setores fundamentais para o fazer pedagógico e a saúde da comunidade, sempre que houver demanda de atendimento ao público interno, adequando a quantidade dos servidores efetivos às necessidades das atividades programadas de cada campus;
- Estabelecer o planejamento participativo anual com todos os segmentos da Instituição para definir as atividades da gestão, com tratamento igualitário para todos os cursos/setores;
- Divulgar leis e normas da educação no âmbito da instituição, promovendo estudos e reflexões na observância de sua aplicabilidade;
- Discutir amplamente e instituir o conceito de gestão democrática em todos os espaços de trabalho e instâncias do IFBA;
- Assegurar os espaços de atuação das entidades representativas dos estudantes e servidores;
- Adotar o orçamento participativo como requisito primordial para o desenvolvimento das condições que garantam um ensino de qualidade;
- Criar, manter e aperfeiçoar os serviços médico, odontológico e de enfermagem, com qualidade, em todas as unidades de ensino, durante os três turnos;
- Criar projetos para que o SMO (Serviço Médico-Odontológico) faça o encaminhamento dos pacientes para especialistas e implemente projetos de

planejamento familiar, além de promover palestras de conscientização, entre outros eventos;

- Constituir comitê representativo da comunidade, coordenador da elaboração e acompanhamento da elaboração e execução do orçamento participativo;
- Instituir comitê coordenador da implementação do Projeto Pedagógico-Institucional com representação de todos os segmentos do IFBA;
- Instituir espaços alternativos de produção acadêmica, tais como: núcleos temáticos, grupos de arte e cultura, pesquisa e inovação tecnológica, dentre outros;
- Criar mecanismos que dêem maior agilidade às respostas a solicitações dos estudantes, no que se refere a sua vida acadêmica, dinamizando as ações, dando atenção especial à desburocratização dos processos em todas as instâncias
- acadêmico-administrativas;
- Melhorar as condições materiais dos setores para garantir maior apoio pedagógico;
- Elaborar um calendário anual de reuniões de departamento, coordenações setores, representantes de turmas, a fim de evitar choque de datas;
- Criar as condições para a abertura do IFBA, em todas as suas unidades, nos finais de semana, tanto para atendimento à comunidade na realização de atividades de extensão como para o desenvolvimento da pesquisa por parte da comunidade acadêmica;
- Manter ciclos periódicos de avaliação e desempenho institucional;
- Implementar avaliação periódica dos gestores em todos os âmbitos da estrutura institucional;
- Reafirmar as políticas de atendimento aos estudantes, aumentando o número de bolsas de iniciação científica, de extensão e de estágio;
- Garantir assistência psicossocial e médico-odontológica à comunidade interna do IFBA;
- Criar mecanismos de acompanhamento dos egressos, por parte da coordenação de estágio;

- Fornecer, por meio de convênios com instituições, encaminhamento/acompanhamento de estudantes a outros serviços de saúde não oferecidos pelo SMO, visando sempre amenizar os efeitos da exclusão sócio-educacional;
- Divulgar o orçamento executado, anualmente, em cada unidade, detalhando a captação e aplicação de recursos por setores da instituição;
- Criar mecanismos que dêem maior agilidade às respostas a solicitações dos campi;
- Avaliação anual do desempenho dos ocupantes de chefias, coordenações, departamentos e diretorias de campus.
- Garantir a infraestrutura física e de equipamentos dos Campi, implantando e modernizando laboratórios, espaços de aprendizagem, assim como infraestrutura para equipamentos esportivos e de lazer e das salas de aula, atendendo à demanda dos cursos e avanços tecnológicos;
- Fomentar e garantir ações institucionais para o processo de construção de propostas de programas de pós-graduação, especialmente mestrado e doutorado;
- Desenvolver estudos sistemáticos de identificação de demandas e da capacidade institucional, no que se refere às ofertas, para um possível redimensionamento de cursos;
- Proporcionar condições efetivas de ensino, no que tange à provisão de materiais de consumo de laboratórios;
- Criar e estabelecer procedimentos, registrando-os, para facilitar a Gestão de Ensino e Administrativa;
- Estabelecer e implantar índices de desempenho de turmas, para possibilitar uma intervenção no processo educacional, quando necessário;
- Promover a capacitação e qualificação dos servidores da Instituição dentro da área de atuação de cada um, no IFBA, permitindo também com isso a formação de quadros de servidores para o ensino em pós-graduação;
- Assegurar a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades específicas, construindo, adequando ou modernizando laboratórios, salas de

aula, bibliotecas, sanitários e espaços adequados para as práticas esportivas e culturais;

- Alocar recursos para a pesquisa, de acordo com critérios de método científico e as prioridades institucionais, respeitando o fomento a interdisciplinaridade;
- Ampliar ou criar uma infraestrutura para pesquisa, especialização, mestrado e doutorado com laboratórios e equipamentos próprios;
- Promover a contínua melhoria das condições físicas e materiais, bem como a adequação do quadro de servidores necessários ao bom funcionamento da instituição;
- Promover especialização na área de ensino para os docentes que não têm licenciatura.

c) Objetivos da gestão democrática

- Uma gestão democrática deve ter como objetivo a constituição de um projeto de instituição que garanta a participação efetiva dos diferentes segmentos e da comunidade em geral;
- Promover a gestão com foco no atendimento às necessidades da sociedade;
- Construir e implementar um modelo de gestão democrática, caracterizado pela eficácia, eficiência e desenvolvimento contínuo de competências nas relações do trabalho;
- Gerir e manter controle sobre os recursos públicos necessários ao bom desempenho da gestão;
- Buscar a profissionalização no atendimento e do serviço público no IFBA com a melhoria qualitativa da força de trabalho;
- Apoiar os órgãos de controle na prevenção e combate à corrupção, fortalecendo a auditoria interna, controle interno administrativo e a correição;
- Fortalecer ações em defesa dos princípios éticos no ambiente de trabalho;

- Articular os segmentos do IFBA para o fortalecimento da Instituição como referência no ensino, na pesquisa e extensão, no âmbito regional;
- Simplificação nos processos de atendimento ao cidadão;
- Manter o controle da programação plurianual do orçamento e o aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação;

- Ampliar os fóruns de participação da comunidade interna e externa.

d) Mecanismos de Monitoramento da Gestão democrática

- Regulamentações transparentes e isonômicas sobre as políticas de qualificação, afastamento, transferências, mudanças de regime de trabalho, bolsas, auxílios, projetos de pesquisa e extensão, etc.;
- Combate ao assédio moral;
- Controle institucional geral e local sobre as indicações dos diretores pró-tempore;
- Funcionamento regular do conselho de campus;
- Transparência e democratização da gestão dos recursos do instituto;
- Critérios públicos e transparentes para a indicação de cargos comissionados nas áreas administrativas;
- Rediscussão ampla na comunidade interna sobre o Termo de Acordo e Metas assinado pelo CONIF e IFBA, inclusive passando pelas instâncias competentes do IFBA;
- Implantar e aperfeiçoar a Ouvidoria e Correição no IFBA em todos os seus *campi*;
- Promover todo e qualquer tipo de informação, dentro dos limites legais, referente ao funcionamento dos Campi para as três categorias (docentes, técnico-administrativos e discentes);
- Incentivar a discussão dos diferentes assuntos referentes à Instituição pelas comunidades interna e externa do IFBA;
- Priorizar a implantação (na sua plenitude) do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) no IFBA;
- Discutir e implantar em todos os campi do IFBA o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), de acordo com as orientações do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal;
- Formular, em conjunto com as Pró-Reitorias, manual de orientação, contendo as bases legais, os instrumentos jurídicos próprios, modelos de minutas e os

trâmites processuais para formalização de parcerias entre o IFBA e o setor produtivo e outras instituições;

2.6 Educação a Distância (EAD) (polos)

O Estado da Bahia possui uma dimensão continental, mesmo a interiorização da oferta de educação de qualidade ocorrendo por meio da presença do IFBA em várias cidades, não implica diretamente a possibilidade de acesso do aluno à Instituição. Há vários motivos que geram essa falta de acesso: moradia distante das redes de serviço de transporte público, horários e ritmos de trabalho não compatíveis com o ensino presencial e pessoas com deficiências, entre outros. Por isso, o ensino a distância pode possibilitar o acesso a uma educação de qualidade a um maior número de pessoas. Considerando ainda a característica básica do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e o encurtamento das distâncias, a Educação a Distância (EaD) surge como uma forma de atingir as várias localidades, inclusive as mais remotas, sem necessidade de deslocamento do aluno ou do trabalhador. Além disso, possibilita a autonomia do aluno ou do profissional em relação a seu tempo de estudo, uma vez que ele pode gerenciar esse tempo de acordo com a sua disponibilidade.

A Constituição de 1998, garante a todos os cidadãos o direito à educação. Como instituição federal, o IFBA precisa contribuir para que isso se torne uma realidade. A EAD é uma das formas de garantir esse direito, ampliando a oferta institucional sem gerar grande sobrecarga nas instalações físicas e promovendo a diversificação de cursos em diferentes níveis de ensino. A legislação específica sobre EAD no Brasil tem por principal base os artigos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, de onde derivam outros documentos oficiais que especificam critérios de regulação, avaliação e supervisão de cursos e instituições. Destacam-se os seguintes:

➤ **Portaria Ministerial nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**– regulamentou a oferta de 20% da carga horária dos cursos presenciais e aulas

semipresenciais nos cursos reconhecidos das Instituições de Educação Superior (IES);

➤ **Decreto nº 5.622, de dezembro de 2005** – regulamentou o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB);

➤ **Plano Nacional de Educação** – estabeleceu metas e diretrizes para a expansão da EAD;

➤ **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006** – estabeleceu os princípios das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;

➤ **Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007** – alterou os dispositivos dos Decretos nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e nº 5.773, de 9 de maio de 2006, estabelecendo a exigência de polos de apoio presencial;

➤ **Portaria nº 1 de 10 de janeiro de 2007** – regulou o ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para a educação presencial e a distância;

➤ **Portaria nº 40, de 13 de dezembro de 2007** – instituiu o e-Mec, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação;

➤ **Portaria nº 10, de 2 de julho de 2009** – fixou critérios para a avaliação in loco;

➤ **Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007**– definiu as responsabilidades pelas atividades de avaliação, regulação e supervisão da EAD;

➤ **Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011** – redefiniu as responsabilidades pelas atividades de avaliação, regulamentação e supervisão da EAD;

➤ **Instrução Normativa nº 1, de 14 de janeiro de 2013** – fixou os procedimentos do fluxo dos processos de regulação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade EAD.

2.6.1 Dados da EAD IFBA a partir 2013

O IFBA firmou convênio com MEC para oferta do Programa Profucionário por meio da Rede e-TEC Brasil. Em setembro de 2013, iniciou-se a oferta de quatro cursos técnicos subsequentes semipresenciais da Rede e-TEC Brasil, PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO, na modalidade de ensino EAD. Os Cursos são Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Alimentação Escolar e Secretaria Escolar com aproximadamente 3200 alunos. O IFBA possui 19 polos e-TEC, em 16 *Campi* e três *núcleos* avançados, e um polo em parceria com uma Prefeitura Municipal que servem de suporte para os cursos EAD ofertados. Ainda em 2013 firmou-se uma parceria com o IFPR para o Curso de Especialização em Propriedade Intelectual e Inovação, ofertado para os servidores do IFBA.

2.6.2 Infraestrutura de EAD

- ✓ Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – 19500 usuários;
- ✓ Uma Coordenação de Educação a Distância.
- ✓ Criar um Data Center para atender e dar suporte a todas as demandas de TI da EAD. Equipar todos os Campi, tornando-os polos EAD.

Quadro 3

Ano	Curso	Previsão de Alunos
2013 2014-2018	CEPROEJA – Curso de especialização <i>latu sensu</i> em Educação de Jovens e Adultos modalidade a distância	200
	Especialização em Propriedade Intelectual e Inovação;	20
	Curso para Recepção servidores de acordo com o art24 da lei 12772/2012	800
	Curso de nivelamento para ingresso nos cursos técnicos da modalidade integrada.	5000
	Curso de nivelamento em matemática para ingressos em Cursos de Graduação	1500
	Implantação da Portaria Municipal nº 4059	3000
	Curso da Rede e-TEC	6000
	Cursos de capacitação para servidores para atuação em EAD	3000
	Implantação de dois cursos de graduação	1000
Implantação de Cursos de Especialização	400	
Subtotal		

2.6.3 Objetivo de EAD

Objetivo:

- Institucionalizar e estruturar a oferta da Educação a Distância no IFBA;
- Estruturar um data center para atendimento às demandas da EAD IFBA;
- Ampliar o uso de multimídias, tecnologia de informação e comunicação nos cursos do IFBA;
- Ampliar a oferta dos Cursos na modalidade EAD;
- Garantir a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão na oferta de Educação a Distância;

Ações:

- Disseminar a prática do uso de multimídia, de teleconferência e interação didática na aprendizagem presencial e a distância.
- Ampliar a capacitação dos docentes no uso das TICs no processo de ensino-aprendizagem.
- Capacitar docentes para exercerem o papel de tutores no ensino a distância e semipresencial.
- Desenvolver material didático institucional.
- Estimular a interação constante entre docentes, tutores e estudantes no âmbito do ensino a distância e presencial.
- Fomentar a inserção de componentes curriculares a distância nos currículos de graduação e pós-graduação.
- Fomentar a realização de cursos de nivelamento EAD para as diversas modalidades de ensino;
- Fomentar a realização de pesquisas sobre EAD e TICs no ensino superior.
- Implantar salas de informática e videoconferências em todos os *Campi* do IFBA.
- Atualizar a infraestrutura de apoio para projetos inovadores, incluindo biblioteca atualizada e informatizada, laboratórios adequados, preparação dos novos ambientes de aprendizagem.

- Normatizar a distribuição de carga-horária docente de forma a possibilitar o desenvolvimento de ações de ensino, contemplando a educação à distância, pesquisa, extensão e gestão.
- Ampliar e fortalecer a educação à distância, como oportunidade para integração, difusão e ampliação das ofertas educacionais, com a consolidação da oferta institucional própria, nas formas presencial e via internet, e com desenvolvimento prioritário nos *campi* como polos especializados, em função do foco estratégico.
- Fomentar o investimento em infraestrutura tecnológica, administrativa e de pessoal especializado em todos os *campi* para atuação na educação à distância.
- Estimular a capacitação de professores e técnicos-administrativos para atuação na educação à distância.
- Ofertar cursos técnicos subsequentes, de licenciatura, de especialização/formação pedagógica, bacharelado em Ciência e Tecnologia e FIC na modalidade EAD.

3 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA foi criado pela Lei de nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e tem por finalidade ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Segundo a mesma lei, temos como objetivos:

- ministrar cursos de educação profissional técnica de nível médio, formação inicial e continuada de trabalhadores;
- ministrar cursos de educação superior em tecnologia, licenciatura, bacharelado e engenharia;
- ministrar cursos de pós-graduação de aperfeiçoamento e especialização, mestrado e doutorado;
- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Por tudo isso, desejaremos neste momento delinear um Cronograma dos Cursos presentemente e no futuro para o próximo quinquênio nas diversas modalidades acompanhando certamente o desenvolvimento da nossa instituição.

3.1 Educação Básica:

3.1.1 Educação Profissional:

Os ideais da nova legislação para a educação profissional ensejam uma nova dinâmica organizacional didático-pedagógica e possibilidades de mudanças significativas para a educação profissional técnica de nível médio, destinada a proporcionar habilitação profissional a alunos egressos do ensino fundamental técnico de nível médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 e o Decreto nº 5.154/04 estabelecem um paradigma para a educação profissional, sendo definida como complementar à educação básica, portanto articulada a ela, tendo como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis Médio e Superior.

Para desenvolver com qualidade a nossa Instituição, precisamos alcançar os seguintes objetivos:

- _ Aquisição das competências e habilidades previstas nos currículos;
- _ Aprofundamento dos conhecimentos, possibilitando o aperfeiçoamento profissional;
- _ Preparação básica para o trabalho e para a cidadania;
- _ Desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- _ Compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos.

Tabela 1 - Alunos matriculados na Educação Profissional – 2013

Campus	Ano 2013
Barreiras	
Brumado	
Camaçari	
Eunápolis	
Feira de Santana	
Ilhéus	
Irecê	
Jacobina	
Jequié	

Paulo Afonso	
Porto Seguro	
Salvador	
Santo Amaro	
Seabra	
Simões Filho	
Valença	
Vitória da Conquista	
Total	

Fonte:

Tabela 2 - Projeção do Número de Vagas na Educação Profissional, IFBA

Campus	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
Barreiras	360	420	500	500	500
Brumado	DNI				
Camaçari	240	400	360	360	360
Eunápolis	230	350	350	390	390
Feira de Santana	265	180	240	240	270
Ilhéus	340	380	380	380	380
Irecê	160	270	270	270	270
Jacobina	100	270	470	670	870
Jequié	240	360	520	640	640
Paulo Afonso	530	270	270	270	270
Porto Seguro	125	205	185	185	185
Salvador	985	905	870	900	930
Santo Amaro	280	330	330	330	330
Seabra	DNI				
Simões Filho	250	300	300	300	300
Valença	80	-	80	80	80
Vitória da Conquista	320	350	480	480	480
Total					

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Tabela 3 - Projeção de alunos matriculados na Educação Profissional

Campus	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
Barreiras	1262	1475	1555	1555	1555
Brumado	DNI				
Camaçari	798	1028	1219	1279	1335
Eunápolis	870	1040	1210	1350	1540
Feira de Santana	833	983	1123	1263	1433
Ilhéus	730	1024	1240	1508	1765
Irecê	602	670	730	790	850
Jacobina	510	40	80	120	160
Jequié	CRI				
Paulo Afonso	705	589	522	481	462
Porto Seguro	339	402	382	382	382
Salvador	2703	2763	2728	2758	2788
Santo Amaro	637	778	926	1058	1190
Seabra	DNI				
Simões Filho	933	1.120	1.170	1.170	1.170
Valença	450	450	450	500	500
Vitória da Conquista	1200	1413	1740	2240	2300
Total					

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

3.2 Educação Superior:

Atualmente temos 30 cursos de graduação em 10 campi conforme tabela abaixo. Existe a pretensão de abertura, no Instituto, de mais quatro novos cursos superiores para 2015.1.

Quadro 2 Cursos Superiores de IFBA

	CAMPUS	CURSO
1.	Barreiras	Licenciatura em Matemática
2.	Barreiras	Engenharia de Alimentos
3.	Camaçari	Licenciatura em Matemática
4.	Eunápolis	Licenciatura em Matemática
5.	Eunápolis	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
6.	Eunápolis	Engenharia Civil
7.	Paulo Afonso	Engenharia Elétrica

8.	Porto Seguro	Licenciatura em Química
9.	Porto Seguro	Licenciatura em Computação
10.	Porto Seguro	Licenciatura Intercultural Indígena
11.	Salvador	Engenharia Industrial Elétrica
12.	Salvador	Engenharia Industrial Mecânica
13.	Salvador	Engenharia Química
14.	Salvador	Licenciatura em Física
15.	Salvador	Licenciatura em Geografia
16.	Salvador	Licenciatura em Matemática
17.	Salvador	Tecnologia em Radiologia
18.	Salvador	Tecnologia em Eventos
19.	Salvador	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
20.	Salvador	Administração
21.	Salvador	Tecnologia em Processos de Polimerização
22.	Santo Amaro	Licenciatura em Computação
23.	Simões Filho	Licenciatura Tecnológica em Eletromecânica
24.	Valença	Licenciatura em Computação
25.	Valença	Licenciatura em Matemática
26.	Vitória da Conquista	Bacharelado em Sistemas de Informação
27.	Vitória da Conquista	Engenharia Ambiental
28.	Vitória da Conquista	Engenharia Elétrica
29.	Vitória da Conquista	Licenciatura em Química
30.	Vitória da Conquista	Engenharia Civil

Fonte: PROEN – Assessoria de Ensino Superior – 2013

Tem-se incentivado que as novas vagas criadas sejam, em maior parte, destinadas aos cursos de Licenciatura, com a finalidade de atender à Lei Federal 11.982, de 2008, que determina que os Institutos Federais devem garantir, pelo menos, 20% de suas vagas de Ensino Superior aos cursos de Licenciatura. Atualmente o IFBA dispõe, aproximadamente, de 11% dos seus discentes de ensino superior matriculados nos cursos de licenciatura.

Perante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a Educação Superior tem por finalidades, os itens listados a baixos:

_ estimular a criação cultural e o desenvolvimento científico;

- _ formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- _ incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura;
- _ promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- _ estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- _ promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para desenvolver com qualidade a nossa Instituição, precisamos alcançar os seguintes objetivos:

- _ Ministrar, em nível de educação superior, cursos de graduação e pós-graduação “lato sensu” e “stricto sensu”, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- _ Ministrar cursos de licenciatura, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- _ Ministrar educação profissional técnica de nível médio, visando à formação de técnicos, auxiliares e instrutores;
- _ Ministrar cursos de formação continuada, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização de profissionais na área tecnológica;
- _ Realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade;
- _ Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

O papel fundamental da Educação Superior é exercer, sendo não apenas formadora de profissionais, mas a peça chave na produção e disseminação de conhecimentos, tal como no desenvolvimento da sociedade.

Para desenvolver com qualidade a nossa Instituição, precisamos alcançar os seguintes objetivos nos referidos cursos:

- _ Aquisição das competências e habilidades previstas nos currículos;
- _ Aprofundamento dos conhecimentos, possibilitando o aperfeiçoamento profissional;
- _ Preparação básica para o trabalho e para a cidadania;
- _ Desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- _ Compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos.

Face ao planejamento em voga dos Cursos Superiores, a Pro-reitoria de Ensino do IFBA realizou um levantamento cronológico de todas as legislações pertinentes ao processo de Reconhecimento e verificou junto aos Projetos de Cursos quais eram os principais pontos a serem aprimorados.

Em seguida, foi verificado quais os cursos superiores do IFBA que estariam em vias de solicitar o Reconhecimento, isto é, cujos estudantes haviam concluído ou estavam prestes a concluir 50% da carga horária total do curso, vide tabela abaixo.

Após a constatação que praticamente 50% de todos os cursos superiores do IFBA estão para solicitar Reconhecimento em outubro de 2013 ou abril de 2014, meses em que o MEC abre o sistema e-MEC.

Quadro 3 - Cursos em fase de solicitação de Reconhecimento ao MEC

Campus	Curso	Pedido de Reconhecimento
Porto Seguro	Licenciatura em Química	REALIZADO EM OUTUBRO DE 2013
Porto Seguro	Licenciatura em Computação	REALIZADO EM OUTUBRO DE 2013
Porto Seguro	Licenciatura Intercultural Indígena	SERÁ REALIZADO EM 2014
Salvador	Licenciatura em Física	SERÁ REALIZADO EM 2014
Salvador	Licenciatura em Geografia	SERÁ REALIZADO EM 2014
Salvador	Licenciatura em Matemática	SERÁ REALIZADO EM 2014

Santo Amaro	Licenciatura em Computação	REALIZADO EM OUTUBRO DE 2013
Simões Filho	Licenciatura Tecnológica em Eletromecânica	SERÁ REALIZADO EM 2014
Valença	Licenciatura em Computação	SERÁ REALIZADO EM 2014
Valença	Licenciatura em Matemática	SERÁ REALIZADO EM 2014
Vitória da Conquista	Bacharelado em Sistemas de Informação	REALIZADO EM OUTUBRO DE 2013
Vitória da Conquista	Engenharia Ambiental	REALIZADO EM OUTUBRO DE 2013
Vitória da Conquista	Licenciatura em Química	SERÁ REALIZADO EM 2014

Fonte: PROEN – Assessoria de Ensino Superior – 2013

Tabela 4 Alunos matriculados na Educação Superior Tabela 04 -

Campus	Ano 2013
Barreiras	
Brumado	
Camaçari	
Eunápolis	
Feira de Santana	
Ilhéus	
Irecê	
Jacobina	
Jequié	
Paulo Afonso	
Porto Seguro	
Salvador	
Santo Amaro	
Seabra	
Simões Filho	
Valença	
Vitória da Conquista	
Total	

Tabela 05 Projeção do Número de Vagas na Educação Superior

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Bacharelado/Engenharia	Barreiras	120	120	120	160	160
	Brumado	DNI				
	Camaçari	60	140	120	120	120
	Eunápolis	40	40	80	120	120
	Feira de Santana	00	80	80	160	160
	Ilhéus	00	00	40	30	30
	Irecê	00	00	30	60	60
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	40	200	280	360
	Paulo Afonso	80	80	80	80	80
	Porto Seguro	00	00	00	40	30
	Salvador	272	272	272	272	272
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	40	40	40
	Valença	300	380	380	420	420
	Vitória da Conquista	260	420	420	460	460
Subtotal						
Licenciatura	Barreiras	40**	40	40	40	40
	Brumado	DNI				
	Camaçari	60	60	60	60	60
	Eunápolis	50	50	50	50	50
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	40	30
	Irecê	30	60	90	120	120
	Jacobina	00	40	80	120	160
	Jequié	00	40	200	280	360
	Paulo Afonso	00	40	40	40	40
	Porto Seguro	100	160	100	160	100
	Salvador	180	180	180	300	300
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	40	40	80	80	80
	Valença	80	80	80	120	120
	Vitória da Conquista	260	420	420	460	460
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

. ** Entrada do Curso de Engenharia Elétrica (somatório dos cursos existentes e novo Curso em Engenharia Elétrica.

Níveis	Campus	Ano				
		2015	2016	2017	2018	
Tecnologia	Barreiras	00	00	00	00	00
	Brumado	DNI				
	Camaçari	0	0	0	0	0
	Eunápolis	40	40	80	80	80
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	40
	Irecê	00	60	60	60	60
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	80	160
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	160	160	240	240	240
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
Valença	00	00	00	00	00	
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

Tabela – 06 - Projeção de alunos matriculados na educação Superior

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Bacharelado/Engenharia	Barreiras	150*	230	320	475**	480
	Brumado	DNI				
	Camaçari	0	150	266	266	266
	Eunápolis	40	80	110	150	180
	Feira de Santana	00	80	160	320	480
	Ilhéus	00	00	40	70	100
	Irecê	00	00	30	60	60
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	80	80	80
	Paulo Afonso	244	264	239	218	201
	Porto Seguro	00	00	00	40	70
	Salvador	807	807	807	807	807
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	40	80	120
Valença	00	00	00	00	00	
Vitória da Conquista	822	1222	1572	1912	2232	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi ,
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

* Somatório das entradas dos Cursos de Bacharelado em Arquitetura e Enfermagem e Engenharia de Alimentos, contando com os alunos ingresso em 2013

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Licenciatura	Barreiras	130	148	165	180	190
	Brumado	SI				
	Camaçari	133	133	133	133	133
	Eunápolis	130	160	160	160	160
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	40	70
	Irecê	30	90	180	270	330
	Jacobina	00	40	80	120	160
	Jequié	00	00	00	40	40
	Paulo Afonso	0	40	80	120	160
	Porto Seguro	290	270	270	330	330
	Salvador	364	364	364	404	404
	Santo Amaro	Ver				
	Seabra	SI				
	Simões Filho	135	160	230	300	365
	Valença	300	320	320	320	320
Vitória da Conquista	91	171	151	231	301	
Subtotal						
Tecnologia	Barreiras	00	00	00	00	00
	Brumado	SI				
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	120	140	180	180	180
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	40
	Irecê	00	60	120	180	240
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	40	40
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	295	295	375	375	375
	Santo Amaro	SI				
	Seabra	SI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença					
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

3.3 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

3.3.1 Pesquisa:

Segundo a PRPGI, a atividade de pesquisa e difusão de conhecimento, continuamente perpassada por um viés social, almeja dar respostas às questões científicas e viabilizar, através de soluções tecnológicas, apoio às necessidades da sociedade e do setor produtivo. A integração entre ensino, pesquisa e extensão constitui-se como um dos seus principais objetivos.

Para a PRPGI, a pesquisa no IFBA é movida pela ação de seus pesquisadores que obtêm recursos para desenvolver as suas pesquisas através da submissão de projetos junto aos órgãos de fomento (FINEP, CNPq, FAPESB, etc.), bem como com recursos disponibilizados pela PRPGI através de editais. A atividade de pesquisa, na IFBA, ocorre no âmbito de 52 grupos de pesquisa certificados no Diretório de Grupo de Pesquisa do CNPq. Os Grupos de Pesquisa envolvem 408 pesquisadores distribuídos em 246 linhas de pesquisa.

São desenvolvidos Projetos de Pesquisa em todos os campi do IFBA, onde pesquisadores docentes e técnicos administrativos estão vinculados também a projetos de iniciação científica dentro do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica.

3.3.2 Pós-Graduação:

O IFBA oferece cursos de Pós-Graduação:

- Lato Sensu (ou especialização) - visa, principalmente, o aperfeiçoamento técnico profissional em uma área mais restrita do saber com carga horária mínima de 360 h. Atualmente temos a Especialização em Computação Distribuída e Ubíqua e recentemente a Especialização em Educação Profissional.
- Stricto Sensu (mestrado e Doutorado) - voltados à formação científica e acadêmica do cidadão, privilegiando o ensino e a pesquisa, procurando sempre a integração do conhecimento. Existem os MINTERs e os DINTERs, que são os Mestrados e Doutorados institucionais em convênios com algumas das mais renomadas universidades brasileiras. Recentemente formamos cerca de 12 doutores em Estatísticas conjuntamente com a Universidade de Lavras.

3.3.3 Inovação:

Segundo a PRPGI, a implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica no Instituto Federal da Bahia surgiu diante da necessidade de otimizar as potencialidades da Instituição na área tecnológica, bem como para atender à Lei de Inovação (Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004). Iniciam-se as atividades em 2005. A partir da aprovação do Projeto MCT/FINEP/Ação Transversal—TIB 02/2006, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), constitui a infraestrutura mínima necessária.

Gerenciando as ações de inovação, a Coordenação de Inovação Tecnológica (CIT), que faz parte da Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Nordeste (REDE NIT NE), vem se estruturando. O IFBA no próximo quinquênio tem muito interesse em atuar no Parque Tecnológico do Bahia, fomentado pelo Governo do Estado da Bahia, localizado na avenida Paralela em Salvador.

Para a PRPGI, gerir a política de Inovação do IFBA, disseminando, estimulando, promovendo e acompanhando ações relacionadas à Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país.

Estão elencadas aqui algumas de nossas responsabilidades:

- Difusão de cultura sobre Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica;
- Fomentar e fortalecer as parcerias do IFBA com órgãos governamentais, empresas e sociedade;
- Elaboração de material didático-pedagógico sobre Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual;
- Promover e orientar para que haja uma adequada proteção das inovações geradas pela comunidade interna e externa (patentes, marcas, direitos autorais, legislação, transferência de tecnologia, e questões relacionadas);
- Acompanhar o processo dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IFBA.
- Estimular a criação de empresas de base Tecnológica;
- Apoiar e acompanhar a transferência de tecnologia e a exploração econômicas de inovações;

Tabela 07 - Projetos de Pesquisa concluídos e em execução – 2013

Campus	Projetos de Pesquisa		
	Em Execução	Concluídos	Total
Barreiras			
Brumado			
Camaçari			
Eunápolis			
Feira de Santana			
Ilhéus			
Irecê			
Jacobina			
Jequié			
Paulo Afonso			
Porto Seguro			
Salvador			
Santo Amaro			
Seabra			
Simões Filho			
Valença			
Vitória da Conquista			
Total			

Tabela 08 - Publicação Científica – 2013

Campus	Trabalhos publicados em anais, revistas indexadas
	Barreiras
Brumado	
Camaçari	
Eunápolis	
Feira de Santana	
Ilhéus	
Irecê	
Jacobina	
Jequié	
Paulo Afonso	
Porto Seguro	
Salvador	
Santo Amaro	
Seabra	
Simões Filho	
Valença	
Vitória da Conquista	
Total	

Fonte:

Tabela 09 - Distribuição de Bolsas (Iniciação Científica e Tecnológica) - 2013

Bolsas	Quantitativo de Bolsas
IC-Cotas FAPESB	
IC-Cotas IFBA	
PIBID CNPq	
PIVIC IFBA	
PIBITI CNPq	
PIBITI IFBA	
IC JR FAPESB	
IC JR IFBA	
IC JR (EM) CNPq	
IC JR (EM) IFBA	
Total	

Fonte:

Tabela - 10 Distribuição de Bolsas por Campus – 2013

Campus	Quantitativo de Bolsas
Barreiras	
Brumado	
Camaçari	
Eunápolis	
Feira de Santana	
Ilhéus	
Irecê	
Jacobina	
Jequié	
Paulo Afonso	
Porto Seguro	
Salvador	
Santo Amaro	
Seabra	
Simões Filho	
Valença	
Vitória da Conquista	
Total	

Fonte:

Tabela -11 - Projeção ao Desenvolvimento da Pesquisa, Publicação Científica e Bolsas

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Projetos Pesquisa	Barreiras	04	06	08	10	12
	Brumado	DNI				
	Camaçari	15	20	20	20	25
	Eunápolis	20	24	28	34	50
	Feira de Santana	06	07	08	09	10
	Ilhéus	10	12	14	16	18
	Irecê	05	10	10	15	15
	Jacobina	01	02	03	04	05
	Jequié	11	12	11	11	10
	Paulo Afonso	10	12	15	20	25
	Porto Seguro	05	05	05	05	05
	Salvador	110	120	125	130	135
	Santo Amaro	10	20	20	30	30
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	40	45	50	55	60
Valença	35	38	41	45	50	
Vitória da Conquista	48	45	48	50	52	
Subtotal						

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Publicação trabalhos	Barreiras	46	54	56	58	60
	Brumado	DNI				
	Camaçari	20	20	25	30	40
	Eunápolis	15	25	30	40	50
	Feira de Santana	22	24	27	30	33
	Ilhéus	10	12	14	16	18
	Irecê	05	10	20	20	20
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	17	16	16	17	17
	Paulo Afonso	30	35	35	40	40
	Porto Seguro	05	05	05	05	05
	Salvador	130	140	170	180	200
	Santo Amaro	20	25	25	30	30
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	55	60	65	70	75
Valença	38	42	46	50	55	
Vitória da Conquista	40	42	44	46	48	
Subtotal						
Bolsas Pesquisa	Barreiras	03	05	07	09	11
	Brumado	DNI				
	Camaçari	05	10	12	14	16
	Eunápolis	20	24	28	34	50
	Feira de Santana	08	10	12	15	18
	Ilhéus	00	06	07	08	09
	Irecê	10	20	25	30	35
	Jacobina	02	03	03	03	03
	Jequié	07	08	09	06	07
	Paulo Afonso	12	20	25	30	35
	Porto Seguro	07	07	07	07	07

	Salvador	70	80	80	80	90
	Santo Amaro	10	10	15	20	20
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	10	15	20	25	30
	Valença	08	09	10	11	12
	Vitória da Conquista	45	45	47	48	49
Subtotal						
Grupos pesquisa	de	Barreiras	00	00	00	00
		Brumado	SI			
		Camaçari	01	01	00	01
		Eunápolis	07	09	09	10
		Feira de Santana	04	05	05	05
		Ilhéus	00	00	00	00
		Irecê	03	04	04	05
		Jacobina	DNI			
		Jequié	DNI			
		Paulo Afonso	00	00	00	00
		Porto Seguro	06	07	08	08
		Salvador	DNI			
		Santo Amaro	02	02	03	03
		Seabra	DNI			
		Simões Filho	00	00	00	00
		Valença	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	00	00	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Tabela -12 - Alunos matriculados na pós-graduação

Campus	Curso	Nº de Aluno Matriculados
Especialização	Educação de Jovens e Adultos EJA Salvador	
	Computação Distribuída e Ubíqua Salvador	
	Gestão de Instituições Públicas Salvador	
	Técnica em Segurança Meio- Ambiente e Saúde - Salvador	
	Educação de Jovens e Adultos – Valença	
Total		

Tabela –13 - Projeções de números de cursos de Pós-Graduação Lato/Stricto Sensu

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Lato Sensu	Barreiras	01	02	02	01	01
	Brumado	DNI				
	Camaçari	00	00	00	01	00
	Eunápolis	03	01	02	02	02
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	01	01	01	01
	Irecê	00	01	01	01	01
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	90	140	140	105	105
	Santo Amaro	01	01	01	01	01
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
Valença	00	00	01	01	01	
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Stricto Sensu	Barreiras	00	00	00	00	00
	Brumado	DNI				
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	01	01	01	02	02
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	00	10	20	35	45
	Santo Amaro	01	01*	02	02	02
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
Valença	00	00	00	00	00	
Vitória da Conquista	CRI					
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Nota: O programa ofertado será em parceria com a UNEB e o IFBA campus Santo Amaro. * Inicialmente será ofertado apenas na modalidade mestrado e depois modalidades mestrado e doutorado.

Tabela -14 - Projeções de números de vagas de Pós-Graduação Lato/Stricto Sensu

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Lato Sensu	Barreiras	00	00	00	00	00
	Brumado	DNI				
	Camaçari	00	00	00	20	20
	Eunápolis	30	60	60	30	30
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	30	30	30
	Irecê	00	60	60	60	60
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	135	150	130	150
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
	Valença	00	00	30	30	30
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Stricto Sensu	Barreiras	00	00	00	00	00
	Brumado	DNI				
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	20	20	20	40	40
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	25	25	25	25
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	00	80	80	80	80	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

Tabela – 15 - Projeção de Alunos matriculados na Pós-Graduação

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Lato Sensu	Barreiras	00	30	60	60	60
	Brumado	DNI				
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	30	60	60	30	30
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	30	60	60	60
	Irecê	00	60	120	180	240
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	135	285	415	415
	Salvador	90	140	140	105	105
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	40	40	40
Valença	00	00	30	30	30	
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Stricto Sensu	Barreiras	0	0	0	20	20
	Brumado	DNI				
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	20	20	20	40	40
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	00	25	50	75	100
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	SI				
	Simões Filho	00	00	00	00	40
Valença	00	00	00	00	00	
Vitória da Conquista	00	80	80	80	80	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

3.4 Extensão:

O IFBA, através da Pró-Reitoria de Extensão, Relações Empresariais e Comunitárias – PROEX vem atuando em sintonia com as demandas sociais, através da oferta de cursos de educação profissional, promovendo assim a qualificação, capacitação e reciclagem da mão de obra necessária ao desenvolvimento socioeconômico regional, pela prestação de serviços e consultorias tecnológicas, fomento a estágios curriculares, implementação de parcerias com instituições públicas, privadas e organizações não-governamentais, adoção de programas de intercâmbio internacional, além de outras ações ligadas à participação e realização de eventos técnicos, científicos, culturais e esportivos.

A PROEX vem agindo como agente de fomento e apoio ao desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, ela é um órgão ligado diretamente à Reitoria e tem por missão promover o intercâmbio entre o IFBA e a comunidade externa, visando atender a diversas demandas sociais. Sendo assim, seu papel é tornar-se um interlocutor da instituição com a sociedade, ouvindo as suas necessidades, subsidiando a comunidade interna, em especial a área acadêmica, e dinamizando a produção de pesquisas aplicadas e serviços para atender as necessidades identificadas.

Para a PROEX, a ação extensionista é, portanto, indispensável para uma maior integração da instituição de ensino com as entidades produtivas. Tornando indissociável o ensino e a pesquisa para com a sociedade. Além de estar considerando o compromisso social da instituição pública. Caracteriza-se por sua natureza interdisciplinar e inserção dos diversos setores acadêmicos e administrativos da instituição, bem como pela capacidade de operacionalizar a relação teoria-prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular.

Abaixo encontram-se as tabelas com seus respectivos indicadores de fomento da Extensão no IFBA:

Tabela -16 Desenvolvimento Tecnológico

Indicadores	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número programas registrados	Barreiras	00	00	01	01	01
	Brumado	DNI				
	Camaçari	01	01	02	02	02
	Eunápolis	03	05	10	15	20
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	02	03	04	05
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	05	10	10	10	10
	Paulo Afonso	01	06	06	06	06
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	00	00	01	01	02
	Simões Filho	03	03	03	??	??
Valença	DNI					
Vitória da Conquista	06	06	07	08	10	
Subtotal						
Número projetos registrados	Barreiras	01	01	01	01	01
	Brumado	DNI				
	Camaçari	03	03	04	07	07
	Eunápolis	02	04	08	10	16
	Feira de Santana*	01	02	04	05	05
	Ilhéus	00	02	03	04	05
	Irecê*	01	02	03	03	03
	Jacobina	10	20	30	40	50
	Jequié	05	10	10	10	10
	Paulo Afonso	01	10	12	14	15
	Porto Seguro	00	01	01	01	01
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	00	02	04	06	08
	Simões Filho	01	01	02	??	??
Valença	DNI					
Vitória da Conquista	60	66	73	80	100	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Indicadores		Ano					
		Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Número estudantes envolvidos	de	Barreiras	100	100	100	100	100
		Brumado	DNI				
		Camaçari	09	09	12	15	15
		Eunápolis	45	100	220	300	410
		Feira de Santana	00	00	00	00	00
		Ilhéus	00	08	16	32	50
		Irecê	00	00	00	00	00
		Jacobina	200	300	400	500	600
		Jequié	40	80	100	200	300
		Paulo Afonso	10	60	60	60	60
		Porto Seguro	00	02	02	02	02
		Salvador	2000	2500	3000	3600	4000
		Santo Amaro	DNI				
		Seabra	00	08	16	24	32
		Simões Filho	375	375	400	DNI	DNI
		Valença	DNI				
	Vitória da Conquista	64	80	90	110	140	
Subtotal							
Número servidores envolvidos	de	Barreiras	25	25	25	25	25
		Brumado	DNI				
		Camaçari	04	04	06	08	08
		Eunápolis	02	05	15	18	25
		Feira de Santana	00	00	00	00	00
		Ilhéus	00	02	04	08	12
		Irecê	00	00	00	00	00
		Jacobina	05	10	15	20	25
		Jequié	10	20	30	40	50
		Paulo Afonso	02	12	12	12	12
		Porto Seguro	00	02	02	02	02
		Salvador	100	120	140	160	200
		Santo Amaro	RI				
		Seabra	00	04	08	12	16
		Simões Filho	09	09	11	DNI	DNI
		Valença	DNI				
	Vitória da Conquista	28	32	35	40	50	
Subtotal							
Número estudantes bolsistas	de	Barreiras	08	08	08	08	08
		Brumado	DNI				
		Camaçari	09	09	12	15	15
		Eunápolis	01	05	20	35	50
		Feira de Santana	00	00	00	00	00
		Ilhéus	00	02	04	08	12
		Irecê	00	00	00	00	00
		Jacobina	45	90	180	240	480
		Jequié	50	70	80	90	100
		Paulo Afonso	02	12	12	12	12
		Porto Seguro	00	02	02	02	02
		Salvador	600	750	900	1000	1200
		Santo Amaro	DNI				
		Seabra	00	04	08	12	16
		Simões Filho	375	375	400	DNI	DNI
		Valença	DNI				
	Vitória da Conquista	58	66	73	110	140	
Subtotal							

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Indicadores	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número de servidores bolsistas	Barreiras	00	00	00	00	00
	Brumado	DNI				
	Camaçari	04	04	06	08	08
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	02	04	08	12
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	20	30	40	50	60
	Paulo Afonso	02	12	12	12	12
	Porto Seguro	00	02	02	02	02
	Salvador	20	25	30	36	40
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	09	09	11	DNI	DNI
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	04	08	16	32	50	
Subtotal						

Tabela 17- Projetos Sociais

Indicadores	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número de programas registrados	Barreiras	02	03	03	03	03
	Brumado	DNI				
	Camaçari	02	02	03	03	04
	Eunápolis	04	08	10	12	14
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	01	02	03	03	03
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	02	04	06	08	10
	Paulo Afonso	01	01	01	01	01
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	01	01	01	01	01
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	02	03	04	05	06	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
CRI – Câmpus rever informações

Indicadores	Ano					
	Câmpus	2014	2015	2016	2017	2018
Número de projetos registrados	Barreiras	25	35	35	35	35
	Brumado	DNI				
	Camaçari	03	03	04	04	05
	Eunápolis	4	10	12	14	16
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	01	02	03	03	03
	Irecê	01	02	03	03	03
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	02	04	06	08	10
	Paulo Afonso	01	04	04	04	04
	Porto Seguro	01	02	02	02	02
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	02	03	04	05	06
	Simões Filho	02	03	03	04	04
Valença	DNI					
Vitória da Conquista	95	103	113	125	137	
Subtotal						
Número de estudantes envolvidos	Barreiras	800	920	920	920	920
	Brumado	DNI				
	Camaçari	06	06	08	08	10
	Eunápolis	100	150	200	200	250
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	05	10	15	15	15
	Jacobina	00	200	300	400	500
	Jequié	50	100	150	200	250
	Paulo Afonso	50	200	200	200	200
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	2000	2500	3000	3600	4000
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	08	16	24	32
	Simões Filho	240	260	260	300	300
Valença	DNI					
Vitória da Conquista	95	103	113	125	137	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Câmpus

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Indicadores	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Número de servidores envolvidos	Barreiras	30	35	35	35	35
	Brumado	DNI				
	Camaçari	04	04	05	05	05
	Eunápolis	10	15	18	22	30
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	02	04	04	04	04
	Jacobina	00	10	10	10	10
	Jequié	20	25	30	35	40
	Paulo Afonso	14	50	50	50	50
	Porto Seguro	01	02	02	02	02
	Salvador	100	120	140	160	200
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	04	08	12	16
	Simões Filho	08	10	10	15	15
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	61	69	79	90	100	
Subtotal						
Número de estudantes bolsistas	Barreiras	40	40	40	40	40
	Brumado	SI				
	Camaçari	06	06	08	08	10
	Eunápolis	12	15	20	25	30
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	02	03	05	05	05
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	20	30	40	50	60
	Paulo Afonso	50	200	200	200	200
	Porto Seguro	01	02	02	02	02
	Salvador	600	750	900	1000	1200
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	04	08	12	16
	Simões Filho	108	120	120	140	140
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	95	103	113	125	125	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Indicadores	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número de servidores bolsistas	Barreiras	0	0	0	0	0
	Brumado	DNI				
	Camaçari	04	04	05	05	05
	Eunápolis	0	0	0	0	0
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	01	02	02	02	02
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	05	10	15	20	25
	Paulo Afonso	14	50	50	50	50
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	20	25	30	36	40
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	00	00	00	00
	Simões Filho	08	10	10	15	15
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	00	10	13	18	25	
Subtotal						
Número de comunidades atendidas	Barreiras	04	05	05	05	05
	Brumado	DNI				
	Camaçari	05	05	06	06	07
	Eunápolis	05	07	10	13	18
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	01	02	02	03	03
	Jacobina	00	02	04	06	08
	Jequié	01	02	03	04	05
	Paulo Afonso	03	03	03	03	03
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	10	14	17	20	25
	Simões Filho	05	05	05	06	06
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	28	33	37	45	50	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Tabela- 18 - Estágio e Emprego

Indicadores		Ano				
		Campus	2014	2015	2016	2017
Número de estudantes encaminhados para estágio	Barreiras	210	215	218	240	245
	Brumado	DNI				
	Camaçari	84	84	110	110	110
	Eunápolis	100	115	130	145	160
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	30	40	50	60	60
	Irecê	13	40	50	60	60
	Jacobina	40	120	160	240	280
	Jequié	40	80	100	120	150
	Paulo Afonso	80	90	105	125	140
	Porto Seguro	105	105	105	105	105
	Salvador	700	750	800	850	900
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	39	54	66	77	95
	Simões Filho	100	140	150	160	170
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	300	350	400	450	500	
Subtotal						
Número de empresas cadastradas como ofertantes de estágio/emprego	Barreiras	120	130	140	150	160
	Brumado	DNI				
	Camaçari	03	03	05	05	05
	Eunápolis	37	42	48	55	68
	Feira de Santana*	95	98	135	148	143
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	13	20	25	30	35
	Jacobina	07	15	20	25	30
	Jequié	10	30	50	70	100
	Paulo Afonso	30	35	42	52	58
	Porto Seguro	70	80	90	100	110
	Salvador	100	120	140	160	180
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	07	10	12	14	18
	Simões Filho	120	125	130	135	140
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	100	130	160	200	250	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

*Convênios

Indicadores	Ano					
	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Número de oferta anual de estágios	Barreiras	200	215	218	240	245
	Brumado	DNI				
	Camaçari	80	80	90	90	90
	Eunápolis	120	130	145	160	200
	Feira de Santana	20	20	20	20	20
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	13	40	50	60	60
	Jacobina	20	30	40	50	60
	Jequié	40	80	100	120	150
	Paulo Afonso	37	41	49	60	68
	Porto Seguro	105	105	105	105	105
	Salvador	200	240	280	320	360
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	10	12	14	17
	Simões Filho	160	180	200	220	240
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	220	250	300	350	400	
Subtotal						
Número de estudantes encaminhados para o emprego	Barreiras	27	30	32	38	40
	Brumado	DNI				
	Camaçari	30	30	40	40	40
	Eunápolis	10	30	50	70	85
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	03	10	15	15	15
	Jacobina	01	04	07	10	13
	Jequié	20	40	50	60	75
	Paulo Afonso	15	20	24	30	34
	Porto Seguro	10	10	10	10	10
	Salvador	50	70	90	110	130
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	10	12	14	17
	Simões Filho	50	60	70	80	90
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	20	25	30	35	40	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Indicadores	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número de empresas cadastradas com oferta anual de empregos	Barreiras	20	24	28	30	35
	Brumado	DNI				
	Camaçari	03	03	05	05	05
	Eunápolis	15	35	55	80	95
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	05	15	20	25	25
	Jacobina	01	04	07	10	13
	Jequié	05	10	15	20	25
	Paulo Afonso	10	10	10	10	11
	Porto Seguro	70	80	90	100	110
	Salvador	15	20	25	30	35
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	02	03	04	05
	Simões Filho	90	100	110	120	130
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	10	15	20	25	30	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Tabela – 19 - Cursos de Extensão ou Formação Continuada

Indicadores	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número de cursos ofertados	Barreiras	00	02	04	06	08
	Brumado	DNI				
	Camaçari	36	36	40	40	42
	Eunápolis	35	50	60	80	100
	Feira de Santana	60	60	60	60	60
	Ilhéus	47	52	57	63	70
	Irecê	100	100	100	100	100
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	07	07	07	07	07
	Paulo Afonso	48	50	50	50	50
	Porto Seguro	08	10	15	20	25
	Salvador	20	25	25	30	30
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	03	05	07	09	12
	Simões Filho	03	03	04	04	04
Valença	DNI					
Vitória da Conquista	18	20	00	00	00	
Subtotal						
Número de estudantes matriculados	Barreiras	00	80	160	320	640
	Brumado	DNI				
	Camaçari	1100	1100	1400	1400	1600
	Eunápolis	1.080	1.300	1.500	1.700	1.900
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	2300	2300	2300	2300	2300
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	170	200	180	180	180
	Paulo Afonso	1600	1650	1650	1650	1650
	Porto Seguro	200	300	410	600	750
	Salvador	1500	1600	1700	1800	1900
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	60	83	103	120	148
	Simões Filho	60	60	80	80	80
Valença	DNI					
Vitória da Conquista	2000	2200	00	00	00	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Indicadores		Campus	Ano				
			2014	2015	2016	2017	2018
Número estudantes concluintes	de	Barreiras	00	80	160	320	840
		Brumado	DNI				
		Camaçari	960	980	1000	1000	1200
		Eunápolis	900	1.100	1.250	1.500	1.650
		Feira de Santana	00	00	00	00	00
		Ilhéus	00	00	00	00	00
		Irecê	1380	1380	1380	1380	1380
		Jacobina	00	00	00	00	00
		Jequié	67	152	132	132	132
		Paulo Afonso	1600	1650	1650	1650	1650
		Porto Seguro	200	300	410	600	750
		Salvador	1200	1300	1400	1500	600
		Santo Amaro	CRI				
		Seabra	50	59	73	85	105
		Simões Filho	45	45	60	60	70
		Valença	DNI				
		Vitória da Conquista	1800	1980	00	00	00
Subtotal							

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

Tabela- 20 - Projetos Culturais, Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos

Indicadores		Campus	Ano				
			2014	2015	2016	2017	2018
Número projetos registrados	de	Barreiras	16	16	16	16	17
		Brumado	DNI				
		Camaçari	02	02	04	04	06
		Eunápolis	05	10	15	20	25
		Feira de Santana	00	00	00	00	00
		Ilhéus	06	08	10	10	10
		Irecê	02	03	03	03	03
		Jacobina	07	12	17	22	27
		Jequié	10	08	06	06	07
		Paulo Afonso	10	13	15	18	21
		Porto Seguro	00	02	03	04	05
		Salvador	06	08	10	12	15
		Santo Amaro	CRI				
		Seabra	00	03	04	05	07
		Simões Filho	02	03	04	04	04
		Valença	05	00	00	00	00
		Vitória da Conquista	08	09	10	12	13
Subtotal							

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

Indicadores		Campus	Ano				
			2014	2015	2016	2017	2018
Número estudantes envolvidos	de	Barreiras	100	100	120	120	140
		Brumado	DNI				
		Camaçari	10	10	20	20	30
		Eunápolis	600	750	900	1.000	1.250
		Feira de Santana	00	00	00	00	00
		Ilhéus	100	120	140	160	180
		Irecê	30	60	60	60	60
		Jacobina	510	780	1050	1320	1590
		Jequié	500	370	335	335	380
		Paulo Afonso	400	460	510	560	600
		Porto Seguro	00	10	15	20	25
		Salvador	300	400	500	600	700
		Santo Amaro	CRI				
		Seabra	00	09	10	11	13
		Simões Filho	270	300	340	340	340
		Valença	2000	00	00	00	00
Vitória da Conquista	1600	1750	1890	2020	2200		
Subtotal							
Número servidores envolvidos	de	Barreiras	100	100	120	120	140
		Brumado	DNI				
		Camaçari	05	05	10	10	15
		Eunápolis	35	50	75	90	100
		Feira de Santana	00	00	00	00	00
		Ilhéus	10	12	14	16	20
		Irecê	20	20	25	25	25
		Jacobina	15	20	25	30	35
		Jequié	09	11	10	12	13
		Paulo Afonso	30	34	35	40	46
		Porto Seguro	00	05	15	20	25
		Salvador	30	40	50	60	70
		Santo Amaro	CRI				
		Seabra	00	03	04	05	07
		Simões Filho	65	66	70	70	70
		Valença	60	00	00	00	00
Vitória da Conquista	150	170	180	200	220		
Subtotal							

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

Indicadores		Campus	Ano				
			2014	2015	2016	2017	2018
Público atingido	alvo	Barreiras	5.000	5.000	5.200	5.200	5.400
		Brumado	DNI				
		Camaçari	100	100	200	200	300
		Eunápolis	700	850	1000	1.200	1.500
		Feira de Santana	00	00	00	00	00
		Ilhéus	200	240	280	320	400
		Irecê	800	1200	1200	1200	1200
		Jacobina	600	850	900	1000	1200
		Jequié	620	620	520	520	660
		Paulo Afonso	500	520	550	580	600
		Porto Seguro	00	100	100	100	100
		Salvador	DNI				
		Santo Amaro	CRI				
		Seabra	00	90	110	130	160
		Simões Filho	DNI				
		Valença	05	00	00	00	00
Vitória da Conquista	150	170	180	200	220		
Subtotal							

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

Tabela - 21 Visitas técnicas

Indicadores		Campus	Ano				
			2014	2015	2016	2017	2018
Número de estudantes envolvidos	de	Barreiras	900	900	940	940	980
		Brumado	DNI				
		Camaçari	05	08	08	10	10
		Eunápolis	610	750	880	920	1.000
		Feira de Santana	00	00	00	00	00
		Ilhéus	300	340	400	480	600
		Irecê	300	300	300	300	300
		Jacobina	420	500	550	600	650
		Jequié	317	282	252	252	292
		Paulo Afonso	600	00	00	00	00
		Porto Seguro	60	120	150	180	210
		Salvador	1200	1600	2000	2400	2800
		Santo Amaro	CRI				
		Seabra	DNI				
		Simões Filho	400	400	700	700	700
		Valença	1720	00	00	00	00
Vitória da Conquista	2000	2300	2500	3000	3500		
Subtotal							

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

Indicadores		Campus	Ano				
			2014	2015	2016	2017	2018
Número de servidores envolvidos	Barreiras		140	140	144	144	148
	Brumado		DNI				
	Camaçari		10	14	14	20	20
	Eunápolis		20	30	45	60	75
	Feira de Santana		00	00	00	00	00
	Ilhéus		10	12	14	16	18
	Irecê		30	30	30	30	30
	Jacobina		10	10	10	10	10
	Jequié		18	15	12	12	13
	Paulo Afonso		40	00	00	00	00
	Porto Seguro		05	10	10	10	10
	Salvador		06	08	10	12	14
	Santo Amaro		CRI				
	Seabra		DNI				
	Simões Filho		20	20	40	40	40
Valença		45	00	00	00	00	
Vitória da Conquista		60	80	100	120	140	
Subtotal							
Número de visitas efetuadas	Barreiras		70	70	72	72	74
	Brumado		DNI				
	Camaçari		05	08	08	10	10
	Eunápolis		60	75	90	105	120
	Feira de Santana		00	00	00	00	00
	Ilhéus		12	15	18	20	24
	Irecê		15	15	15	15	15
	Jacobina		14	14	14	14	14
	Jequié		13	12	10	10	11
	Paulo Afonso		20	15	17	19	20
	Porto Seguro		02	04	05	06	07
	Salvador		30	40	50	60	70
	Santo Amaro		CRI				
	Seabra		DNI				
	Simões Filho		20	20	35	35	35
Valença		86	00	00	00	00	
Vitória da Conquista		100	120	140	160	180	
Subtotal							

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

Tabela - 22 - Empreendedorismo e Associativismo

Indicadores	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número de estudantes envolvidos nas ações de empreendedorismo/ associativismo	Barreiras	20	20	30	30	30
	Brumado	DNI				
	Camaçari	10	10	15	15	15
	Eunápolis	01	05	10	15	20
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	0	20	40	60	100
	Irecê	00	00	00	00	10
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	01	04	04	04	04
	Porto Seguro	00	05	10	15	15
	Salvador	250	300	350	400	450
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	10	13	16	20
	Simões Filho	15	30	45	45	45
Valença	06	06	06	06	06	
Vitória da Conquista	00	10	20	40	80	
Subtotal						
Número de servidores envolvidos nas ações de empreendedorismo/ associativismo	Barreiras	4	4	6	6	6
	Brumado	DNI				
	Camaçari	02	02	03	03	03
	Eunápolis	00	05	10	15	20
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	05	10	15	25
	Irecê	00	00	00	00	03
	Jacobina	00	02	04	06	08
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	04	07	07	07	07
	Porto Seguro	00	05	10	15	15
	Salvador	10	12	14	16	18
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	02	03	04	06
	Simões Filho	02	04	05	05	05
Valença	04	04	04	04	04	
Vitória da Conquista	00	5	10	20	40	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Indicadores		Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número de empresas júnior	Campus					
	Barreiras	00	01	01	01	01
	Brumado	DNI				
	Camaçari	02	02	03	03	03
	Eunápolis	00	01	01	01	01
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	02	04	06	08
	Irecê	00	00	00	00	01
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	00	01	01	01	02
	Porto Seguro	00	01	02	03	03
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	00	01	02	03
	Simões Filho	01	03	04	04	04
	Valença	01	01	01	01	01
Vitória da Conquista	01	00	00	00	00	
Subtotal						
Número de empreendimentos incubados pela incubadora.	Barreiras	00	01	01	01	01
	Brumado	DNI				
	Camaçari	05	05	08	08	08
	Eunápolis	00	00	01	01	01
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	01	02	04	08
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	00	05	07	07	10
	Porto Seguro	00	01	02	03	03
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	01	02	03	04
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	05	05	05	05	05
	Vitória da Conquista	00	05	10	20	30
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Indicadores	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número de pessoas envolvidas com hotel de projetos.	Barreiras	00	04	04	04	04
	Brumado	DNI				
	Camaçari	05	05	08	08	08
	Eunápolis	0	0	0	0	0
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	08	16	24	32
	Irecê	00	00	00	00	00
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	00	03	03	03	03
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	25	30	35	40	45
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	00	30	37	44	54
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	00	05	10	15	20	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

Tabela – 23 - Acompanhamento de Egressos

Indicadores	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número de egressos no mundo do trabalho atuando na área de formação	Barreiras	66	74	84	96	109
	Brumado	DNI				
	Camaçari	22	33	33	33	50
	Eunápolis	20	50	90	120	150
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	DNI	15	25	50	80
	Irecê	15	15	15	15	15
	Jacobina	01	10	20	30	40
	Jequié	00	10	20	30	40
	Paulo Afonso	18	23	30	32	35
	Porto Seguro	05	10	20	30	40
	Salvador	1000	1200	1400	1600	1800
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	04	05	06	07	09
	Simões Filho	DNI				
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	110	140	160	200	220	
Subtotal						

Indicadores	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número de egressos no mundo do trabalho atuando em outra área que não a de formação	Barreiras	45	50	57	65	74
	Brumado	DNI				
	Camaçari	88	77	77	77	90
	Eunápolis	40	60	100	150	240
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	DNI	15	25	50	80
	Irecê	15	15	15	15	15
	Jacobina	01	10	20	30	40
	Jequié	20	40	50	60	75
	Paulo Afonso	35	37	45	47	50
	Porto Seguro	05	10	20	30	40
	Salvador	2000	2400	2800	3200	3600
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	08	09	10	11	13
	Simões Filho	DNI				
Valença	DNI					
Vitória da Conquista	50	70	80	100	110	
Subtotal						
Número de egressos que verticalizam o ensino na	Barreiras	25	30	35	40	46
	Brumado	DNI				
	Camaçari	20	44	44	44	60
	Eunápolis	60	70	80	100	120
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	DNI	15	25	25	30
	Irecê	15	15	15	15	15
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	10	20	25	30	40
	Paulo Afonso	10	15	16	18	20
	Porto Seguro	50	40	30	20	10
	Salvador	1000	1200	1400	1600	1800
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	07	08	09	10	12
	Simões Filho	DNI				
Valença	DNI					
Vitória da Conquista	70	70	90	110	120	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

Indicadores	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Número de egressos que verticalizam o ensino em outra área que não a de formação.	Barreiras	97	111	126	143	163
	Brumado	DNI				
	Camaçari	60	66	66	66	80
	Eunápolis	50	60	60	80	90
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	DNI	15	25	25	30
	Irecê	40	50	50	50	50
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	10	20	25	30	40
	Paulo Afonso	12	18	20	22	25
	Porto Seguro	45	45	35	25	15
	Salvador	1000	1200	1400	1600	1800
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	05	06	07	08	10
	Simões Filho	DNI				
Valença	DNI					
Vitória da Conquista	50	50	60	70	80	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informações

4. PERFIL DOS CORPOS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A Política de Gestão de Pessoas do IFBA, que deve em linhas gerais delinear as diretrizes das Política de Capacitação dos Servidores e Política de Desenvolvimento da Carreira dos Servidores, de acordo com o regimento aprovado pela resolução do CONSUP nº26/2013 é dever da Diretoria de Gestão de Pessoas conforme o artigo 161 que segue abaixo:

Art. 161 A Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas, dirigida por um(a) diretor(a), possui como atribuições:

[...]

III. Planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar a implementação de políticas de gestão de pessoas em parceria com as diversas unidades organizacionais, de forma sistêmica, estratégica e integrada, observadas as diretrizes da Secretaria de Gestão Pública;

IV. Elaborar, coordenar e supervisionar os programas de capacitação dos servidores(as) técnico-administrativos e docentes, em atendimento ao Decreto no 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008;

Os principais objetivos da Política de Gestão de Pessoas deste Instituto são a promoção de um plano permanente de formação de recursos humanos, o estabelecimento de um programa institucional de avaliação de desempenho nas diversas áreas de atuação do Instituto e a definição de um programa de desenvolvimento institucional de valorização pessoal e profissional.

A Política de Capacitação e a Política de Desenvolvimento da Carreira dos Servidores devem criar condições para o crescimento pessoal e profissional, proporcionando um ambiente de oportunidade de conhecimento, bem como de desenvolvimento de habilidades e de competências. Tais políticas apresentam como propósito formar servidores capazes de resolver as demandas institucionais e assim atingir as metas de acordo com a proposta de política pública da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A instituição deve oferecer ao servidor um ambiente organizacional propenso para o desenvolvimento de suas capacidades para o trabalho e instigá-lo a se aprimorar como cidadão, membro de equipe, servidor público, promotor de política pública e gestor público.

4.1 Composição

4.1.1 Corpo Docente

Os Docentes obtiveram recentemente nova reestruturação da carreira, através da Lei nº 12.772/2012, que discorre sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Esta legislação alterou ainda dispositivos constantes nas leis: 11.784/2008 (Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal) e a 8.745/93 (Contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros)

O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei 11.784, de 2008, far-se-á no Nível 1 da Classe D I e no cargo de provimento efetivo de Professor Titular de que trata o inciso II do caput do art. 106 desta Lei, no Nível Único da Classe Titular.

São requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico os presentes no art. 106 dessa Lei, em seus incisos e parágrafos seguintes, em:

- Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: possuir habilitação específica, obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente;

- Cargo de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: ser detentor do título de doutor ou de Livre-Docente.

A experiência no magistério, assim como a experiência profissional não acadêmica são pontuadas nas provas de títulos dos editais de concurso público da Instituição e aferidas na prática de desempenho didático.

4.1.2 Os Critérios de Seleção e Contratação

Para ingresso na carreira docente no IFBA, existem duas possibilidades:

- Ingresso por meio de concurso público (composto por provas objetivas, prática de desempenho didático e de títulos).

O concurso público referido poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura. O edital do concurso público disporá sobre as habilitações específicas requeridas, para ingresso nos cargos de que trata e poderá

considerar a avaliação psicológica de habilidades emocionais, requeridas para o ingresso ao cargo.

- Ingresso por meio de processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos e temporários (composto por provas objetivas, prática de desempenho didático e de títulos).

*Falta Informação sobre substitutos e temporários da DGP por Murilo

4.1.3 Regime de trabalho da Carreira Docente

Os docentes, integrantes da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal, possuem regime de trabalho de 20 horas, 40 horas ou 40 horas com Dedicção Exclusiva. Vale salientar, que no caso de professor, a 12.772/2012 relata que a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, ocorrerá como exceção, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas. No caso das 40 horas com Dedicção Exclusiva.

4.1.4 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

A substituição eventual de professores do quadro do IFBA ocorre, nos termos da Lei nº 8.745/1993, na categoria professor substituto, por meio de processo seletivo simplificado, divulgado em Edital Público, para contrato temporário no limite de dois anos.

*Falta informações de temporários (Murilo DGP)

4.2 Corpo Técnico-Administrativo

Os Técnicos Administrativos em Educação, TAEs, são regidos pela Lei 11.091/2005. Atualmente a Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008 reestruturou várias carreiras, incluindo a dos TAEs, no entanto, esta teve ainda mudanças quanto à capacitação e a tabela de vencimentos, consoante a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

4.2.1 Os Critérios de Seleção e Contratação

O ingresso na carreira de técnico-administrativo no IFBA poderá ocorrer por meio de concurso público (composto por provas objetivas ou provas e títulos e prova de desempenho prático, quando for o caso). Este poderá seguir os seguintes critérios:

- O concurso público referido poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura;
- O edital do concurso público disporá sobre as habilitações específicas, requeridas para ingresso nos cargos de que trata;
- Poderá considerar a avaliação psicológica de habilidades emocionais, requeridas para o ingresso ao cargo.

O servidor técnico-administrativo ingressará nas classes **C**, **D** e **E**, sendo respectivamente: ensino fundamental, nível intermediário e nível superior.

4.2.2 Regime de Trabalho dos Técnicos – Administrativos

Os Técnico-Administrativos em Educação possuem regime de trabalho de 20, 25, 30 ou 40 horas semanais, de acordo com o cargo que ocupam.

4.3 Políticas de Capacitação

A Reitoria do IFBA a partir da Diretoria de Gestão de Pessoas irá constituir em 2014 uma Comissão para discutir, elaborar e propor uma Política de Capacitação de Servidores incluído as especificidades das carreias: Docente e Técnico-Administrativo, de acordo com a lei nº 11.095/2005 (alterada pela lei nº 11.784/2008 e lei nº 12.772/2012), e com o Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006 institui os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoa (tal decreto ainda não foi implantado no IFBA conforme as informações prestadas pela DGP através do memorando nº 52/2014); plano anual de capacitação; relatório de

execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência. Assim como, a portaria do MEC nº 27 de 15 janeiro de 2014, institui o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Através da criação desta Política o IFBA busca promover uma Gestão de Pessoas estratégica, valorizando, investindo na capacitação, desenvolvimento técnico e pessoal de seus profissionais. Compreendendo assim, que são os servidores das duas carreiras em educação que contribuem para o desenvolvimento da Instituição, tornando visível os resultados de qualquer ação positiva.

Tabelas 24 - Composição geral do quadro de servidores, considerando a titulação - 2013

Titulação	Ano	
	Campus	2013
Aperfeiçoamento	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	01
	Eunápolis	02
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	03
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	06
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
	Vitória da Conquista	00
Subtotal		
Graduado	Barreiras	48
	Brumado	04
	Camaçari	28
	Eunápolis	39
	Feira de Santana	15
	Ilhéus	14
	Irecê	17
	Jacobina	26
	Jequié	20
	Paulo Afonso	28
	Porto Seguro	35
	Salvador	90
	Santo Amaro	20
	Seabra	18
	Simões Filho	24
	Valença	22
	Vitória da Conquista	34
Subtotal		

Fonte: DGP

Titulação	Campus	Ano 2013
Especialista	Barreiras	53
	Brumado	03
	Camaçari	34
	Eunápolis	35
	Feira de Santana	17
	Ilhéus	15
	Irecê	13
	Jacobina	11
	Jequié	18
	Paulo Afonso	23
	Porto Seguro	38
	Salvador	137
	Santo Amaro	26
	Seabra	06
	Simões Filho	34
	Valença	42
Vitória da Conquista	59	
Subtotal		
Mestrado	Barreiras	41
	Brumado	03
	Camaçari	37
	Eunápolis	33
	Feira de Santana	23
	Ilhéus	18
	Irecê	22
	Jacobina	13
	Jequié	14
	Paulo Afonso	26
	Porto Seguro	31
	Salvador	204
	Santo Amaro	40
	Seabra	08
	Simões Filho	33
	Valença	32
Vitória da Conquista	61	
Subtotal		

Fonte: DGP

Titulação	Campus	Ano 2013
Doutorado	Barreiras	02
	Brumado	00
	Camaçari	02
	Eunápolis	10
	Feira de Santana	03
	Ilhéus	02
	Irecê	02
	Jacobina	01
	Jequié	02
	Paulo Afonso	03
	Porto Seguro	15
	Salvador	88
	Santo Amaro	07
	Seabra	02
	Simões Filho	13
Valença	03	
Vitória da Conquista	23	
Subtotal		
Não Graduado	Barreiras	43
	Brumado	00
	Camaçari	16
	Eunápolis	19
	Feira de Santana	05
	Ilhéus	08
	Irecê	13
	Jacobina	05
	Jequié	03
	Paulo Afonso	13
	Porto Seguro	12
	Salvador	192
	Santo Amaro	14
	Seabra	11
	Simões Filho	26
Valença	21	
Vitória da Conquista	42	
Subtotal		

Fonte: DGP

Tabela 25 Composição específica do quadro de servidores, considerando a titulação – Categoria técnico-administrativo 2013

Titulação	Campus	Ano 2013
Não Graduado	Barreiras	19
	Brumado	00
	Camaçari	03
	Eunápolis	03
	Feira de Santana	05
	Ilhéus	04
	Irecê	02
	Jacobina	05
	Jequié	03
	Paulo Afonso	04
	Porto Seguro	03
	Salvador	85
	Santo Amaro	11
	Seabra	06
	Simões Filho	13
Valença	05	
Vitória da Conquista	06	
Subtotal		
Graduado	Barreiras	17
	Brumado	00
	Camaçari	10
	Eunápolis	11
	Feira de Santana	06
	Ilhéus	03
	Irecê	05
	Jacobina	05
	Jequié	06
	Paulo Afonso	09
	Porto Seguro	09
	Salvador	29
	Santo Amaro	08
	Seabra	08
	Simões Filho	10
Valença	05	
Vitória da Conquista	06	
Subtotal		

Fonte: DGP

Titulação	Campus	Ano 2013
Especialista	Barreiras	16
	Brumado	00
	Camaçari	20
	Eunápolis	09
	Feira de Santana	09
	Ilhéus	08
	Irecê	07
	Jacobina	02
	Jequié	09
	Paulo Afonso	09
	Porto Seguro	22
	Salvador	59
	Santo Amaro	16
	Seabra	01
	Simões Filho	19
Valença	15	
Vitória da Conquista	25	
Subtotal		
Mestrado	Barreiras	01
	Brumado	00
	Camaçari	04
	Eunápolis	01
	Feira de Santana	01
	Ilhéus	00
	Irecê	01
	Jacobina	01
	Jequié	02
	Paulo Afonso	01
	Porto Seguro	02
	Salvador	08
	Santo Amaro	04
	Seabra	00
	Simões Filho	01
Valença	00	
Vitória da Conquista	01	
Subtotal		

Fonte: DGP

Titulação	Campus	Ano 2013
Doutorado	Barreiras	01
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	01
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: DGP

Tabela 27 – Composição específica do quadro de servidores, considerando a titulação- Categoria docente

Titulação	Campus	Ano 2013
Aperfeiçoamento	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	01
	Eunápolis	02
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	03
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	06
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Titulação		Ano
	Campus	2013
Graduado	Barreiras	06
	Brumado	04
	Camaçari	10
	Eunápolis	07
	Feira de Santana	01
	Ilhéus	00
	Irecê	05
	Jacobina	06
	Jequié	02
	Paulo Afonso	07
	Porto Seguro	04
	Salvador	18
	Santo Amaro	00
	Seabra	04
	Simões Filho	01
Valença	01	
Vitória da Conquista	05	
Subtotal		
Especialista	Barreiras	37
	Brumado	03
	Camaçari	14
	Eunápolis	26
	Feira de Santana	08
	Ilhéus	07
	Irecê	06
	Jacobina	09
	Jequié	09
	Paulo Afonso	14
	Porto Seguro	16
	Salvador	78
	Santo Amaro	10
	Seabra	05
	Simões Filho	15
Valença	27	
Vitória da Conquista	34	
Subtotal		

Fonte: DGP

Titulação	Campus	Ano 2013
Mestrado	Barreiras	40
	Brumado	03
	Camaçari	33
	Eunápolis	32
	Feira de Santana	22
	Ilhéus	18
	Irecê	21
	Jacobina	12
	Jequié	12
	Paulo Afonso	25
	Porto Seguro	29
	Salvador	196
	Santo Amaro	36
	Seabra	08
	Simões Filho	32
Valença	32	
Vitória da Conquista	60	
Subtotal		
Doutorado	Barreiras	01
	Brumado	00
	Camaçari	02
	Eunápolis	10
	Feira de Santana	03
	Ilhéus	02
	Irecê	02
	Jacobina	01
	Jequié	02
	Paulo Afonso	03
	Porto Seguro	15
	Salvador	87
	Santo Amaro	07
	Seabra	02
	Simões Filho	13
Valença	03	
Vitória da Conquista	23	
Subtotal		

Fonte: DGP

Tabela - 28 - Composição específica do quadro de servidores, considerando a carga horária - categoria técnico-administrativo.

Carga horária	Campus	Ano 2013
20 horas semanais	Barreiras	01
	Brumado	00
	Camaçari	01
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	01
	Porto Seguro	00
	Salvador	02
	Santo Amaro	02
	Seabra	00
	Simões Filho	03
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
25 horas semanais	Barreiras	00
	Brumado	01
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	01
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	01
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	01
Valença	00	
Vitória da Conquista	01	
Subtotal		

Fonte: DGP

Carga horária		Ano
	Campus	2013
30 horas semanais	Barreiras	01
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	02
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
40 horas semanais	Barreiras	52
	Brumado	00
	Camaçari	35
	Eunápolis	24
	Feira de Santana	21
	Ilhéus	15
	Irecê	15
	Jacobina	13
	Jequié	19
	Paulo Afonso	22
	Porto Seguro	36
	Salvador	177
	Santo Amaro	37
	Seabra	15
	Simões Filho	39
Valença	25	
Vitória da Conquista	37	
Subtotal		

Fonte: DGP

Tabela – 29 - Composição específica do quadro de servidores, considerando a carga horária - categoria docente.

Carga horária	Campus	Ano 2013
20 horas semanais	Barreiras	01
	Brumado	00
	Camaçari	03
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	02
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	02
	Jequié	01
	Paulo Afonso	03
	Porto Seguro	00
	Salvador	33
	Santo Amaro	01
	Seabra	00
	Simões Filho	02
Valença	00	
Vitória da Conquista	01	
Subtotal		
40 horas semanais	Barreiras	16
	Brumado	06
	Camaçari	02
	Eunápolis	06
	Feira de Santana	01
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	01
	Jequié	01
	Paulo Afonso	03
	Porto Seguro	00
	Salvador	40
	Santo Amaro	02
	Seabra	00
	Simões Filho	02
Valença	02	
Vitória da Conquista	11	
Subtotal		

Fonte: DGP

Carga horária	Campus	Ano 2013
Dedicação Exclusiva	Barreiras	67
	Brumado	04
	Camaçari	55
	Eunápolis	71
	Feira de Santana	31
	Ilhéus	27
	Irecê	37
	Jacobina	25
	Jequié	23
	Paulo Afonso	43
	Porto Seguro	64
	Salvador	313
	Santo Amaro	50
	Seabra	19
	Simões Filho	57
Valença	61	
Vitória da Conquista	110	
Subtotal		

Fonte: DGP

Tabela – 30 - Composição específica do quadro de servidores, considerando a carga horária – categoria docente substituto.

Carga horária	Campus	Ano 2013
20 horas semanais	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	04
	Eunápolis	01
	Feira de Santana	02
	Ilhéus	00
	Irecê	01
	Jacobina	00
	Jequié	01
	Paulo Afonso	03
	Porto Seguro	02
	Salvador	02
	Santo Amaro	02
	Seabra	03
	Simões Filho	07
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Carga horária	Campus	Ano 2013
40 horas semanais	Barreiras	18
	Brumado	00
	Camaçari	04
	Eunápolis	15
	Feira de Santana	05
	Ilhéus	05
	Irecê	01
	Jacobina	07
	Jequié	03
	Paulo Afonso	03
	Porto Seguro	09
	Salvador	29
	Santo Amaro	06
	Seabra	01
	Simões Filho	04
	Valença	08
Vitória da Conquista	14	
Subtotal		

Fonte: DGP

Tabela – 31 - Composição específica do quadro de servidores, considerando a carga horária – categoria docente temporário/expansão.

Carga horária	Campus	Ano 2013
20 horas semanais	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	01
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	02
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	01
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	01
	Valença	01
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Carga horária	Campus	Ano 2013
40 horas semanais	Barreiras	04
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	04
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	01
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	02
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	01
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	01
Valença	01	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: DGP

Tabela – 32 - Composição específica do quadro de servidores, considerando afastamentos- categoria técnico-administrativo.

Afastamento	Campus	Ano 2013
Afastamento no País c/ônus/Est/Doutorado/ Mestrado	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	04
	Salvador	00
	Santo Amaro	08
	Seabra	00
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	01	
Subtotal		

Afastamento		Ano 2013
	Campus	
Afastamento para prestar colaboração	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	02
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
Casamento	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: DGP

Afastamento	Campus	Ano 2013
Afastamento de estudo/missão exterior ART – 95,8112/90	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
Exercício provisório – art. 84 p. 2. L 8112/90	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	01
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: DGP

Afastamento	Campus	Ano 2013	
Licença gesta (120 dias) Art. 207 lei 8112/90	Barreiras	00	
	Brumado	00	
	Camaçari	00	
	Eunápolis	00	
	Feira de Santana	01	
	Ilhéus	00	
	Irecê	00	
	Jacobina	00	
	Jequié	00	
	Paulo Afonso	00	
	Porto Seguro	00	
	Salvador	00	
	Santo Amaro	00	
	Seabra	00	
	Simões Filho	00	
	Valença	00	
	Vitória da Conquista	00	
	Subtotal		
	Licença p/trato de interesse particular	Barreiras	01
Brumado		00	
Camaçari		00	
Eunápolis		00	
Feira de Santana		00	
Ilhéus		00	
Irecê		00	
Jacobina		00	
Jequié		00	
Paulo Afonso		00	
Porto Seguro		00	
Salvador		02	
Santo Amaro		01	
Seabra		00	
Simões Filho		00	
Valença		00	
Vitória da Conquista		00	
Subtotal			

Fonte: DGP

Afastamento		Ano 2013
	Campus	
Afastamento de exercício	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
	Vitória da Conquista	00
Subtotal		
Licença Paternidade	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
	Vitória da Conquista	00
Subtotal		

Fonte: DGP

Afastamento		Ano 2013
	Campus	
Licença maternidade/prorrogação	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
Licença motivo de doença pessoa da família (60 dias)	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: DGP

Afastamento		Ano 2013
	Campus	
Licençatrat de saude, Art202,lei8112/90	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	02
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	02
	Valença	00
	Vitória da Conquista	00
Subtotal		
Licença tratar int.partic. Art.91 lei 8.112/90	Barreiras	01
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	02
	Santo Amaro	01
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
	Vitória da Conquista	00
Subtotal		

Fonte: DGP

Afastamento		Ano 2013
	Campus	
Suspensao Disciplinar ART 130, L8112/90	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
Suspensao Temporaria Administrativa	Barreiras	
	Brumado	
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	01
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: DGP

Tabela – 33 - Composição específica do quadro de servidores, considerando afastamentos – categoria docente.

Afastamento	Campus	Ano 2013
Afastamento no País c/ônus/Est/Doutorado/ Mestrado	Barreiras	04
	Brumado	00
	Camaçari	04
	Eunápolis	11
	Feira de Santana	02
	Ilhéus	01
	Irecê	01
	Jacobina	01
	Jequié	02
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	07
	Salvador	14
	Santo Amaro	05
	Seabra	00
	Simões Filho	04
Valença	06	
Vitória da Conquista	12	
Subtotal		
Afastamento para prestar colaboração	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	01
	Seabra	00
	Simões Filho	01
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: DGP

Afastamento		Ano 2013
	Campus	
Casamento	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	01
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
Doação voluntária de sangue	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: DGP

Afastamento		Ano 2013
	Campus	
Exercício provisório – art. 84 p. 2. L 8112/90	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
Licençagest (120 dias) Art. 207 lei 8112/90	Barreiras	01
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	01
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	01
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: DGP

Afastamento		Ano
	Campus	2013
Licença p/trato de interesse particular	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	01
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
Licença p/trato de interesse particular ART 130, Lei 8112/90	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	01
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
Vitória da Conquista	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: DGP

Afastamento		Ano 2013
	Campus	
Licencatrat de saude, Art202,lei8112/90	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	02
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
	Vitória da Conquista	00
Subtotal		
Suspensão Disciplinar	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	01
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
	Vitória da Conquista	00
Subtotal		

Fonte: DGP

Afastamento		Ano 2013
	Campus	
Suspensão Temporária Administrativa	Barreiras	00
	Brumado	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	00
	Irecê	00
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	01
	Santo Amaro	00
	Seabra	00
	Simões Filho	00
	Valença	00
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Cronograma e Plano de Expansão dos Corpos Docentes e Técnico-administrativo

Tabela-34 - Projeção do Número de Docentes Efetivos por Titulação.

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Graduação	Barreiras	06	08	00	00	00
	Brumado	DNI				
	Camaçari	15	13	11	08	05
	Eunápolis	223	119	116	118	221
	Feira de Santana	03	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	05	05	07
	Irecê	10	24	26	25	20
	Jacobina	05	06	06	07	08
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	05	05	04	04	04
	Porto Seguro	04	04	02	03	03
	Salvador	17	14	10	05	00
	Santo Amaro	05	12	15	18	21
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	03	02	02	02	02
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	04	03	00	00	00	
Subtotal						

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Especialização	Barreiras	27	35	33	25	15
	Brumado	DNI				
	Camaçari	11	09	05	04	03
	Eunápolis	114	219	335	337	337
	Feira de Santana	07	10	10	10	10
	Ilhéus	11	07	06	08	09
	Irecê	08	05	06	07	07
	Jacobina	13	06	19	22	25
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	15	17	18	18	18
	Porto Seguro	12	04	05	04	04
	Salvador	73	68	45	30	10
	Santo Amaro	05	05	04	04	04
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	10	07	07	07	07
	Valença	60	00	00	00	00
Vitória da Conquista	29	31	46	58	68	
Subtotal						
Mestrado	Barreiras	49	59	71	81	91
	Brumado	DNI				
	Camaçari	34	36	39	40	42
	Eunápolis	02	05	09	12	17
	Feira de Santana	22	48	43	43	40
	Ilhéus	17	21	30	41	45
	Irecê	22	26	30	34	38
	Jacobina	13	16	19	22	25
	Jequié	06	08	09	10	11
	Paulo Afonso	22	22	23	28	30
	Porto Seguro	27	35	43	51	59
	Salvador	193	194	174	156	106
	Santo Amaro	37	33	26	25	23
	Seabra	SI				
	Simões Filho	33	41	41	42	42
	Valença	08	00	00	00	00
Vitória da Conquista	64	77	87	97	107	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Doutorado	Barreiras	04	16	08	09	13
	Brumado	DNI				
	Camaçari	02	04	06	09	11
	Eunápolis	00	00	01	01	03
	Feira de Santana	03	06	11	11	14
	Ilhéus	05	07	08	10	12
	Irecê	00	00	06	06	11
	Jacobina	01	04	07	10	13
	Jequié	02	03	07	08	08
	Paulo Afonso	03	03	04	05	06
	Porto Seguro	21	26	31	36	41
	Salvador	116	128	175	219	284
	Santo Amaro	09	13	21	22	24
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	15	22	21	24	24
	Valença	02	00	00	00	00
Vitória da Conquista	29	34	44	54	64	
Subtotal						
Pós- Doutorado	Barreiras	00	01	02	03	04
	Brumado	DNI				
	Camaçari	00	00	01	01	01
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	01	02
	Irecê	02	02	02	02	02
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	00	00	00	00	00
	Paulo Afonso	00	00	00	00	00
	Porto Seguro	02	04	06	08	10
	Salvador	03	03	06	10	30
	Santo Amaro	00	00	00	00	00
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	02	03	04	05	05
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	04	04	05	07	08	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informações

Tabela-35 - Projeção do Número de Capacitação de Docentes

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Capacitação	Barreiras	03	03	05	07	09
	Brumado	DNI				
	Camaçari	01	01	01	01	01
	Eunápolis	12	15	18	22	27
	Feira de Santana	20	40	40	40	40
	Ilhéus	09	13	16	20	26
	Irecê	05	10	15	15	15
	Jacobina	06	12	18	24	30
	Jequié	07	07	09	08	10
	Paulo Afonso	45	45	49	55	58
	Porto Seguro	06	07	08	10	11
	Salvador	35	100	150	200	300
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	13	15	15	16	16
	Valença	30	30	40	50	60
Vitória da Conquista	20	20	20	25	25	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Tabela -36 - Projeção do Número de Qualificação de Docentes.

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Mestrado	Barreiras	DNI				
	Brumado	DNI				
	Camaçari	34	36	39	40	42
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana*	16	16	16	16	16
	Ilhéus	DNI				
	Irecê*	10	15	13	13	15
	Jacobina	DNI				
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	DNI				
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	DNI					
Subtotal						
Níveis	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Doutorado	Barreiras	DNI				
	Brumado	DNI				
	Camaçari	02	04	06	09	11
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	DNI				
	Irecê	DNI				
	Jacobina	DNI				
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	DNI				
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	DNI					
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus *Números são gerais, sem especificar o tipo de qualificação.

Tabela- 37- Projeção do Número de Técnico-Administrativo por Formação/Titulação

Níveis	Campus	2014	2015	Ano 2016	2017	2018
Ensino Médio	Barreiras	131	126	126	322	130
	Brumado	DNI				
	Camaçari	03	01	00	00	00
	Eunápolis	21	10	05	03	00
	Feira de Santana	11	06	04	02	00
	Ilhéus	05	05	07	08	09
	Irecê	22	21	20	25	05
	Jacobina	04	07	06	05	04
	Jequié	10	06	05	05	06
	Paulo Afonso	02	05	05	04	04
	Porto Seguro	08	10	13	15	17
	Salvador	174	150	130	100	50
	Santo Amaro	11	10	08	08	08
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	08	07	07	06	05
	Valença	44	22	11	11	11
Vitória da Conquista	10	13	16	19	22	
Subtotal						

Níveis	Campus	Ano					
		2014	2015	2016	2017	2018	
Graduação	Barreiras		15	21	21	21	25
	Brumado		DNI				
	Camaçari		11	13	14	17	20
	Eunápolis		23	19	16	18	21
	Feira de Santana		12	20	22	24	26
	Ilhéus		01	05	06	12	17
	Irecê		13	14	05	12	25
	Jacobina		04	08	10	10	11
	Jequié		05	05	04	06	06
	Paulo Afonso		05	10	10	12	10
	Porto Seguro		25	27	29	31	33
	Salvador		85	109	129	159	209
	Santo Amaro		08	07	05	05	05
	Seabra		DNI				
	Simões Filho		09	09	08	09	09
	Valença		22	44	55	55	55
Vitória da Conquista		22	26	29	32	35	
Subtotal							
Especialização	Barreiras		22	18	18	21	24
	Brumado		DNI				
	Camaçari		18	20	23	25	28
	Eunápolis		14	29	35	37	37
	Feira de Santana		11	17	17	16	14
	Ilhéus		06	12	15	18	20
	Irecê		12	12	22	18	20
	Jacobina		04	08	08	10	10
	Jequié		06	07	05	05	08
	Paulo Afonso		15	17	17	18	20
	Porto Seguro		03	05	07	09	11
	Salvador		56	76	90	100	112
	Santo Amaro		17	18	20	20	20
	Seabra		DNI				
	Simões Filho		13	14	13	13	13
	Valença		16	16	16	16	16
Vitória da Conquista		17	20	23	26	29	
Subtotal							

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Mestrado	Barreiras	01	06	06	07	08
	Brumado	DNI				
	Camaçari	04	08	10	13	15
	Eunápolis	02	05	09	12	17
	Feira de Santana	02	02	02	03	05
	Ilhéus	01	03	05	07	09
	Irecê	01	01	01	05	09
	Jacobina	01	02	03	03	04
	Jequié	02	07	05	02	04
	Paulo Afonso	00	02	04	06	08
	Porto Seguro	01	03	03	03	03
	Salvador	17	40	50	60	70
	Santo Amaro	03	04	05	05	05
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	05	06	07	07	07
	Valença	03	03	03	03	03
	Vitória da Conquista	01	02	03	04	05
Subtotal						
Doutorado	Barreiras	01	01	01	01	02
	Brumado	DNI				
	Camaçari	00	01	02	02	03
	Eunápolis	00	00	01	01	03
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	00	00	00	02
	Irecê	00	00	00	00	01
	Jacobina	00	00	01	02	02
	Jequié	01	02	03	03	03
	Paulo Afonso	00	00	01	01	01
	Porto Seguro	00	01	02	03	04
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	00	00	00	02	02
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
	Vitória da Conquista	00	00	02	02	03
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Tabela -38 - Projeção do Número de Qualificação de Técnicos Administrativos.

Níveis	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Graduação	Barreiras	DNI				
	Brumado	DNI				
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana*	02	02	05	06	08
	Ilhéus	DNI				
	Irecê*	01	01	11	10	03
	Jacobina	DNI				
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	DNI				
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	DNI					
Subtotal						
Mestrado	Barreiras	DNI				
	Brumado	DNI				
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	DNI				
	Irecê	DNI				
	Jacobina	DNI				
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	DNI				
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	DNI					
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

*Números são gerais, sem especificar o tipo de qualificação

Níveis	Campus	2014	2015	Ano	2017	2018
				2016		
Doutorado	Barreiras	DNI				
	Brumado	DNI				
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	DNI				
	Irecê	DNI				
	Jacobina	DNI				
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	DNI				
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	DNI					
Subtotal						
Pós-Doutorado	Barreiras	DNI				
	Brumado	DNI				
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	DNI				
	Irecê	DNI				
	Jacobina	DNI				
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	DNI				
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	DNI					
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

5.1 Estrutura Organizacional

O IFBA é organizado em estrutura multicampi de acordo com art. 7º, Capítulo III do seu Estatuto. Os órgãos executivos e de assessoramento do IFBA, distribuídos pelos níveis de sua estrutura, são os seguintes:

I - REITORIA

1. Gabinete
2. Procuradoria Federal
3. Auditoria Interna
4. Comissão de Ética
5. Órgãos de Assessoramento
 - a. Comissão Permanente de Pessoal Docente
 - b. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação
 - c. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
 - d. Ouvidoria
 - e. Correição
 - f. Assessoria de Relações Internacionais
 - g. Assessoria Especial
6. Diretoria Sistêmica com status de Câmpus de Educação a Distância (EAD)
7. Pró-Reitorias
 - a. Pró-Reitoria de Ensino
 - b. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
(Gerência de Desenvolvimento de Bibliotecas)
 - c. Pró-Reitoria de Extensão
 - d. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
 - e. Pró-Reitoria de Administração
8. Diretorias Sistêmicas
 - a. Diretoria de Gestão de Pessoas
 - b. Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação

Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional

Reitoria

Assim como os demais Institutos Federais o IFBA tem como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores. Podem ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

A reitoria, como órgão de administração central, poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação e atualmente encontra-se instalada no Bairro do Canela em Salvador.

Os Reitores são nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. Podem candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

- I. possuir o título de doutor;
- II. ou estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo. Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do

Instituto Federal, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Pró-reitorias

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), dirigida por um(a) Pró-Reitor(a) nomeado(a) pelo(a) Reitor(a), é o órgão executivo que planeja, desenvolve, controla e avalia a execução das políticas do ensino, nos diversos níveis e modalidades, bem como da assistência estudantil, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, assegurando também a capacitação do corpo funcional.

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, dirigida por um(a) Pró-Reitor(a) nomeado(a) pelo(a) Reitor(a), é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-Reitorias e os Câmpus.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), dirigida por um(a) Pró-Reitor(a) nomeado pelo(a) Reitor(a), é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI), dirigida por um(a) Pró-Reitor(a) nomeado(a) pelo(a) Reitor(a), é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, e as políticas de pós-graduação.

A Pró-Reitoria de Administração, dirigida por um(a) Pró-Reitor(a) nomeado(a) pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Diretorias Sistêmicas

As diretorias sistêmicas, dirigidas por Diretores nomeados pelo(a) Reitor(a), são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação, de forma articulada com as demais áreas.

São Diretorias Sistêmicas de acordo com o regimento em vigor no IFBA:

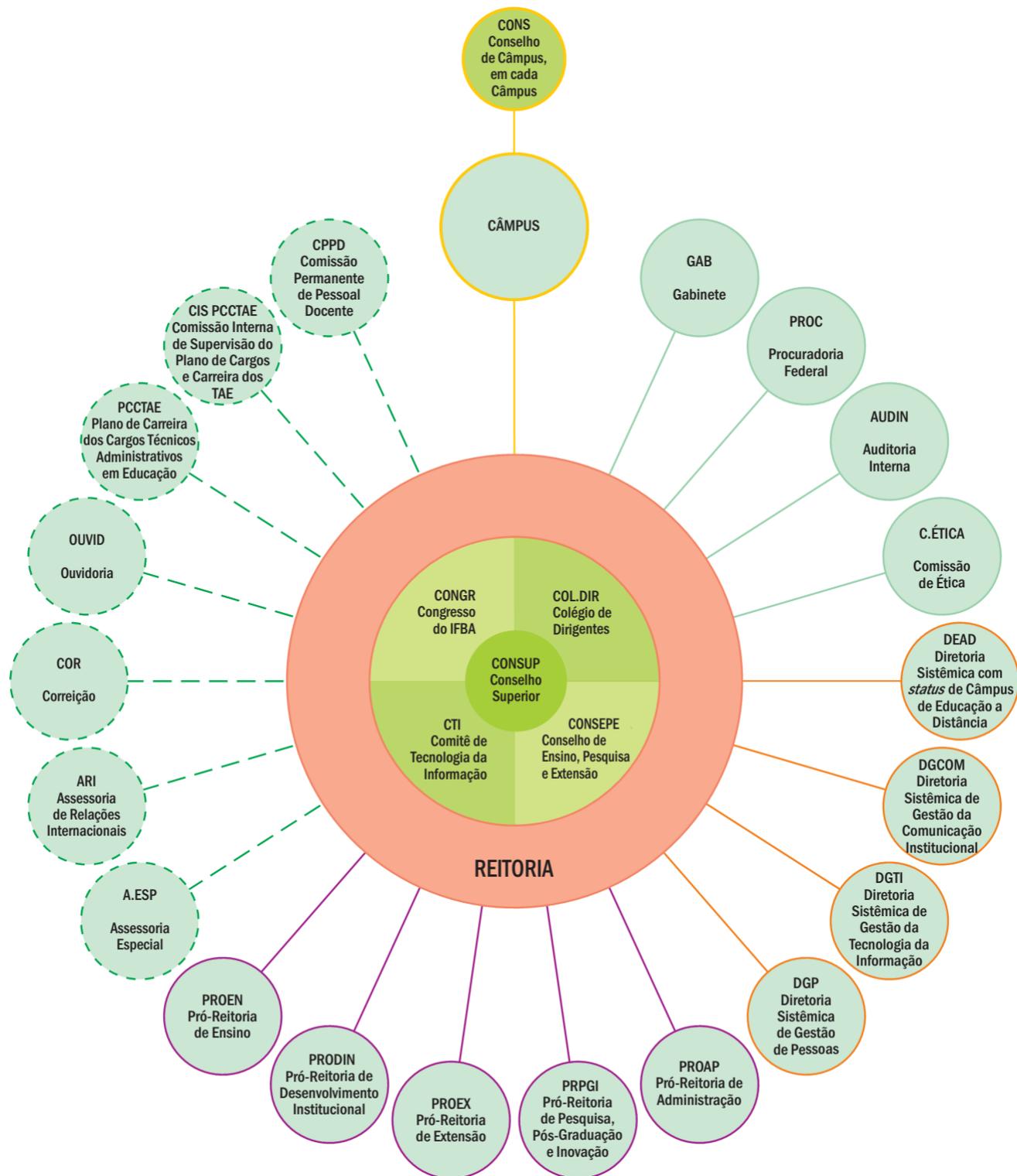
- Diretoria de Gestão de Pessoas
- Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação
- Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional

Diretorias Gerais de Campus

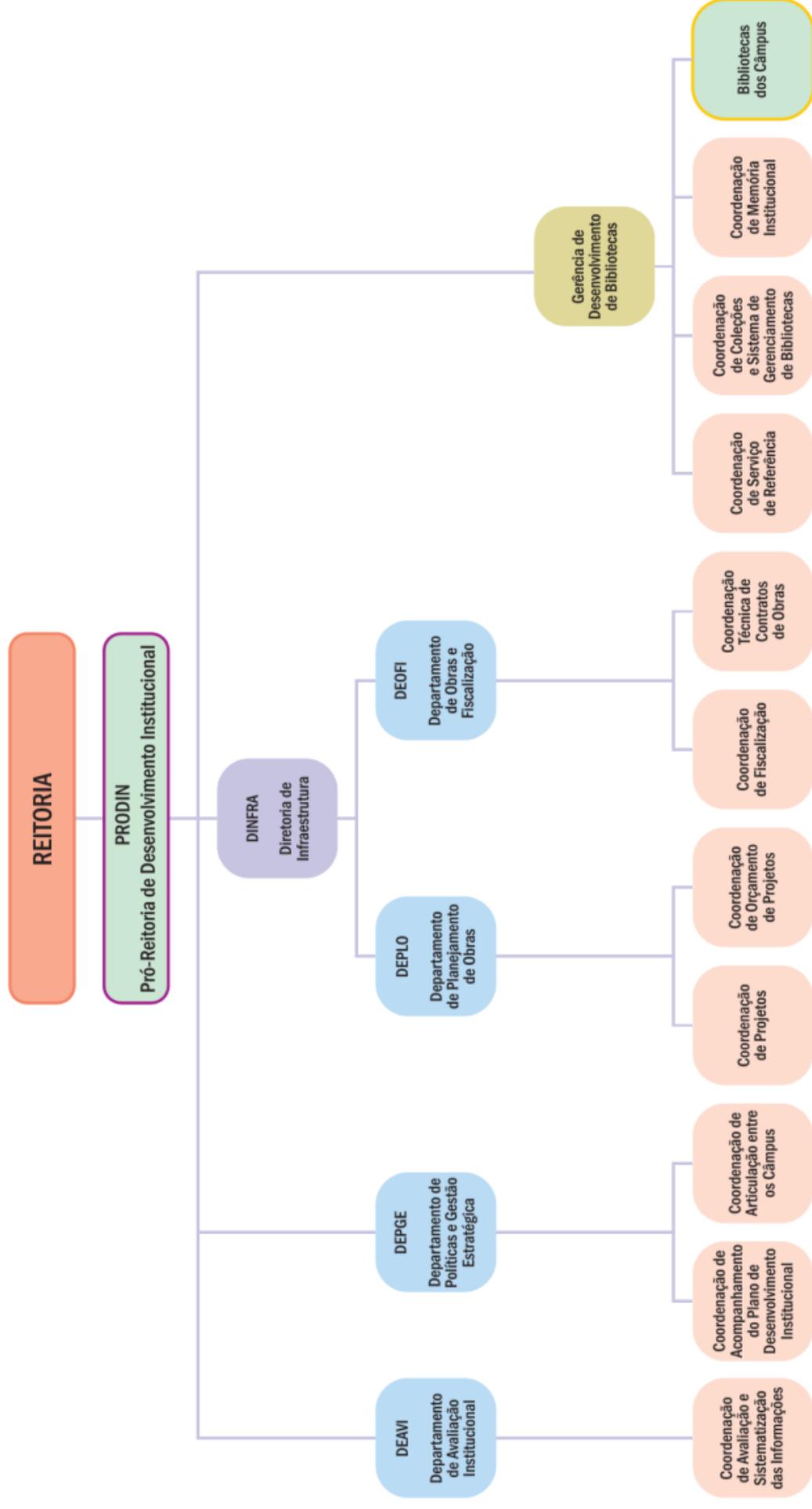
Em conformidade com o Art. 23 os Campi do IFBA são administrados por Diretores-Gerais e têm seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral e pelo seu Regimento Interno, observada a legislação pertinente. Os Diretores-Gerais são escolhidos e nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº. 11.892/2008, para mandato de 04 (quatro) anos contados da data da posse, permitida uma recondução, e possuem competência para administrar e dirigir os campi no limite da delegação que lhe foi conferida e em obediência à legislação pertinente.

Podem candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

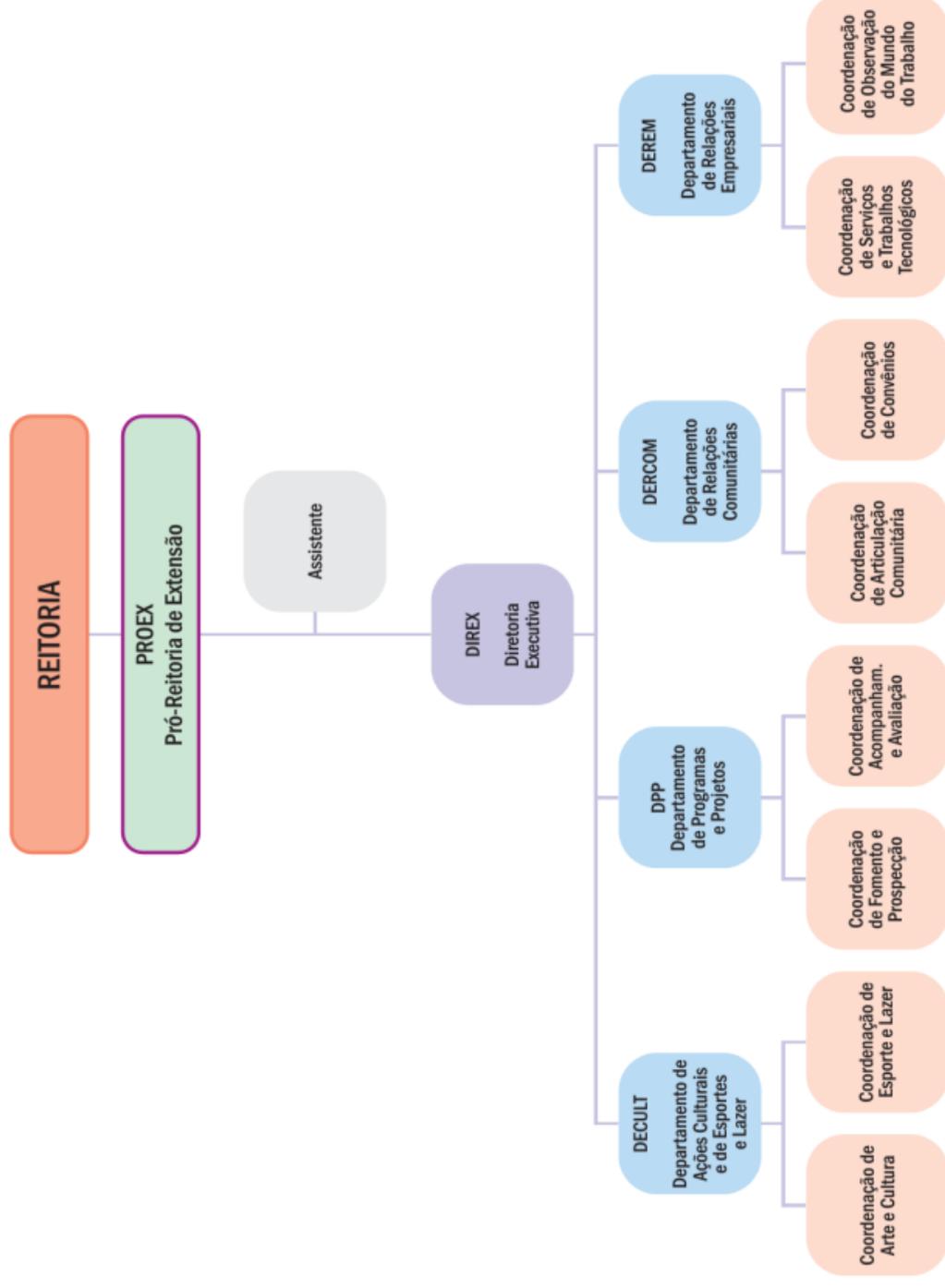
- preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;
- possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou
- ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.



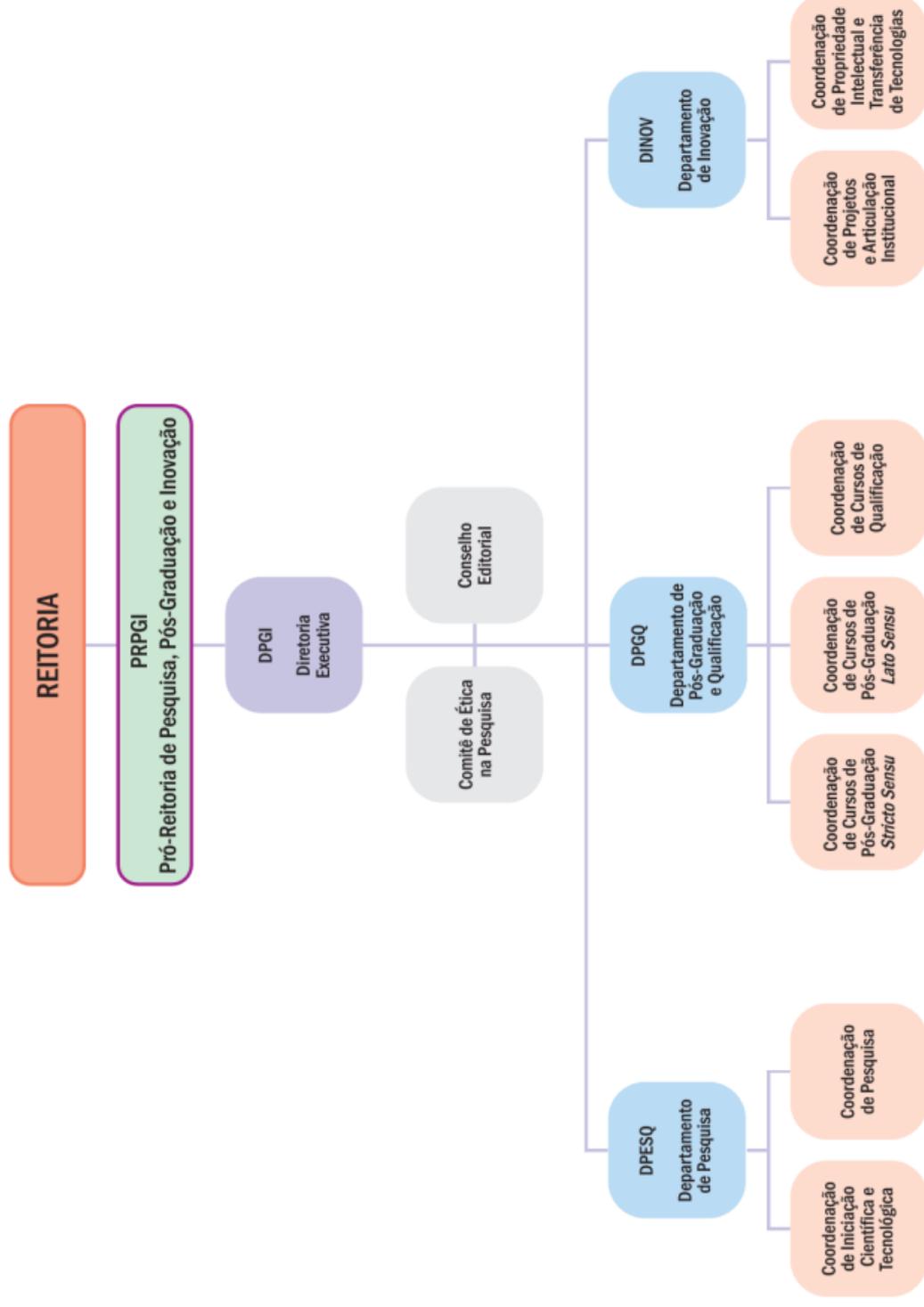
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



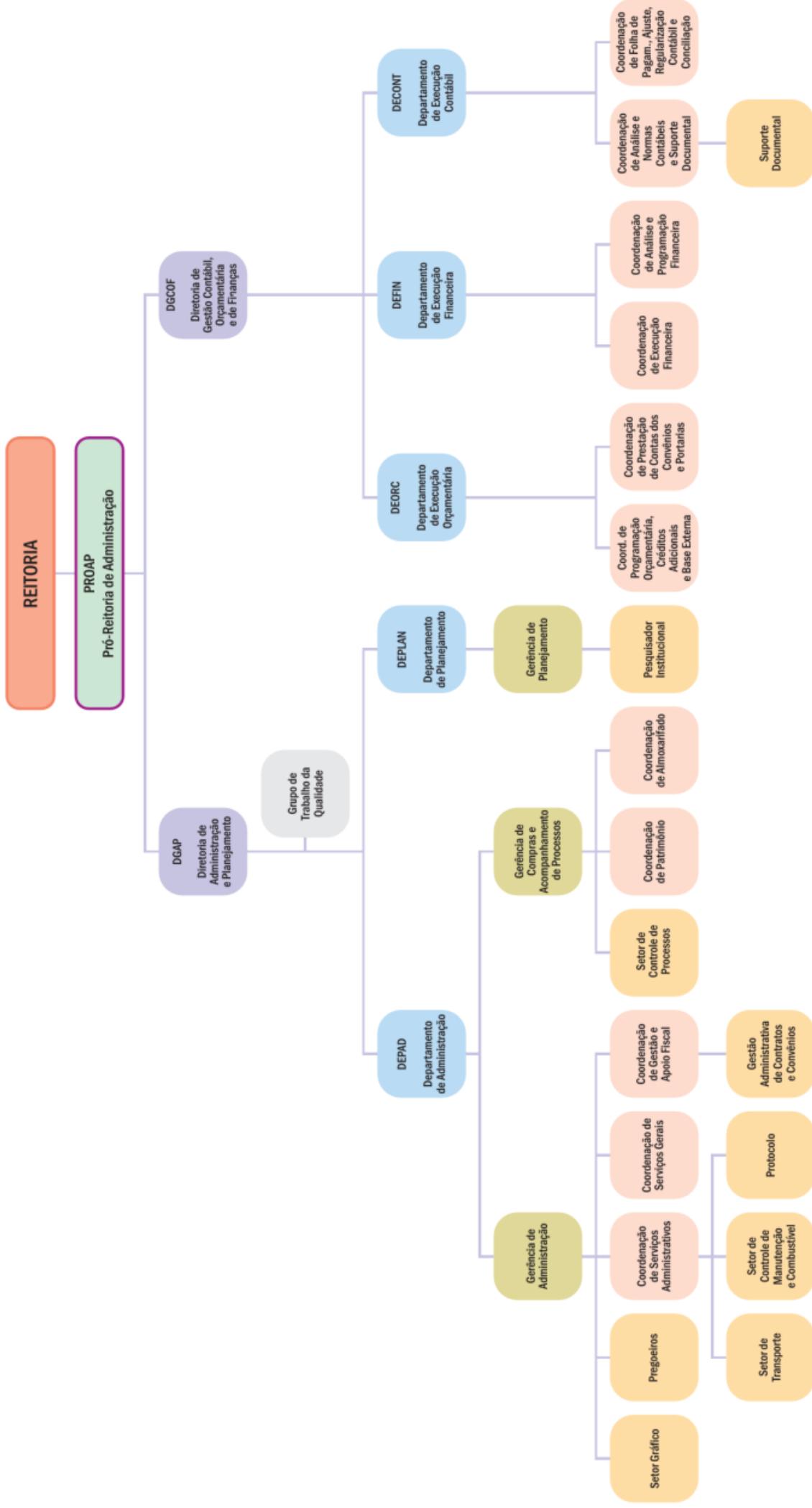
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO



PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO



5.2 Órgãos Colegiados: competências e composição e formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados.

A administração do Instituto tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior. As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal. O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

O Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes têm suas composições, funcionamento e atribuições definidas no Estatuto do IFBA.

O Conselho Superior delega, ao Congresso do IFBA, por meio do regimento em vigor a atribuição de apreciar e deliberar sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) ou outra temática estabelecida pelo Conselho Superior.

A cada dois anos, a reitoria do IFBA realizará, ordinariamente, o Congresso do IFBA para avaliar e atualizar o Projeto Pedagógico Institucional e, extraordinariamente, quando o Conselho Superior o convocar para avaliar e deliberar sobre outros temas relevantes para a Instituição.

O Congresso do IFBA constitui-se num fórum democrático que será realizado pela Reitoria, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Ensino – PROEN.

São membros do Congresso do IFBA:

- I. Delegados natos, com direito a voz e voto;
- II. Delegados eleitos, com direito a voz e voto, no total de 300, sendo 100 por cada segmento (discente, docente e técnico-administrativo), obedecendo à paridade;
- III. Convidados, com direito a voz;
- IV. Observadores;
- V. Visitantes;
- VI. Autoridades;
- VII. Equipe de apoio.

Os delegados natos são os Conselheiros do CONSUP, Pró-Reitores(as) e Diretores(as) de Câmpus.

Os delegados eleitos serão escolhidos em reunião convocada pelo respectivo Diretor(a) do Câmpus obedecendo aos critérios constantes no Regimento do Congresso, a ser aprovado no Conselho Superior do IFBA.

O Temário e o Regimento do Congresso do IFBA serão elaborados pela PROEN e aprovados pelo Conselho Superior do IFBA, preferencialmente, no ano anterior à sua realização.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Integra a administração geral da Instituição, tem funções normativas, consultivas e propositivas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e esportiva.

Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- I. Reitor(a), como presidente;
- II. Pró-Reitor(a) de Ensino, como vice-presidente;
- III. Pró-Reitor(a) de Extensão;
- IV. Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Inovação;
- V. Representante designado pelo Conselho de cada um dos Câmpus;
- VI. Três representantes docentes;
- VII. Três representantes técnico-administrativos;
- VIII. Três representantes discentes: um da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, um do Ensino Superior e um da Pós-Graduação.

O Conselho Superior do IFBA delega, através do regimento do Instituto, as Atribuições:

- I. Apreciar e deliberar sobre assuntos de natureza didático-pedagógica e técnico-científica da pesquisa e extensão;
- II. Apreciar e propor ao Conselho Superior a política geral do IFBA em matéria de ensino, pesquisa e extensão;
- III. Apreciar e deliberar sobre política e programas de pesquisa e extensão tecnológica;
- IV. Criar, modificar, extinguir e desativar temporariamente cursos em todos os níveis, excetuando-se aqueles cujo Conselho de Câmpus solicite parecer do Conselho Superior;
- V. Apreciar e deliberar sobre normas e organização dos cursos em todas as modalidades de ensino;
- VI. Analisar e aprovar programas e projetos de ensino, extensão e pós-graduação propostos pelos órgãos acadêmicos, após apreciação pelas respectivas câmaras;
- VII. Propor modificações e alterações que entender pertinentes ao Regimento;
- VIII. Apreciar e deliberar sobre normas relativas à creditação e certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- IX. Julgamento de recursos das decisões originadas dos Câmpus, em matéria didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e esportiva, cabendo recurso ao Conselho Superior;

- X. Exercício de fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
 - XI. Apreciar e deliberar sobre outras matérias referentes à Ensino, Pesquisa e Extensão;
 - XII. Elaborar, aprovar e reformar seu próprio regimento;
 - XIII. Apreciar e deliberar, ad referendum ao Conselho Superior, áreas estratégicas da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica.
- O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão constitui-se das seguintes

Câmaras:

- I. Câmara de Ensino;
- II. Câmara de Extensão;
- III. Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

As Câmaras de Ensino

São órgãos colegiados da estrutura do Conselho, responsáveis pela análise e estudos de matérias relacionadas com a sua área acadêmica, cuja conformação será definida em regulamento próprio.

A Câmara de Ensino possui como atribuições:

- I. Acompanhar as ações previstas no plano de desenvolvimento institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados ao ensino;
- II. Analisar e emitir parecer sobre as propostas encaminhadas pela Pró-Reitoria de Ensino;
- III. Apreciar e aprovar os relatórios das atividades desenvolvidas;
- IV. Subsidiar a Pró-Reitoria de Ensino no tocante às políticas de sua área de atuação.

A Câmara de Extensão possui como atribuições:

- I. Acompanhar as ações previstas no plano de desenvolvimento institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à extensão;
- II. Avaliar e aprovar os planos de trabalho e relatórios dos projetos de extensão, quando couber;
- III. Estabelecer critérios para expedição de editais para financiamento de projetos de extensão com recursos do Instituto Federal da Bahia;
- IV. Opinar sobre os pedidos de convênios e parcerias nacionais e internacionais atinentes às dimensões de extensão, analisando a conveniência e as oportunidades desses acordos no desenvolvimento acadêmico do Instituto Federal da Bahia;
- V. Subsidiar a Pró-Reitoria de Extensão no tocante às políticas de sua área de atuação.

A Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação possui como atribuições:

- I. Acompanhar as ações previstas no plano de desenvolvimento institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à pesquisa, pós-graduação e inovação;

- II. Apreciar e propor ações de políticas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação do Instituto Federal da Bahia;
- III. Contribuir para a definição das estratégias de atuação em pesquisa, pós-graduação, desenvolvimento tecnológico e inovação do Instituto Federal da Bahia;
- IV. Propor ações incentivo à cultura e à difusão da ciência, pesquisa e do desenvolvimento tecnológico de inovação;
- V. Propor ações visando à cooperação científica e tecnológica entre o Instituto Federal da Bahia, a iniciativa privada e demais instituições;
- VI. Reconhecer o mérito de ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação desenvolvidas no Instituto Federal da Bahia e propor iniciativas para premiar tais ações;
- VII. Apreciar e propor políticas de pós-graduação no Instituto Federal da Bahia, visando à oferta e qualificação;
- VIII. Subsidiar a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação no tocante às políticas de sua área de atuação.

O Conselho de Câmpus é um órgão propositivo e consultivo que tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal da Bahia em cada Câmpus, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do(a) Reitor(a), e que tem a seguinte composição:

- I. Diretor(a) Geral do Câmpus;
- II. Diretores(as), Chefes ou Coordenadores(as) dos órgãos que congregam as Áreas de Conhecimento Acadêmicas do Câmpus, no limite de 1/5 do Conselho;
- III. Dois representantes do corpo docente, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- IV. Dois representantes do corpo técnico-administrativo, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- V. Dois representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares e de modalidades de ensino diferentes;
- VI. Um representante dos egressos, que não seja servidor(a) do IFBA, indicado pela entidade de classe que os represente no município ou eleito por seus pares em reunião ordinária convocada pela Direção Geral do Câmpus especificamente para este fim;
- VII. Um representante dos pais de estudantes, que não seja servidor(a) do IFBA, eleito por seus pares, em reunião ordinária convocada pela Direção Geral do Câmpus especificamente para este fim;
- VIII. Representantes de instituições econômicas e da sociedade civil do município ou região na qual se encontra o Câmpus, no limite de 1/5 do Conselho.

A composição do Conselho de Câmpus poderá ser modificada pelo regimento interno do Câmpus, a ser elaborado de acordo com o parágrafo único do Artigo 22 do regimento em vigor.

A composição do Conselho do Câmpus procura garantir a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica - discentes, docentes e técnicos administrativos.

O Conselho Superior, através do regimento em vigor, delega ao Conselho de Câmpus as seguintes atribuições:

- I. Subsidiar o Diretor(a) Geral do Câmpus com informações da comunidade, relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão;
- II. Assessorar a Direção Geral do Câmpus na divulgação das atividades da Instituição junto à sociedade;
- III. Apreciar sobre as diretrizes e metas do Câmpus e zelar pela execução de sua política educacional;
- IV. Apreciar sobre o calendário acadêmico de referência do Câmpus;
- V. Apreciar, em primeira instância, sobre a abertura de novos cursos ou suspensão dos existentes;
- VI. Apreciar, nos termos da legislação em vigor e em primeira instância, sobre mudanças no regime de trabalho docente;
- VII. Apreciar e propor questões sobre temas importantes para o desenvolvimento administrativo e acadêmico do IFBA;
- VIII. Apreciar sobre questões submetidas a sua apreciação.

O Conselho de Câmpus se reúne ordinariamente a cada 30 dias ou extraordinariamente por convocação do(a) Diretor(a) Geral do Câmpus ou de 1/3 dos seus membros efetivos.

O Comitê de Tecnologia da Informação

Exercendo funções normativas, consultivas e propositivas, **o Comitê de Tecnologia da Informação** integra a administração geral da Instituição e visa a auxiliar o(a) Reitor(a) na tomada de decisões relacionadas à Tecnologia da Informação.

Compete ao Comitê de Tecnologia da Informação:

- I. Estabelecer a política e as diretrizes de Tecnologia da Informação para a melhoria contínua da gestão, em alinhamento à missão, às estratégias e às metas da Instituição;
- II. Propor o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), observadas as diretrizes estabelecidas na política de Tecnologia da Informação definidas pelo governo federal, respeitadas as peculiaridades técnicas e funcionais do IFBA;

- III. Analisar, supervisionar e priorizar, em conformidade com as políticas do IFBA e de seu PDTI, o planejamento anual de aquisições, contratações e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- IV. Estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos da Tecnologia da Informação, promover a sua implementação e zelar pelo seu cumprimento.

O Comitê Gestor de Segurança da Informação é um órgão colegiado, parte integrante da estrutura do Comitê de Tecnologia da Informação, responsável pela Política de Segurança da Informação e Comunicação da Instituição.

5.3 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas.

Entende-se como Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas o conjunto dos órgãos e setores do IFBA que, por suas finalidades específicas, estão integrados ao processo educacional desenvolvido pela instituição, dando suporte técnico, científico, informacional, logístico e sociocultural às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas estão distribuídos nos campus do IFBA e incluem bibliotecas, coordenação técnica e pedagógica, laboratórios de informática e laboratórios de aulas práticas, gráfica, secretarias de curso, gerência de registros acadêmicos, refeitórios, ginásios de esporte, e outras estruturas de apoio quantificadas e discriminadas ao longo do presente Plano de Desenvolvimento Institucional bem assim como no Projeto Político Pedagógico Institucional.

6 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

6.2 Corpo Discente

O exercício da formação do ser humano no IFBA é feito com forte preocupação social, especialmente com os membros do corpo discente que têm vulnerabilidade econômica de se manterem no Instituto. Ao mesmo tempo, muitos alunos, independentemente de sua capacidade econômica, têm dificuldades de acompanhar seus respectivos cursos por variadas razões, mesmo tendo sido aprovados em processos seletivos em boas colocações. Desta forma, faz o Instituto a pensar e desenvolver programas tanto de apoio financeiro, via bolsas, como de apoio pedagógico.

Assim, o IFBA oferece também apoio psicológico, requerido em variadas situações, tanto por questões de saúde como por dificuldades de aprendizagem e vulnerabilidade social. Além disso, o acompanhamento dos egressos é importante não apenas pelas demandas de educação continuada como pela possibilidade de os ex- alunos fornecerem importantes informações sobre a adequação da formação gerada no âmbito do Instituto.

6.2 Programa de apoio Pedagógico e Financeiro

Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de nível técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.

Ampliação do recurso financeiro da Política de Assistência Estudantil

Aumento do quantitativo de bolsas com o objetivo de suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola. Especificamente, esta ação está ligada ao pagamento de material escolar, despesas com transporte, moradia, bolsa de incentivo profissional (PINA) dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.

6.3 Política de Assistência Estudantil

O IFBA através da sua missão em promover a formação do cidadão histórico-crítico oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, ciente de sua função social verificou-se a necessidade de criar mecanismos que garantam a “proteção integral” prevista nas legislações educacionais bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante dessa demanda a Política de Assistência Estudantil é um arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implantação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial.

A partir disso pensou-se a estrutura da Política de Assistência Estudantil através dos seguintes programas:

- Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes;
- Programa de Educação para Diversidade;
- Programa de Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Específicas;
- Programa de Assistência à Saúde;
- Programa de Acompanhamento Psicológico;
- Programa de Acompanhamento Pedagógico;
- Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer;
- Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural;
- Programa de Incentivo à Formação de Cidadania

Tabela 39 - Programas da Política de Assistência Estudantil – Alunos Atendidos 2013

Programas	Campus	2013
Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes	Barreiras	433
	Camaçari	250
	Eunápolis	1023
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	213
	Irecê	DNI
	Jacobina	145
	Jequié	162
	Paulo Afonso	300
	Porto Seguro	370
	Salvador	1052
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	240
Valença	421	
Vitória da Conquista	365	
Subtotal		
Programa de incentivo à diversidade	Barreiras	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	120
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	00
	Irecê	DNI
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Programas	Campus	2013
Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas	Barreiras	06
	Camaçari	00
	Eunápolis	03
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	00
	Irecê	DNI
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	69
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	00
Valença	01	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
Programa de Saúde	Barreiras	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	10
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	00
	Irecê	DNI
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	278
	Porto Seguro	00
	Salvador	DNI
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Programas	Campus	2013
Programa de Acompanhamento Psicológico	Barreiras	00
	Camaçari	00
	Eunápolis	150
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	00
	Irecê	DNI
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	150
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	186
Valença	23	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
Programa de Acompanhamento Pedagógico	Barreiras	01
	Camaçari	00
	Eunápolis	393
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	100
	Irecê	DNI
	Jacobina	76
	Jequié	80
	Paulo Afonso	70
	Porto Seguro	225
	Salvador	200
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	00
Valença	25	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Programas	Campus	2013
Programa de Acompanhamento Social	Barreiras	DNI
	Brumado	DNI
	Camaçari	00
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	DNI
	Irecê	DNI
	Jacobina	DNI
	Jequié	DNI
	Paulo Afonso	DNI
	Porto Seguro	56
	Salvador	DNI
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	DNI
Valença	DNI	
Vitória da Conquista	DNI	
Subtotal		
Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer	Barreiras	01
	Camaçari	00
	Eunápolis	40
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	00
	Irecê	DNI
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	137
	Porto Seguro	DNI
	Salvador	00
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	00
	Valença	DNI
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Programas	Campus	2013
Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural	Barreiras	01
	Camaçari	011
	Eunápolis	252
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	00
	Irecê	DNI
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	90
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
Programa de Incentivo à Formação da Cidadania	Barreiras	01
	Camaçari	00
	Eunápolis	379
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	DNI
	Irecê	DNI
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	00
	Salvador	00
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	00
Valença	00	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Programas	Campus	2013
Programa de Assistência Viagens	Barreiras	01
	Camaçari	09
	Eunápolis	00
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	21
	Irecê	DNI
	Jacobina	00
	Jequié	00
	Paulo Afonso	SD
	Porto Seguro	56
	Salvador	DNI
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	DNI
	Valença	08
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Tabela 40- Programa de Apoio ao Estudante/ Modalidades 2013 – Alunos Atendidos 2013

Modalidade	Campus	2013
Bolsa Estudo	Barreiras	33
	Camaçari	200
	Eunápolis	78
	Feira de Santana	21
	Ilhéus	DNI
	Irecê	DNI
	Jacobina	145
	Jequié	17
	Paulo Afonso	16
	Porto Seguro	110
	Salvador	262
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	47
Valença	94	
Vitória da Conquista	50	
Subtotal		

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Modalidade	Campus	2013
Bolsa vinculada ao PINA	Barreiras	28
	Camaçari	131
	Eunápolis	74
	Feira de Santana	11
	Ilhéus	00
	Irecê	DNI
	Jacobina	00
	Jequié	18
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	13
	Salvador	79
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	19
Valença	38	
Vitória da Conquista	47	
Subtotal		
Auxílio Transporte	Barreiras	64
	Camaçari	962
	Eunápolis	131
	Feira de Santana	80
	Ilhéus	DNI
	Irecê	DNI
	Jacobina	496
	Jequié	93
	Paulo Afonso	202
	Porto Seguro	92
	Salvador	487
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	96
Valença	123	
Vitória da Conquista	69	
Subtotal		

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Modalidade	Campus	2013
Auxílio Moradia	Barreiras	22
	Camaçari	00
	Eunápolis	10
	Feira de Santana	05
	Ilhéus	DNI
	Irecê	DNI
	Jacobina	20
	Jequié	20
	Paulo Afonso	16
	Porto Seguro	10
	Salvador	18
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	04
Valença	24	
Vitória da Conquista	43	
Subtotal		
Auxílio para Aquisições	Barreiras	00
	Camaçari	122
	Eunápolis	50
	Feira de Santana	13
	Ilhéus	DNI
	Irecê	DNI
	Jacobina	68
	Jequié	19
	Paulo Afonso	26
	Porto Seguro	130
	Salvador	60
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	86
Valença	08	
Vitória da Conquista	DNI	
Subtotal		

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Modalidade	Campus	2013
Auxílio Cópia e Impressão	Barreiras	00
	Camaçari	4801
	Eunápolis	130
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	DNI
	Irecê	DNI
	Jacobina	00
	Jequié	131
	Paulo Afonso	40
	Porto Seguro	20
	Salvador	125
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	00
Valença	14	
Vitória da Conquista	00	
Subtotal		
Auxílio Alimentação	Barreiras	140
	Camaçari	992
	Eunápolis	350
	Feira de Santana	00
	Ilhéus	DNI
	Irecê	DNI
	Jacobina	109
	Jequié	100
	Paulo Afonso	00
	Porto Seguro	225
	Salvador	882
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	52
Valença	120	
Vitória da Conquista	342	
Subtotal		

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Modalidade	Campus	2013
O Programa de Iniciação Científica e Tecnológica	Barreiras	DNI
	Camaçari	DNI
	Eunápolis	DNI
	Feira de Santana	DNI
	Ilhéus	DNI
	Irecê	DNI
	Jacobina	DNI
	Jequié	DNI
	Paulo Afonso	DNI
	Porto Seguro	08
	Salvador	DNI
	Santo Amaro	DNI
	Seabra	DNI
	Simões Filho	DNI
Valença	DNI	
Vitória da Conquista	DNI	
Subtotal		

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Tabela 41- Projeção dos Programas da Política de Assistência Estudantil/ 2014-2018

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes	Barreiras	795	954	1049	1133	1143
	Camaçari					
	Eunápolis	2	5	8	10	15
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	267	347	451	586	762
	Irecê	DNI				
	Jacobina	revisar				
	Jequié	200	250	200	350	400
	Paulo Afonso	600	400	400	400	400
	Porto Seguro	370	350	350	370	400
	Salvador	1.290	1.500	1.700	1.900	2.100
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	270	300	350	350	380
Valença	480	520	559	595	644	
Vitória da Conquista	400	450	500	550	610	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Programa de Educação diversidade	Barreiras	05	08	12	19	25
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	01	03	04	05	08
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	revisar				
	Jequié	00	00	01	01	01
	Paulo Afonso	00	90	180	180	180
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	100	200	300	400	500
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
Valença	00	00	00	00	00	
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						
Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas	Barreiras	12	19	26	33	40
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	00	01	05	07	09
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	03	05	10	15	20
	Irecê	DNI				
	Jacobina	revisar				
	Jequié	01	02	03	04	05
	Paulo Afonso	05	22	23	24	25
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	75	85	95	105	115
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	02	03	06	10	15
Valença	02	03	04	07	10	
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Programa de Assistência Saúde	Barreiras	05	08	12	19	25
	Camaçari					
	Eunápolis	01	03	05	07	09
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	0	15	30	60	120
	Irecê	DNI				
	Jacobina	revisar				
	Jequié	00	00	01	01	01
	Paulo Afonso	300	300	350	300	300
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	CRI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
Valença	00	00	00	00	00	
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						
Programa de Acompanhamento Psicológico	Barreiras	05	07	12	18	24
	Camaçari					
	Eunápolis	02	05	07	09	11
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	50	100	150	200	250
	Irecê	DNI				
	Jacobina	revisar				
	Jequié	01	01	01	01	01
	Paulo Afonso	10	25	30	30	30
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	200	250	300	350	400
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	180	180	180	185	185
Valença	40	45	53	68	78	
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informação

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Programa de Acompanhamento Pedagógico	Barreiras	05	12	23	35	48
	Camaçari					
	Eunápolis	03	07	09	11	15
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	50	100	150	200	250
	Irecê	DNI				
	Jacobina	revisar				
	Jequié	100	120	140	160	180
	Paulo Afonso	120	180	200	200	200
	Porto Seguro	225	220	220	220	250
	Salvador	1.000	1.500	2.000	2.500	3.000
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	40	50	70	70
Valença	35	45	55	65	75	
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						
Programa de Acompanhamento Social	Barreiras	DNI				
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	DNI				
	Irecê	DNI				
	Jacobina	DNI				
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	05				
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
Seabra	DNI					
Simões Filho	DNI					
Valença	DNI					
Vitória da Conquista	DNI					
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Campus rever informação

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer	Barreiras	06	12	18	24	30
	Camaçari					
	Eunápolis	05	08	10	13	15
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	50	100	150	200	250
	Irecê	DNI				
	Jacobina	revisar				
	Jequié	01	02	02	02	02
	Paulo Afonso	227	250	238	228	220
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	50	100	150	200	250
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
Valença	00	00	00	00	00	
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						
Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural	Barreiras	05	08	14	18	26
	Camaçari					
	Eunápolis	2	5	7	8	12
	Feira de Santana					
	Ilhéus	50	100	150	200	250
	Irecê	DNI				
	Jacobina	revisar				
	Jequié	01	02	02	02	02
	Paulo Afonso	90	90	90	90	90
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	50	100	150	200	250
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
Valença	00	00	00	00	00	
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Programa Incentivo à Formação da Cidadania	Barreiras	05	12	18	26	35
	Camaçari					
	Eunápolis	04	09	12	15	22
	Feira de Santana					
	Ilhéus	DNI				
	Irecê	50	100	150	200	250
	Jacobina	revisar				
	Jequié	01	02	02	02	02
	Paulo Afonso	90	90	90	90	90
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	50	100	150	200	250
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
Valença	50	60	70	80	90	
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						
Programa de Assistência Viagens	Barreiras	00				
	Camaçari					
	Eunápolis	00				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	25	50	75	100	150
	Irecê	DNI				
	Jacobina	revisar				
	Jequié	30	40	50	60	70
	Paulo Afonso	DNI				
	Porto Seguro	130	120	120	130	135
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
Valença	DNI					
Vitória da Conquista	DNI					
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Campus rever informação

Tabela 42- Projeções do Programa de Apoio ao Estudante 2014-2018

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Bolsa Estudo	Barreiras	51	61	67	72	73
	Camaçari					
	Eunápolis	90	120	140	160	180
	Feira de Santana	22	22	25	25	25
	Ilhéus	31	60	90	120	150
	Irecê	DNI				
	Jacobina	33	43	55	72	115
	Jequié	20	30	40	50	60
	Paulo Afonso	80	50	50	50	50
	Porto Seguro	110	100	100	110	115
	Salvador	362	400	450	500	550
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	60	65	70	70	75
	Valença	100	105	110	115	120
Vitória da Conquista	60	70	77	85	93	
Subtotal						
Bolsa vinculada ao PINA	Barreiras	43	52	57	61	62
	Camaçari					
	Eunápolis	90	120	140	160	180
	Feira de Santana	10	10	15	15	15
	Ilhéus	30	60	90	120	150
	Irecê	DNI				
	Jacobina	31	40	55	15	20
	Jequié	25	35	40	45	50
	Paulo Afonso	20	10	10	10	10
	Porto Seguro	13	13	13	13	15
	Salvador	35	40	40	40	40
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	25	30	35	35	40
	Valença	40	44	48	52	56
Vitória da Conquista	47	50	55	61	68	
Subtotal						

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Auxílio Transporte Municipal	Barreiras	73	88	97	105	106
	Camaçari					
	Eunápolis	90	150	180	210	250
	Feira de Santana	40	45	55	55	60
	Ilhéus	173	225	292	380	494
	Irecê	DNI				
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	100	150	180	210	240
	Paulo Afonso	120	120	120	120	120
	Porto Seguro	47	40	40	47	50
	Salvador	522	550	600	650	700
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	48	52	55	56	60
Vitória da Conquista	69	75	83	91	100	
Subtotal						
Auxílio Transporte Intermunicipal	Barreiras	26	31	34	37	37
	Camaçari					
	Eunápolis	80	95	115	150	185
	Feira de Santana	45	55	65	65	70
	Ilhéus	CRI				
	Irecê	DNI				
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	20	30	40	50	60
	Paulo Afonso	100	100	100	100	100
	Porto Seguro	45	43	43	45	50
	Salvador	58	70	80	90	100
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	100	110	115	115	115
	Valença	80	84	88	92	96
Vitória da Conquista	00	02	04	05	05	
Subtotal						

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Auxílio Moradia	Barreiras	34	41	45	49	49
	Camaçari					
	Eunápolis	90	120	150	180	210
	Feira de Santana	08	10	10	10	15
	Ilhéus	03	06	09	12	15
	Irecê	DNI				
	Jacobina	64	84	110	145	160
	Jequié	30	50	60	70	80
	Paulo Afonso	25	25	25	25	25
	Porto Seguro	10	09	09	10	16
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	05	06	08	08	08
	Valença	28	32	36	40	44
Vitória da Conquista	48	50	55	60	70	
Subtotal						
Auxílio para Aquisições	Barreiras	90	108	119	128	129
	Camaçari					
	Eunápolis	70	85	100	120	150
	Feira de Santana	15	20	20	20	25
	Ilhéus	21	30	40	60	100
	Irecê	DNI				
	Jacobina	200	260	340	440	570
	Jequié	30	40	50	60	70
	Paulo Afonso	80	80	80	80	80
	Porto Seguro	130	120	120	130	135
	Salvador	200	250	300	350	400
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	90	90	100	105	105
	Valença	15	18	22	25	28
Vitória da Conquista	10	20	30	40	50	
Subtotal						

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Auxílio Cópia e Impressão	Barreiras	35	42	46	50	50
	Camaçari					
	Eunápolis	90	130	150	180	210
	Feira de Santana	00	00	05	05	05
	Ilhéus	00	10	20	40	60
	Irecê	DNI				
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	150	180	210	240	270
	Paulo Afonso	10	10	10	10	10
	Porto Seguro	20	20	20	20	20
	Salvador	200	250	300	350	400
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	20	25	30	35	40
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						
Auxílio Alimentação	Barreiras	217	260	286	309	312
	Camaçari					
	Eunápolis	400	450	550	650	750
	Feira de Santana	15	15	20	20	20
	Ilhéus	0	230	300	350	400
	Irecê	DNI				
	Jacobina	149	200	210	270	350
	Jequié	200	300	350	400	450
	Paulo Afonso	20	10	10	10	10
	Porto Seguro	225	205	205	225	246
	Salvador	850	900	1000	1050	1100
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	55	60	70	70	75
	Valença	150	160	170	180	200
Vitória da Conquista	362	400	450	495	550	
Subtotal						

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
O Programa de Iniciação Científica e Tecnológica	Barreiras	DNI				
	Camaçari					
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	20	40	50	60
	Irecê	DNI				
	Jacobina	00	00	00	00	00
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	DNI				
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	DNI					
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus
 CRI – Câmpus rever informação

Tabela 42- Programas Complementares

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Programa de Mobilidade Acadêmica	Barreiras	DNI				
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	DNI				
	Irecê	DNI				
	Jacobina	DNI				
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	DNI				
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	DNI					
Subtotal						

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Programa de Monitoria	Barreiras	DNI				
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	DNI				
	Irecê	DNI				
	Jacobina	DNI				
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	DNI				
	Porto Seguro	595				
	Salvador	DNI				
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	DNI				
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	DNI					
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informação

6.4 Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico)

O IFBA desenvolve ações afirmativas para a permanência dos alunos. Entre essas ações destacam-se as de caráter mais pedagógico, avaliação global por meio de conselho de classe, serviço de orientação educacional para acompanhamento das dificuldades e desempenho dos alunos da Educação Básica. Assim como a Política de Assistência Estudantil.

Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

No IFBA existem agremiações estudantis, divididas na seguinte forma:

- Grêmios Estudantis: (Grêmios Livres Estudantis Charles Chaplin): espaço para participação e convivência dos estudantes do ensino médio, técnico e EJA;
- Centros Acadêmicos (CA's): espaço para participação e convivência dos estudantes do ensino superior.

6.5 Acompanhamento dos egressos

Desenvolver uma sistemática de acompanhamento de egressos, através do estabelecimento de políticas a serem implantadas em todos os Campi, com os seguintes objetivos:

- Criar e disseminar a cultura do acompanhamento de egresso junto ao aluno;
- Realizar pesquisa qualitativa da laboralidade, por amostragem simples;
- Incentivar a participação do egresso em curso de educação continuada;
- Dar subsídios a avaliação dos currículos, programas e conteúdos desenvolvidos pela escola, objetivando a elevação da qualidade do ensino e da sintonia entre a escola e a comunidade;
- Cadastrar os egressos do IFBA, mantendo dados atualizados, a fim de disponibilizar informações atualizadas aos ex-alunos, objetivando informá-los sobre eventos, cursos e oportunidades oferecidas pela instituição;
- Promover encontros periódicos objetivando a coleta de informações que propiciem subsídios para a avaliação e adequação dos currículos dos cursos por meio de informações obtidas por ex-alunos;
- Avaliação da eficácia dos cursos quanta a inserção e permanência dos egressos no mercado de trabalho.

6.7 Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Especiais

A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 garante que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. Devendo visar “pleno desenvolvimento da pessoa” (art. 205) e a “igualdade de condição de acesso e permanência na escola” (art206, Inc. I), ainda o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso e permanência na escola” (art. 208 V). Fávero (2007) testifica que uma das preocupações na área jurídica é a aplicação do principio da igualdade para se alcançar justiça. Ainda que o direito a educação seja garantido por lei a todos, no real cenário da educação brasileira percebemos a exclusão da diversidade. Nesse sentido, transformar a escola segregacionista, a qual deixa de fora os alunos que não correspondem a determinados critérios, torna-se uma tarefa complexa (MACEDO, (2001 b) *apud* AMARO e MACEDO 2005). Freitas (2006) postula que ascensão à inclusão na educação enceta-se no âmbito político na década de 90, através dos acordos internacionais, os quais amparam os movimentos brasileiros de uma escola voltada à diversidade. A conferência Mundial de Jontiem na Tailândia 1990, foi o primeiro evento Internacional que esteve discutindo a “educação para todos”, apresentou como objetivo promover

oportunidades de uma educação duradoura. Assim, assegurar uma escola que inclua em suas atividades, currículos, serviços que efetivamente correspondem às necessidades de seus alunos. Em um segundo momento é retomado a discussão na Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca, Espanha, em junho de 1994, resultando na Declaração de Salamanca, um documento norteador de uma nova educação inclusiva. Passou a incluir além das crianças com deficiências, aquelas que estão vivenciando dificuldades temporárias ou permanentes na escola (BEYER, 2006).

A partir desse novo olhar sobre a educação de pessoas com necessidades especiais a SETEC/MEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) em parceria com SEESP 6 (Secretaria de Educação Especial) criaram o projeto TEC NEP. O objetivo do projeto é desenvolver políticas públicas sobre as ações que criem condições de acesso, permanência e saída com sucesso de alunos com necessidades educacionais especiais em cursos de formação inicial e continuada, técnico e tecnológico na Rede Federal de Educação Tecnológica, incluindo cursos que habilitem ou reabilitem esses educandos às atividades laborais permitindo acesso ao mundo produtivo e a sua independência financeira. Essas ações contam estrategicamente com a implantação de núcleos de apoio em todas as IFs (Instituições Federais de Educação Tecnológica), denominados de NAPNE / Núcleo de Apoio aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas NAPNE tem como objetivos:

- Promover a inclusão e a permanência de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNEEs na Instituição e no mundo do trabalho;
- Identificar o público-alvo potencial na região de entorno do Câmpus;
- Sensibilizar a comunidade escolar para a convivência com a diversidade;
- Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas, associações, cooperativas, ONGs, órgãos representativos de PNEEs e de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas;
- Fomentar a sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula e a constituição de redes de apoio.

Atividades

- Promover ações de sensibilização da comunidade escolar quanto às ações de inclusão social;
- Levantar a demanda de necessidades das PNEEs, mediante a criação de sistemas de informação, da promoção de pesquisas na comunidade e do estabelecimento de uma interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos;
- Contribuir para a adequação dos Projetos Político Pedagógicos de modo a contemplar a educação inclusiva, oferecendo informações atualizadas à Direção de Ensino, bem como aos demais gestores do Câmpus;
- Articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão, dando a conhecer as ações prioritárias;
- Estabelecer contato com instituições ou organizações que atendam alunos com necessidades educacionais específicas, com vistas a desenvolver trabalhos em conjunto;
- Firmar parcerias com órgãos públicos e instituições que desenvolvem atividades de inclusão e de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas;
- Divulgar as ações do TEC NEP / NAPNE para a comunidade em geral;
- Representar o NAPNE nas ocasiões em que se fizer necessário;
- Zelar pelo bom andamento dos trabalhos;

Coordenar as reuniões do NAPNE.

- Subsidiar o Coordenador do NAPNE nas atividades do Núcleo;
- Elaborar propostas e projetos;
- Propor adaptações que garantam o acesso e a permanência dos discentes com Necessidades Educacionais Específicas no Câmpus;
- Participar do planejamento, execução e avaliação das ações do NAPNE;
- Elaborar cursos de capacitação aplicada ao NAPNE;

- Sistematizar as atividades propostas pela comunidade educativa para atendimento das PNEEs;
 - Elaborar instrumentos de avaliação que sejam abrangentes e criteriosos e através dos quais seja possível identificar claramente as habilidades e competências desenvolvidas pelo aluno(a).
 - Assessorar os docentes nas atividades didático e pedagógicas de atendimento às PNEEs.
-
- Elaborar o material didático pedagógico a ser utilizado, em consonância com as necessidades específicas de cada grupo de alunos (as);
Disponibilizar materiais para atender as Necessidades Educacionais Específicas dos alunos (a);

Tabela 43- Alunos atendidos com necessidades específicas 2013

Programas	Campus	Alunos Novos 2013	Alunos Atendidos
Deficiência Auditiva	Barreiras	03	03
	Camaçari		
	Eunápolis	01	03
	Feira de Santana	DNI	
	Ilhéus	00	00
	Irecê	DNI	
	Jacobina	01	01
	Jequié	02	02
	Paulo Afonso	00	00
	Porto Seguro	08	08
	Salvador	05	18
	Santo Amaro	DNI	
	Seabra	DNI	
	Simões Filho	00	00
	Valença	01	01
Vitória da Conquista	07	07	
Subtotal			
Programas	Campus	Alunos Novos 2013	Alunos Atendidos
Deficiência Física	Barreiras	02	02
	Camaçari		
	Eunápolis	01	01
	Feira de Santana	08	08
	Ilhéus	00	00
	Irecê		
	Jacobina	01	01
	Jequié	00	00
	Paulo Afonso	00	00
	Porto Seguro		
	Salvador	06	30
	Santo Amaro		
	Seabra		
	Simões Filho	00	00
	Valença	01	01
Vitória da Conquista	01	01	
Subtotal			

Programas	Campus	Alunos Novos 2013	Alunos Atendidos
Deficiência visual	Barreiras	01	01
	Camaçari		
	Eunápolis	04	01
	Feira de Santana	DNI	
	Ilhéus	00	00
	Irecê		
	Jacobina	03	03
	Jequié	00	00
	Paulo Afonso	00	00
	Porto Seguro	08	08
	Salvador	3	14
	Santo Amaro	DNI	
	Seabra	DNI	
	Simões Filho	02	00
	Valença	00	00
Vitória da Conquista	00	00	
Subtotal			
Deficiência intelectual	Barreiras	00	00
	Camaçari		
	Eunápolis	06	10
	Feira de Santana	DNI	
	Ilhéus	00	00
	Irecê	DNI	
	Jacobina	00	00
	Jequié	00	00
	Paulo Afonso	01	00
	Porto Seguro	08	08
	Salvador	01	01
	Santo Amaro		
	Seabra		
	Simões Filho	00	00
	Valença	00	01
Vitória da Conquista	00	00	
Subtotal			

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Programas	Campus	Alunos Novos 2013	Alunos Atendidos
TDAH	Barreiras	01	01
	Camaçari		
	Eunápolis	00	02
	Feira de Santana		
	Ilhéus	00	00
	Irecê	DNI	
	Jacobina	00	00
	Jequié	01	01
	Paulo Afonso	00	00
	Porto Seguro	08	08
	Salvador	00	00
	Santo Amaro	DNI	
	Seabra	DNI	
	Simões Filho	00	00
	Valença	01	01
Vitória da Conquista	00	00	
Subtotal			
Autismo	Barreiras	00	00
	Camaçari		
	Eunápolis	00	02
	Feira de Santana	DNI	
	Ilhéus	00	00
	Irecê	DNI	
	Jacobina	00	00
	Jequié	00	00
	Paulo Afonso	00	00
	Porto Seguro	08	08
	Salvador	00	00
	Santo Amaro	DNI	
	Seabra	DNI	
	Simões Filho	00	00
	Valença	00	00
Vitória da Conquista	00	00	
Subtotal			

Programas	Campus	Alunos Novos 2013	Alunos Atendidos
Dificuldades de Aprendizagem	Barreiras	00	00
	Camaçari		
	Eunápolis	25	38
	Feira de Santana	DNI	
	Ilhéus	00	00
	Irecê	DNI	
	Jacobina	00	00
	Jequié	03	03
	Paulo Afonso	00	00
	Porto Seguro	08	08
	Salvador	01	03
	Santo Amaro	DNI	
	Seabra	DNI	
	Simões Filho	02	02
	Valença	01	00
Vitória da Conquista	50	50	
Subtotal			

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Tabela 49- Projeções de Alunos com Necessidades Especifica

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Deficiência auditiva	Barreiras	01	01	01	01	01
	Camaçari					
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê					
	Jacobina	01	02	05	10	17
	Jequié	02	02	02	02	02
	Paulo Afonso	00	02	02	02	02
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	11	05	05	05	05
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	01	01	01	02
	Valença	01	01	01	00	00
Vitória da Conquista	02	06	06	06	06	
Subtotal						

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Deficiência visual	Barreiras	01	01	01	01	01
	Camaçari					
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	04	06	10	15	21
	Jequié	01	02	02	02	02
	Paulo Afonso	00	02	02	02	02
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	02	02	02	02	02
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	01	01	01	01
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	01	02	02	02	02	
Subtotal						
Deficiência física	Barreiras	01	01	01	01	01
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	01	02	05	10	17
	Jequié	01	02	02	02	02
	Paulo Afonso	00	04	04	04	04
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	03	05	05	05	05
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	01	01	02
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	01	02	02	02	02	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Deficiência Intelectual	Barreiras	01	01	01	01	01
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	00	02	05	10	17
	Jequié	00	01	01	01	01
	Paulo Afonso	00	03	03	03	03
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	01	01	01	01	01
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	01	02	02	02	02	
Subtotal						
TDAH	Barreiras	01	01	01	01	01
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DN				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	00	02	05	10	17
	Jequié	02	02	02	02	02
	Paulo Afonso	00	01	01	02	02
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	00	01	01	01	01
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	01	01	02	02
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Tabela 50- Projeções de atendimento a Alunos com Necessidades Especifica

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Deficiência Auditiva	Barreiras	04	05	06	07	08
	Camaçari	01	01	01	00	00
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	01	01	02	03	04
	Jequié	04	06	08	10	10
	Paulo Afonso	00	02	02	02	02
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	26	31	36	41	46
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	01	02	02	02
	Valença	DNI				
Vitória da Conquista	02	06	06	06	06	
Subtotal						
Deficiência Visual	Barreiras	03	04	05	06	07
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	04	01	02	03	04
	Jequié	01	03	05	07	09
	Paulo Afonso	00	02	02	02	02
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	13	15	17	19	21
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	01	02	03	04
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	01	02	02	02	02	
Subtotal						

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Deficiência Física	Barreiras	02	03	04	05	06
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	01	01	02	03	04
	Jequié	01	03	05	07	09
	Paulo Afonso	00	04	04	04	04
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	29	34	39	44	49
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	01	02	04
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	01	02	02	02	02	
Subtotal						
Deficiência intelectual	Barreiras	01	02	03	04	05
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	00	01	02	03	04
	Paulo Afonso	00	03	03	03	03
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	02	03	04	05	06
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	01	02	02	02	02	
Subtotal						

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
TDAH	Barreiras	02	03	04	05	06
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	02	04	06	08	10
	Paulo Afonso	00	01	01	02	02
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	00	01	02	03	04
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	01	02	04	06
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						
Autismo	Barreiras	00	01	02	03	04
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	00	01	02	03	04
	Paulo Afonso	00	00	01	01	02
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	00	01	02	03	04
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	00	00	00	00	00	
Subtotal						

Programas	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Dificuldades de aprendizagem	Barreiras	00	01	02	03	04
	Camaçari	DNI				
	Eunápolis	DNI				
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	00	00	00	00	00
	Irecê	DNI				
	Jacobina	00	01	02	03	04
	Jequié	02	05	08	11	14
	Paulo Afonso	05	10	10	10	10
	Porto Seguro	08	08	08	08	08
	Salvador	03	05	07	09	11
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	04	12	22	34	40
	Valença	00	00	00	00	00
Vitória da Conquista	60	70	75	80	90	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

7 INFRAESTRUTURA

Nesta parte será detalhada a infraestrutura física e acadêmica do IFBA, bem como as ferramentas de promoção e acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com deficiência (Decreto 5296/*04 e Decreto 5773/06). Por fim, é apresentado organograma de expansão da infra-estrutura para o período de vigência deste PDI.

7.1 Gerência de Bibliotecas

A história das bibliotecas no IFBA cresceu de acordo com a história da própria Instituição. Com a expansão do CEFET em 1993 para outras áreas da Bahia, através das Unidades Descentralizadas (UNEDs), saímos de uma biblioteca na Sede de Salvador para três novas nas UNEDs: Barreiras, Eunápolis, Vitória da Conquista, Valença e Simões Filho que veio da junção do CEFET com o CENTEC. Com a segunda expansão, novas bibliotecas surgem nas UNEDs de Santo Amaro, Camaçari e Porto Seguro. Com a incorporação de novos bibliotecários ao quadro de servidores da Instituição, vislumbrou-se, então, a necessidade de unificação dos serviços prestados por essas bibliotecas.

O ano de 2008 foi o marco para a idealização dessa unificação quando houve a realização do segundo encontro de bibliotecários do CEFET, que discutiram diversos temas ligados à unificação dos serviços prestados nas bibliotecas das UNEDs. Após esse período, outros temas foram debatidos pelo grupo de bibliotecários para a concretização dessa unificação. Em 2012, com a estrutura administrativa já modificada para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), houve a realização do terceiro encontro de bibliotecários no Câmpus Salvador. Nesse encontro foi debatida a questão da informatização das bibliotecas e a elaboração da proposta que seria encaminhado para inclusão e aprovação no Regimento Geral do IFBA da criação de um órgão sistêmico para as bibliotecas.

No ano seguinte, após aprovação pelo CONSUP da criação de uma Gerência de Desenvolvimento de Biblioteca subordinada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, ocorreu no Câmpus Camaçari o quarto encontro de bibliotecários, onde foi debatido a Padronização do Sistema Integrado de Bibliotecas, composto pela Gerência de Bibliotecas e pelas bibliotecas dos Câmpus.

A Gerência de Bibliotecas tem a finalidade de gerenciar a integração das bibliotecas, recomendar padrões e critérios de organização e de administração das unidades informacionais, propiciar aos usuários serviços e produtos de informação a fim de apoiar a produção do conhecimento, dentre outras atividades.

Para o ano de 2014 a Gerência de Desenvolvimento de Bibliotecas tem como metas de implantação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB-IFBA) a consolidação do Software de gerenciamento de acervos com a importação das bases do catálogo das bibliotecas, criação da Home Page do SIB-IFBA, integração do Sistema Acadêmico com o software de gerenciamento de acervos e a implantação do Regulamento Interno do SIB-IFBA.

Tabela 51- Técnicos – Administrativos da Gerencia de Bibliotecas

	2014	2015	2016	2017	2018
Bibliotecário	3	4	4	4	4
Arquivista	1	1	1	1	1
Ass. Adm.	0	1	2	2	2
Estagiários (Biblioteconomia; Arquivologia e/ou Museologia)	1	3	3	3	3

Tabela 52- Recursos Materiais da Gerencia de Bibliotecas

	2014	2015	2016	2017	2018
Sala/Espaço	1	2	3	3	3
Manutenção do software (pagamento)	1	1	1	1	1
Computadores	4	6	7	8	8
Notebook	0	1	1	1	1
Impressora	0	1	1	1	1

7.2 Bibliotecas dos Campi

7.2.1 Quantificar acervo por área de conhecimento

Tabela 53 – Projeção do Número de Acervo Bibliográfico (Títulos, Exemplos e Periódicos).

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Títulos	Barreiras	2.688	3.200	3.800	4.600	5.200
	Brumado	DNI				
	Camaçari	2.358	2.858	3.358	3.858	4.358
	Eunápolis	9.579	10.447	11.255	12.003	12.691
	Feira de Santana	300	450	600	700	800
	Ilhéus	495	600	720	860	1000
	Irecê	1100	1500	1900	2300	2700
	Jacobina	511	783	1020	1325	1725
	Jequié	400	500	600	600	600
	Paulo Afonso	155	310	376	442	508
	Porto Seguro	3748	4373	4998	5623	6248
	Salvador	14.00	14.500	15.000	15.500	20.000
	Santo Amaro	2.806	3.000	3.500	4.000	4.500
	Seabra	SI				
	Simões Filho	2450	2840	3230	3520	3810
	Valença	CRI				
	Vitória da Conquista		6403	6653	6903	7153
Subtotal						
Exemplares	Barreiras	6884	6.904	8.284	9.940	11.200
	Brumado	DNI				
	Camaçari	8.355	9.555	10.755	11.955	13.155
	Eunápolis	16.996	19.804	22.752	25.840	29.068
	Feira de Santana	1834	3000	4000	4500	5000
	Ilhéus	2051	2200	2640	3170	3800
	Irecê	5500	7500	9500	11500	13500
	Jacobina	5863	DNI	DNI	DNI	DNI
	Jequié	1200	2000	2400	3000	2400
	Paulo Afonso	620	1040	1304	1568	1832
	Porto Seguro	11022	12897	14772	16647	18522
	Salvador	45.000	46.600	48.200	49.800	64.800
	Santo Amaro	10.055	11.000	12.000	13.000	14.000
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	9690	11840	13990	15090	16190
	Valença	CRI				
	Vitória da Conquista		14884	17384	19884	22384
Subtotal						

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Periódicos	Barreiras	07	14	28	30	35
	Brumado	DNI				
	Camaçari	06	08	10	12	14
	Eunápolis	16	33	51	67	84
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	06	08	10	12	15
	Irecê	12	12	12	15	15
	Jacobina	154	200	260	338	440
	Jequié	04	05	06	07	08
	Paulo Afonso	108	264	468	720	1020
	Porto Seguro	294	343	392	441	90
	Salvador	03	08	12	20	22
	Santo Amaro	50	55	60	65	70
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	10	15	18	19	20
	Valença	CRI				
Vitória da Conquista	207	217	227	237	247	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Câmpus rever informação

7.2.2 Espaços Físicos para Estudo das Bibliotecas

Tabela 54 – Projeção do Número de Espaços Físicos para Estudos (Salas, gabinetes) Biblioteca

Modalidade	Campus	2015				
		2014	2015	2016	2017	2018
Salas	Barreiras	09*(CRI)	09	09	09	09
	Brumado	DNI				
	Camaçari	08	10	12	14	14
	Eunápolis	21	33	55	70	85
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	06	08	10	12	15
	Irecê	26	36	45	45	45
	Jacobina	23	30	39	50	65
	Jequié	02	03	01	01	02
	Paulo Afonso	01	01	02	02	02
	Porto Seguro	20	28	28	28	28
	Salvador	54	63	66	70	80
	Santo Amaro	CRI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	01	01	02	02	02
	Valença	CRI				
Vitória da Conquista	36	45	50	55	60	
Subtotal						

Modalidade	Campus	2014	2015	Ano 2016	2017	2018
Gabinetes	Barreiras	13	13	13	13	13
	Brumado	DNI				
	Camaçari	00	04	04	04	04
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	04	08	08	08	08
	Irecê	10	15	15	15	15
	Jacobina	01	01	01	01	01
	Jequié	08	15	05	10	15
	Paulo Afonso	00	05	10	10	10
	Porto Seguro	07	07	07	22	22
	Salvador	120	140	160	180	205
	Santo Amaro	00	00	05	05	05
	Seabra	SI				
	Simões Filho	16	20	20	20	20
Valença	RI					
Vitória da Conquista	60	60	70	80	90	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

CRI – Campus rever informação

Nota: (* 5 salas de estudo e 5 salas adm.)

7.2.3 Pessoal Técnico-Administrativo

Tabela 55 – Projeção do pessoal técnico-administrativo da biblioteca

Modalidade	Campus	2014	2015	Ano 2016	2017	2018
Assistente em Administração	Barreiras	05	06	09	10	10
	Brumado	DNI				
	Camaçari	01	01	01	01	01
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	01	02	03	04	04
	Irecê	01	01	01	01	01
	Jacobina	02	03	03	03	03
	Jequié	02	02	00	00	01
	Paulo Afonso	01	01	01	01	01
	Porto Seguro	DNI				
	Salvador	06	06	07	07	08
	Santo Amaro	02	02	01	00	00
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	02	04	04	04	04
	Valença	02	02	02	03	03
	Vitória da Conquista	60	60	70	80	90
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Modalidade	Campus	2014	2015	Ano 2016	2017	2018
Bibliotecário	Barreiras	02	02	02	03	03
	Brumado	02	02	02	02	02
	Camaçari	00	00	00	00	00
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	01	01	02	02
	Irecê	01	01	01	01	01
	Jacobina	01	01	02	03	03
	Jequié	01	01	01	01	01
	Paulo Afonso	01	01	02	02	02
	Porto Seguro	02	02	02	02	02
	Salvador	05	05	06	06	06
	Santo Amaro	01	02	02	02	03
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	04	04	04	04	04
	Valença	02	02	02	03	03
Vitória da Conquista	03	03	03	03	03	
Subtotal						
Auxiliar de Biblioteca	Barreiras	02	03	05	06	06
	Brumado	DNI				
	Camaçari	00	01	01	01	01
	Eunápolis	00	00	00	00	00
	Feira de Santana	00	00	00	00	00
	Ilhéus	00	02	02	04	04
	Irecê	02	02	02	04	04
	Jacobina	01	02	03	03	03
	Jequié	02	02	02	01	01
	Paulo Afonso	02	02	04	04	04
	Porto Seguro	00	01	02	02	02
	Salvador	01	01	02	05	07
	Santo Amaro	02	02	02	04	04
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	04	06	08	08	08
	Valença	02	02	04	04	04
Vitória da Conquista	03	04	04	06	06	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

7.2.4 Horário de funcionamento

Cada *Campus* deve especificar o horário de funcionamento de suas bibliotecas.

7.3 Obras

7.3.1 Obras em Andamento

Tabela 56 - Projeção de termino de Obras, Campus Barreiras – 2014-2018

Modalidade	Campus	2014
Ginásio	Barreiras	1
	Camaçari	1
	Eunápolis	
	Feira de Santana	1
	Ilhéus	1
	Irecê	1
	Jacobina	1
	Jequié	1
	Paulo Afonso	0
	Porto Seguro	0
	Salvador	0
	Santo Amaro	1
	Seabra	1
	Simões Filho	1
	Valença	0
	Vitória da Conquista	0
	Subtotal	
Pavilhão de Aula	Barreiras	0
	Camaçari	1
	Eunápolis	1
	Feira de Santana	1
	Ilhéus	1
	Irecê	1
	Jacobina	1
	Jequié	1
	Paulo Afonso	0
	Porto Seguro	0
	Salvador	0
	Santo Amaro	0
	Seabra	1
	Simões Filho	1
	Valença	0
	Vitória da Conquista	0
	Subtotal	
Total		

Fonte: Pró-Reitoria Institucional e Infraestrutura

Tabela 57- Obras por Campus 2014

Modalidade	Campus	2014
➤ Construção do Pavilhão 6		1
➤ Reforma de Diversas Obras	Barreiras	1
➤ Construção da Biblioteca		1
Subtotal		03
Construção do campo Society	Eunápolis	1
Subtotal		01
➤ Pavilhão de aulas/laboratório		1
➤ Construção da Usina Biodiesel	Paulo Afonso	1
Subtotal		02
➤ Reforma e Ampliação do Refeitório		1
➤ Pintura das Fachadas	Porto Seguro	1
Subtotal		02
➤ Construção da Clínica Escola		1
➤ Reforma dos Pavilhões Acadêmicos	Salvador	1
➤ Instalação de Elevadores e Plataforma		1
Subtotal		
➤ Construção de pavilhão de aulas/laboratórios Campus Santo Amaro		1
➤ Reforma das calhas da cobertura	Santo Amaro	1
➤ Retirada de subestação elevada, const. abrigo e inst. Transformador		1
Subtotal		
Construção de Módulo avançado do IFBA, Salinas da Margarida.	Salinas da Margarida	1
Reforma do Pav. G para ampliação do nº de salas de aula		1
Reforma para implantação de sanitários do Pavilhão F	Valença	1
Subtotal		

➤ Construção de prédio com 4 (quatro) módulos para laboratórios e salas de aulas		1
➤ Construção de refeitório, garagem para veículos oficiais, estacionamento e ampliação da portaria de acesso	Vitória da Conquista	1
Subtotal		02
Total		

7.3.2 Espaços Físicos

Tabela 58 – Projeto de Infraestrutura Física

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Sala de aula	Barreiras	24	32	40	40	40
	Brumado	DNI				
	Camaçari	07	14	20	20	20
	Eunápolis	19	27	27	27	27
	Feira de Santana	11	17	17	17	17
	Ilhéus	16	16	24	24	24
	Irecê	19	19	19	25	25
	Jacobina	14	21	30	54	67
	Jequié	04	12	0	0	10
	Paulo Afonso	10	22	22	22	22
	Porto Seguro	20	28	28	28	28
	Salvador	54	63	66	70	80
	Santo Amaro	11	17	17	17	23
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	26	35	35	35	35
	Valença	22	30	34	34	34
Vitória da Conquista	36	45	50	55	60	
Subtotal						

Modalidade	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Laboratório	Barreiras	37	43	46	46	50
	Brumado	DNI				
	Camaçari	12	18	23	23	23
	Eunápolis	17	22	26	28	28
	Feira de Santana	13	14	15	16	18
	Ilhéus	09	11	11	15	15
	Irecê	14	14	14	15	15
	Jacobina	09	12	18	27	30
	Jequié	05	03	02	04	05
	Paulo Afonso	06	08	09	09	09
	Porto Seguro	19	23	23	23	23
	Salvador	47	54	56	57	57
	Santo Amaro	10	14	14	14	14
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	21	21	21	21	21
	Valença	16	17	20	20	20
Vitória da Conquista	30	50	60	70	80	
Subtotal						
Sala de Oficina	Barreiras	01	01	01	02	02
	Brumado	DNI				
	Camaçari	01	01	01	01	01
	Eunápolis	00	00	02	02	02
	Feira de Santana	00	01	01	01	01
	Ilhéus	01	01	01	02	02
	Irecê	01	01	01	02	02
	Jacobina	00	02	03	05	05
	Jequié	01	02	01	01	01
	Paulo Afonso	01	02	02	02	02
	Porto Seguro	04	04	04	04	04
	Salvador	05	05	05	05	05
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	00	00	00	00	00
	Valença	01	01	01	01	01
Vitória da Conquista	05	05	08	08	12	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Modalidade	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Biblioteca (sala)	Barreiras	01	01	01	01	01
	Brumado	DNI				
	Camaçari	01	01	01	01	01
	Eunápolis	01	01	01	01	01
	Feira de Santana	01	01	01	01	01
	Ilhéus	01	02	02	02	02
	Irecê	01	01	01	01	01
	Jacobina	01	02	02	02	02
	Jequié	01	01	00	00	00
	Paulo Afonso	01	01	02	02	02
	Porto Seguro	01	01	01	01	01
	Salvador	01	01	01	01	02
	Santo Amaro	01	01	01	01	01
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	01	01	02	02	02
	Valença	01	01	01	01	01
Vitória da Conquista	01	01	02	02	02	
Subtotal						
Sala de Docente	Barreiras	02	02	02	02	02
	Brumado	DNI				
	Camaçari	01	01	01	01	01
	Eunápolis	01	07	07	07	07
	Feira de Santana	01	01	02	02	03
	Ilhéus	01	02	02	03	03
	Irecê	02	02	02	04	04
	Jacobina	01	02	02	02	02
	Jequié	02	03	03	03	03
	Paulo Afonso	11	11	11	11	11
	Porto Seguro	01	02	02	02	02
	Salvador	11	11	12	13	14
	Santo Amaro	01	01	02	02	02
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	01	01	02	02	02
	Valença	01	01	01	01	01
Vitória da Conquista	03	03	06	06	06	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Modalidade	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Estrutura Administrativa	Barreiras	01	01	02	02	02
	Brumado	DNI				
	Camaçari	01	01	01	01	01
	Eunápolis	01	01	01	01	01
	Feira de Santana	26	26	26	26	26
	Ilhéus	10	10	12	12	12
	Irecê	20	23	23	25	25
	Jacobina	23	30	40	50	60
	Jequié	03	02	02	01	03
	Paulo Afonso	14	18	18	18	18
	Porto Seguro	06	06	06	21	21
	Salvador	40	40	40	40	40
	Santo Amaro	07	11	11	11	11
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	10	10	12	12	12
	Valença	17	20	20	20	20
Vitória da Conquista	31	41	45	50	50	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

7.4 Recursos tecnológicos e de áudio visual

Tabela 59 – Projeção do Número de úmero de Recursos TIC(Computadores de mesa)

Modalidade	Campus	Ano				
		2014	2015	2016	2017	2018
Computadores de mesa	Barreiras	544	624	704	784	864
	Brumado	DNI				
	Camaçari	300	320	350	360	400
	Eunápolis	320	400	440	480	520
	Feira de Santana	200	200	360	360	360
	Ilhéus	170	210	230	230	250
	Irecê	170	210	230	230	250
	Jacobina	131	151	151	191	191
	Jequié	200	250	300	350	400
	Paulo Afonso	137	277	277	277	277
	Porto Seguro	60	60	60	60	60
	Salvador	888	1.008	1.028	1.248	1.258
	Santo Amaro	140	200	230	260	290
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	42	55	55	55	63
	Valença	250	300	300	320	320
Vitória da Conquista	623	740	850	930	1020	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Tabela 60 - Projeção do Número de úmero de Recursos TIC(Notebooks)

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Notebooks	Barreiras	170	270	370	470	570
	Brumado	DNI				
	Camaçari	35	45	55	65	80
	Eunápolis	18	23	28	30	30
	Feira de Santana	13	13	20	20	25
	Ilhéus	18	22	30	40	50
	Irecê	18	22	30	40	50
	Jacobina	14	24	34	34	34
	Jequié	05	07	09	12	15
	Paulo Afonso	05	05	05	05	05
	Porto Seguro	10	10	10	10	10
	Salvador	88	108	128	148	168
	Santo Amaro	10	12	15	20	20
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	24	30	30	40	45
	Valença	33	40	40	45	45
Vitória da Conquista	53	75	88	100	120	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Tabela 61 -Projeção do Número de úmero de Recursos TIC(Servidor de Rede Físico e Virtual)

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Servidor de Servidor de Rede Físico e Virtual	Barreiras	03	04	05	05	06
	Brumado	DNI				
	Camaçari	08	10	11	12	13
	Eunápolis	03	03	03	04	04
	Feira de Santana	09	20	20	20	20
	Ilhéus	02	03	04	04	04
	Irecê	02	03	04	04	04
	Jacobina	02	02	03	03	03
	Jequié	06	10	15	20	25
	Paulo Afonso	12	20	20	20	20
	Porto Seguro	01	02	00	02	00
	Salvador	01	01	01	01	01
	Santo Amaro	063	08	10	12	14
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	03	05	05	05	05
	Valença	05	06	06	06	06
Vitória da Conquista	06	08	10	10	10	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi
 Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Tabela 62 -Projeção do Número de úmero de Recursos TIC(Sala de videoconferência)

Modalidade	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Sala de videoconferência	Barreiras	01	02	02	02	03
	Brumado	DNI				
	Camaçari	01	01	01	01	01
	Eunápolis	01	02	02	02	02
	Feira de Santana	01	01	01	01	01
	Ilhéus	01	01	01	02	02
	Irecê	01	01	01	02	02
	Jacobina	01	02	03	04	05
	Jequié	01	01	01	01	01
	Paulo Afonso	01	01	01	01	01
	Porto Seguro	00	01	00	00	00
	Salvador	01	01	01	01	01
	Santo Amaro	00	01	02	03	03
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	01	01	01	01	01
	Valença	01	01	01	01	01
Vitória da Conquista	01	02	03	04	05	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

7.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com necessidades especiais.

O direito das pessoas com deficiência e necessidades específicas é discutido desde o século XIX. Na área da educação podemos frisar o marco histórico que compreende o início das discussões com o paradigma da Institucionalização até o paradigma atual o de Inclusão. Com isso a LDB nº 9394/96 nos seus artigos nº 58 e 59 articulam a educação para todos, realizando uma educação que prioriza a acessibilidade tanto pedagógica quanto arquitetônica. Por isso em 2005 o IFBA assina com MEC e a antiga Secretaria de Educação Especial o termo de compromisso que envolve ações afirmativas do programa TEC-NEP. Além disso, o Decreto 5296/2004 dispõem que as edificações dos prédios públicos já existentes “terão elas o prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste decreto”, para garantir as adaptações arquitetônicas. Desta forma, o IFBA através da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional estabelece os seguintes objetivos e metas

emergenciais para garantir a o acesso e locomoção das pessoas com deficiência que utilizam o espaço público.

Cronograma de Adaptação da Estrutura Física

Objetivos	Metas	Quem
<ul style="list-style-type: none"> • Diagnosticar as necessidades gerais e particulares de cada câmpus. • Contratar empresa para contribuir com o Diagnóstico. • Equipe Multiprofissional para diagnosticar (arquiteto, pedagogo, psicólogo, assistente social) • Levantar a estrutura Física da Reitoria e Campus Salvador • Diagnóstico Reitoria e Campus Salvador • Diagnóstico <i>Campi</i>: Expansão II e III • Diagnóstico pré-expansão e expansão I 	2014/2	PRODIN através da contratação de uma empresa para prestar serviço.
	Junho e Julho/2014	
	De setembro a outubro/2014	
	Até dezembro	
	Até dezembro	
<ul style="list-style-type: none"> • Criar o termo de compromisso com os Diretores referente o levantamento da demanda/Diagnóstico 	2014/2 – após diagnóstico	PRODIN – reitoria Diretores <i>Campi</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar os 	2015/1	PRODIN

Diretores após o Diagnóstico		
• Divulgar o Diagnóstico	2015/1	PRODIN
• Cumprir o diagnóstico	2015/2; 2016;2017;2018	PRODIN

8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Prospectar o desenvolvimento institucional numa organização de tamanha abrangência educacional e geográfica como o IFBA requer uma atuação sincronizada e integrada, tanto na implementação das ações planejadas quanto no acompanhamento e avaliação destas ações. Ainda mais numa perspectiva de gestão democrática, cujo processo decisório deve considerar as informações provindas da coletividade, a exemplo dos relatórios produzidos como resultado dos processos avaliativos internos e externos. Assim sendo, a avaliação institucional e o acompanhamento do desenvolvimento institucional são atividades que viabilizam o crescimento do IFBA e cujos resultados devem ser considerados essenciais nesse processo. Portanto, pode-se dizer que avaliar e acompanhar o desenvolvimento institucional guarda relação direta com o acompanhamento do próprio PDI e com a implementação de uma cultura avaliativa que possibilite o autoconhecimento da Instituição.

Durante a vigência deste PDI será sistematizada a criação de uma política de avaliação institucional do IFBA que vislumbra, além de um processo de construção do conhecimento a respeito da instituição, também um pensar sobre a sua missão, seus objetivos e sua função social e, portanto, diretamente imbricada nos aspectos ideológicos, políticos, econômicos, culturais, dentre outros. Nesse contexto, esta política deverá ser construída, atendendo aos princípios da ampla participação, avaliação total e coletiva, respeito à identidade dos Campi, continuidade e rigor científico. Dentro destes princípios é que os objetivos da política de avaliação institucional do IFBA pretendem alcançar os seguintes objetivos:

Contribuir para a compreensão do fenômeno da avaliação como ferramenta das reformas das práticas institucionais e de subsídio à tomada de decisões;

Compreender o papel da avaliação como impulsionadora dos processos de mudanças institucionais;

Firmar o entendimento que planejamento e avaliação são elementos de um mesmo processo;

Compreender os efeitos políticos e pedagógicos das avaliações.

Construir bases teóricas para a elaboração e execução de práticas de avaliação coerentes com os valores educativos;

Colaborar para a elevação da qualidade pedagógica dos professores e melhor conhecimento de seu trabalho;

Sendo assim, com a intenção de envolver a comunidade de forma que ocorra a participação efetiva dos diversos atores institucionais – gestores, docentes, técnicos e discentes –, propõe-se, que a elaboração desta política ocorra por intermédio de grupos de trabalho que congreguem representantes dos segmentos internos e das diversas áreas de atuação, especialmente àquelas que cumprem os macro-objetivos estratégicos do IFBA. Entretanto, caberá à Prodin, por meio do Departamento de Avaliação Institucional assessorar essas equipes de trabalho.

Apresenta-se no Quadro 01 a proposta de um plano de trabalho organizado em quatro etapas principais que sintetizam as atividades, os períodos de realização e respectivos responsáveis, a saber: Etapa I – Sensibilização: Sensibilizar a comunidade do IFBA para a construção da Política de Avaliação Institucional; Etapa II – Preparação: Elaborar a 1ª versão do documento Política de Avaliação Institucional; Etapa III – Desenvolvimento: Discutir coletivamente a 1ª versão do documento e propor sugestões; Etapa IV – Finalização: Validar e finalizar o documento da Política de Avaliação Institucional.

Quadro 4– Proposta de Plano de Trabalho

ATIVIDADE	PERÍODO	RESPONSÁVEL
SENSIBILIZAÇÃO		
Constituição das Comissões	2014.2	Reitoria/Diretores dos Campi
Criação de estratégias de sensibilização da comunidade para promover o acolhimento, a construção e participação em todo o processo avaliativo de construção da política de avaliação (cartazes, reuniões, palestras, seminários, site);	2014.2	Comissões
PREPARAÇÃO		
Elaboração e divulgação do cronograma e outros documentos para divulgação do processo de construção da política de avaliação do IFBA;	2014.2	Comissões/DECOM
Realização de eventos com todos os segmentos da Instituição;	2014.2	Comissões
Sistematização e encaminhamentos das contribuições oriundas dos eventos;	2014.2	Comissões
Elaboração da 1ª versão do documento de sistematização da política de avaliação;	2015.1	Comissões
Divulgação da 1ª versão do documento de sistematização da política de avaliação do IFBA;	2015.1	Comissões/DECOM
DESENVOLVIMENTO		
Discussão e construção coletiva de sugestões para elaboração da versão final do documento; Envio das contribuições para sistematização da versão final do documento;	2015.1	Comissões
Sistematização do documento Política de Avaliação do IFBA – Versão Final;	2015.1	Comissões
FINALIZAÇÃO		
Validação pela comunidade da versão final do documento;	2015.2	Comissões/Comunidade interna
Envio do documento Versão final da política de avaliação institucional do IFBA para aprovação no Conselho;	2015.2	Comissões/Conselho
Publicação e divulgação do documento Política de Avaliação Institucional do IFBA.	2015.2	Comissões/DECOM

Em concomitância à elaboração da política de avaliação institucional do IFBA serão desenvolvidas as ações concernentes ao plano de trabalho da autoavaliação interna de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que integrados ao cronograma do MEC para as avaliações externas de cursos e instituições integram as modalidades de avaliação preconizadas na Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O Sinaes fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Apresenta como princípios fundamentais: responsabilidade social com a qualidade da educação superior; reconhecimento da diversidade do sistema; respeito à identidade, à missão e a história das instituições; globalidade da avaliação. Tem como proposta integrar modalidades principais de instrumentos de avaliação, em diferentes momentos.

A autoavaliação do IFBA é realizada através retrospectiva crítica, configurando um diagnóstico para explicitação dos vários propósitos institucionais e assim realizar uma avaliação, através de uma abordagem qualitativa e quantitativa, que proporcione a melhoria e o fortalecimento institucional lei (CEFET-BA, 2005). Esta avaliação compreende dois momentos importantes: (i) avaliação global, a qual ocorre a cada três anos que tem por objetivo avaliar todos os aspectos institucionais, em todos os campi, através da participação de todos os segmentos internos da instituição e da comunidade externa; (ii) avaliação dos aspectos didáticos-pedagógicos, com periodicidade semestral ou anual, conta com a participação de discentes e docentes (IFBA, 2009).

De modo similar à avaliação institucional externa, a autoavaliação considera as dez dimensões estabelecidas na referida lei:

- I. A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. A comunicação com a sociedade;
- V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII. Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX. Políticas de atendimento aos estudantes;
- X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004).

Para além da avaliação institucional, faz-se necessário, estabelecer como bases outros importantes instrumentos de gestão que possibilitem monitorar a evolução do IFBA tanto num horizonte temporal quanto no âmbito da Rede Federal de Educação. Dentre eles, destacam-se o gerenciamento dos indicadores de desempenho e do Termo de Acordo de Metas e Compromissos (TAMC). O primeiro possibilita a compreensão da relação parte e todo quando os números produzidos e contextualizados no âmbito da instituição se tornam objeto de análise, enquanto o segundo permite que acompanhe as metas e compromissos ajustados entre o Instituto e o Ministério da Educação.

O acompanhamento do desenvolvimento institucional assim como o da avaliação, ocupam-se, ainda, de alguns pontos essenciais, tais como cumprimento do cronograma e avaliação dos resultados efetivados em relação às metas de

desempenho determinadas. O acompanhamento do cronograma de execução das metas estabelecidas no Plano tem por fim possibilitar o cumprimento das medidas de apoio estabelecidas dentro dos limites temporais fixados. Já a abordagem a respeito das premissas permite analisar as metas de desempenho concernentes, podendo haver a necessidade de adaptações e ajustes na configuração do PDI.

Ressalte-se que a fim de se obterem resultados para uma avaliação formativa que oportunize a reorientação das ações a temporalidade de tais gerenciamentos deve ser anual para que sejam avaliadas as ações nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão que configuram os macro-objetivos do IFBA. Para tanto, serão tomados conjuntamente como referenciais os documentos Institucionais e os indicadores de desempenho dos macro-objetivos do IFBA no referido quinquênio.

9 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

O Instituto Federal da Bahia – IFBA, por ser uma autarquia federal, ligada ao ministério da Educação tem seus recursos garantidos pelo governo federal provenientes do tesouro nacional. Esses Recursos são descentralizados todos os anos para os institutos de forma que possam executar e garantir a realização dos programas de governo estabelecidos pelo Plano Plurianual (PPA), porém esses recursos apesar de ser em sua maioria do Tesouro Nacional têm demonstrado serem insuficientes para garantir a execução de todos os projetos, sendo necessária a busca incessante por complementação no Ministério através das emendas, recursos próprios, convênios e plano de expansão visando à sustentabilidade financeira da instituição.

A vinculação do PDI do IFBA com PPA do Governo Federal se dá através dos Programas e Ações de Governo, cujo demonstrativo da Execução dos Programas de Governo no exercício de 2012 sob a responsabilidade do IFBA é apresentado no quadro Detalhamento das Despesas.

O Planejamento Estratégico do IFBA define as políticas de Gestão e subsidia os Gestores na construção do Planejamento Tático e Operacional, por meio do Plano de Metas e Ações definindo prioridades, objetivando assim, dentre outros escopos a adequada alocação de recursos, ordenando o pleno equilíbrio entre receita e despesa e cumprindo as metas físicas e financeiras estabelecidas na Proposta Orçamentária da Instituição.

A metodologia de elaboração das metas para o IFBA é fundamentada nos Objetivos Estratégicos indicados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI),

documento norteador desse planejamento, no Acordo de Metas do MEC, nos Programas e Ações do Governo constantes da Lei Orçamentária (LOA) do IFBA, o PPI, o Plano de Expansão, orçamento Matriz CONIF disponibilizado à Reitoria, visando também, buscar outras fontes, que viabilizem o alcance efetivo das metas programadas.

Cabe ressaltar que o IFBA continua mantendo os seus compromissos na execução dos seus programas e ações, com as Políticas Públicas para a Educação Profissional, tais como:

Descrição	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Recursos receber	Barreiras	5.586.642	6.145.306	6.759.837	7.435.821	8.179.403
	Brumado					
	Camaçari	40.604.288	2.936.458	3.112.639	3.299.397	3.497.361
	Eunápolis	3.654.254	3.800.000	4.000.000	4.200.000	4.400.000
	Feira de Santana	2.433.140	2.928.976	3.247.073	3.553.647	3.837.939
	Ilhéus	2.556.686	3.068.023	3.681.627	4.417.953	5.301.544
	Irecê	2.209.852	2.700.000	3.000.000	3.200.000	3.500.000
	Jacobina	230.271.145	244.182.071	258.937.118	274.587.879	291.189.140
	Jequié	DNI				
	a Paulo Afonso	2.918.367	3.326.938	3.792.709	4.323.689	4.929.005
	Porto Seguro	4.538.401	6.164.241	6.983.665	8.051.031	9.331.134
	Salvador	230.271.145	244.182.071	258.937.118	274.587.879	291.189.140
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	230.271.145	244.182.071	258.937.118	274.587.879	291.189.140
	Valença	230.271.145	244.182.071	258.937.118	274.587.879	291.189.140
	Vitória da Conquista	DNI				
	Reitoria	39.258.453	29.253.402	30.641.412	35.238.624	40.523.268
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Descrição	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Custeio Básico	Barreiras	2.030.685	2.233.754	2.457.129	2.702.842	2.973.126
	Brumado	DNI				
	Camaçari	1.555.550	1.648.883	1.747.815,98	1.852.684,94	1.963.846,04
	Eunápolis	1.841.600	2.100.000	2.300.000	2.500.000	2.700.000
	Feira de Santana	1.673.140	2.138.152,48	2.370.363,73	2.594.162,71	2.801.695,73
	Ilhéus	1.357.033,56	1.628.440,27	1.954.128,33	2.344.953,99	2.813.944,79
	Irecê	1.126.960	1.300.000	1.400.000	1.500.000	1.600.000
	Jacobina	4.383.095,62	4.740.738,14	5.129.304,88	5.551.597,88	6.010.681,93
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	1.801.718,17	2.053.958,71	2.341.512,93	2.669.324,74	3.042.030,21
	Porto Seguro	3.659.528	4.025.481	4.428.029	4.870.832	5.357.915
	Salvador	4.383.095,62	4.740.738,14	5.129.304,88	5.551.597,88	6.010.681,93
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	4.383.095,62	4.740.738,14	5.129.304,88	5.551.597,88	6.010.681,93
	Valença	4.383.095,62	4.740.738,14	5.129.304,88	5.551.597,88	6.010.681,93
	Vitória da Conquista	4.305.720,00	4.736.292,00	5.209.921,20	5.730.913,32	6.304.004,65
	Reitoria	5.284.989	6.077.737	6.989.397	8.037.807	9.243.478
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Descrição	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Custeio Outros	Barreiras	420.956	463.052	509.357	560.293	616.322
	Brumado	DNI				
	Camaçari	858.320,37	909.819,59	964.408,77	1.022.273,30	1.083.609,69
	Eunápolis	556.400	700.000	1.300.000	1.300.000	1.000.000
	Feira de Santana	DNI				
	Ilhéus	409.652,46	491.582,95	589.899,54	707.879,45	849.455,34
	Irecê	490.015	600.000	700.000	800.000	900.000
	Jacobina	203.571.188,43	215.785.459,73	228.732.587,32	242.456.542,56	257.003.935,11
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	355.085,00	400.479,69	461.468,46	526.074,05	599.724,42
	Porto Seguro	00	00	00	00	00
	Salvador	203.571.188,43	215.785.459,73	228.732.587,32	242.456.542,56	257.003.935,11
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	203.571.188,43	215.785.459,73	228.732.587,32	242.456.542,56	257.003.935,11
	Valença	203.571.188,43	215.785.459,73	228.732.587,32	242.456.542,56	257.003.935,11
	Vitória da Conquista	157.400,00	173.140,00	190.454,00	209.499,40	230.449,34
	Reitoria	13.820.712	DNI	DNI	DNI	DNI
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos Campi

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

Descrição	Campus	2014	2015	2016	2017	2018
Investimento	Barreiras	3.135.000	3.448.500	3.793.350	4.172.685	4.589.953
	Brumado					
	Camaçari	2.190.418,29	377.749,83	400.414,82	424.439,70	449.906,09
	Eunápolis	1.256.254	1.000.000	400.000	400.000	600.000
	Feira de Santana	760.000	790.823,52	876.709,87	959.484,84	1.036.243,63
	Ilhéus	790.000,00	948.000,00	1.137.600,00	1.365.120,00	1.638.144,00
	Irecê	592.877.000	800.000	900.000	900.000	1.000.000
	Jacobina	22.316.861,73	23.655.873,43	25.075.225,84	26.579.739,39	28.174.523,75
	Jequié	DNI				
	Paulo Afonso	761.563.83	872.499,98	989.728,36	1.128.290,33	1.287.250,97
	Porto Seguro	878.872,52				
	Salvador	22.316.861,73	23.655.873,43	25.075.225,84	26.579.739,39	28.174.523,75
	Santo Amaro	DNI				
	Seabra	DNI				
	Simões Filho	22.316.861,73	23.655.873,43	25.075.225,84	26.579.739,39	28.174.523,75
	Valença	22.316.861,73	23.655.873,43	25.075.225,84	26.579.739,39	28.174.523,75
	Vitória da Conquista	157.400,00	173.140,00	190.454,00	209.499,40	230.449,34
Reitoria	20.152.752	23.175.665	23.652.015	27.199.817	31.279.790	
Subtotal						

Fonte: Informações encaminhadas pelos *Campi*

Legenda: DNI – Dados não informados pelo Câmpus

10 COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

A educação pública de qualidade é condição fundamental para a existência plena da democracia e para o desenvolvimento do país. Através desta, formam-se cidadãos com conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos, para atender as necessidades do mundo do trabalho e o efetivo exercício da cidadania, ao potencializar seus talentos possibilitando que venham exercê-los em prol da comunidade.

A contínua melhoria da qualidade da educação e a busca de efetividade das políticas públicas junto à sociedade são propósitos que elevam os desafios para os responsáveis pela gestão pública para os próximos anos. Nesse sentido, a Diretoria Sistêmica de Gestão da Comunicação Institucional (DGCOM) do IFBA é um dos agentes estratégicos na promoção e difusão das políticas públicas, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e os anseios das comunidades locais, com vistas a potencializar o que representa fator essencial de sua missão no desenvolvimento regional.

Para tanto, objetiva estreitar os laços com os diversos órgãos de comunicação presentes nas comunidades contando com uma diversificada rede de mídias impressas e eletrônicas, que são geridas pelos Departamentos de Jornalismo e Relações Públicas e suas Coordenações: de Programação Visual, Coordenação de Promoção Institucional, Conteúdo Virtual e Coordenação de Multimeios.

Nesse contexto, considerando a relevância e o compromisso em promover ações e difundir valores do IFBA, a DGCOM é responsável pelo desenvolvimento da comunicação integrada através de atividades em diversas áreas. Trabalha de forma estratégica e planejada: a imagem do IFBA com ações em mídias sociais com os públicos da instituição; o relacionamento com a imprensa; a produção de notícias para os diversos veículos do IFBA; o planejamento e produção de materiais para campanhas (processos seletivos e concursos, entre outras); a programação visual de materiais diversos (impressos, revistas, sinalização e web design). Vale destacar a importância do Portal Institucional como veículo âncora de onde convergem as mais diversas ações para os variados públicos internos e externos da instituição, disponibilizando informações relevantes de forma apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.

Os canais formais de relacionamento do IFBA com a sociedade são gerenciados pela DGCOM com o objetivo de promover a interação com os seus públicos estratégicos. Eles têm propostas visual e editorial claramente identificadas, incorporam conteúdos comprometidos com o Planejamento Estratégico e com os objetivos do IFBA, têm públicos de interesse, áreas ou setores responsáveis pela sua gestão e sistemas de veiculação explicitamente definidos, observando também o Decreto-Lei 5296/2004 que estabelece as regras de acessibilidade inclusive para a comunicação.

Com a Política de Expansão da Rede Federal e a implantação de novos câmpus, a DGCOM vem observando as diferenças regionais da estrutura multicâmpus do IFBA, atuando de forma integrada, profissional e colaborativa com as Coordenações de Comunicação dos câmpus, para atender com agilidade às demandas específicas locais, que deverão seguir o Plano de Comunicação, o qual está em processo de desenvolvimento.

Com a mudança de Departamento para Diretoria Sistêmica em 2013, a DGCOM tem buscado de forma articulada reforçar a rede de comunicação existente entre os campi, prestando assessoramento, realizando visitas técnicas e monitorando a vinculação de notícias de forma regionalizada.

10.1 - Missão, visão e valores da Comunicação Institucional

Missão

Contribuir para o crescimento do IFBA, através da gestão da imagem do Instituto, do relacionamento com as comunidades internas e externas e da divulgação das atividades desenvolvidas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Visão

Desenvolver um trabalho de Gestão da Comunicação que seja referência entre os IFs.

Valores

Além dos valores da Administração Pública, a DGCOM pauta-se em valores que refletem o posicionamento da Comunicação com seus públicos: responsabilidade social, econômica e ambiental; agilidade; Valorização e respeito às

peçoas; transparência; Inovação; credibilidade; foco e comprometimento com os resultados.

- 10.2 Política Sistêmica de Comunicação

Um dos principais aspectos para a criação da Política Sistêmica de Comunicação do IFBA é a sua construção coletiva. Seu processo de desenvolvimento começou a ser delineado a partir de discussões dos comunicadores do instituto com base em textos acadêmicos e profissionais das áreas de marketing, relações públicas, jornalismo, design, planejamento estratégico, administração e comunicação pública. Seu principal objetivo é a proposição de uma linha de atuação sistêmica, integrada, planejada para potencializar atividades de comunicação pública e promoção institucional em todos os câmpus do IFBA.

Segundo a Instrução Normativa nº 5/2011, da Secretaria de Comunicação Social, da Presidência da República:

Comunicação Pública é a ação de comunicação que se realiza por meio da articulação de diferentes ferramentas capazes de criar, integrar, interagir e fomentar conteúdos de comunicação destinados a garantir o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e informações de interesse público, a transparência das políticas públicas e a prestação de contas do Poder Executivo Federal.

-10.2.1 Promoção e Integração Intercampus

A estrutura multicampi do IFBA alarga a abrangência de suas ações, através dos câmpus instalados por todo o estado, formando uma verdadeira rede interligada, capaz trocar informações e compartilhar recursos possibilitando a intervenção em sua respectiva região, identificando problemas, criando e propondo soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento social e econômico local. Percebe-se claramente aqui a importante parceria das Coordenações de Comunicação dos Câmpus na Promoção Institucional, e nessa integração.

Objetivos e ações a curto, médio e longo prazo

		2014	2015	2016	2017	2018
		2014	2015	2016	2017	2018
Objetivo 1 - Fortalecer a imagem do IFBA						
METAS	AÇÕES					
Melhorar a imagem do IFBA no mercado enquanto instituição de ensino federal, gratuita de qualidade e tradição.	Viabilizar / fomentar a inserção com maior frequência de conteúdo / matérias do IFBA em mídias de massa como TV e Rádio e maior visibilidade como impresso (revistas / outdoor).					
	Promover pesquisas com os públicos do IFBA que sirvam de suporte para atividades de gerenciamento e controle das ações de comunicação, além de orientar os dirigentes.					
	Orientar as atividades e eventos que levem o nome do IFBA.					
	Padronizar a aplicação da marca do IFBA nos documentos institucionais.					
	Desenvolver o manual de crises					
	Elaboração de material institucional em línguas Francesa, Inglesa e Espanhola.					
	Criar o TV IFBA, um canal de vídeos no Youtube, integrado com o site, que será alimentado periodicamente com produções dos alunos e do próprio Instituto.					
	Mensurar e analisar os dados de acessos ao portal do IFBA - Google Analytics.					
Ampliar e aprimorar as ações de relacionamento com a	Desenvolver pesquisas de opinião e satisfação a respeito da comunicação no					

comunidade interna e externa, a imprensa e o governo.	instituto e dos meios de comunicação oficiais do IFBA que os públicos da instituição utilizam.					
	Criar salão de humor premiado para alunos de escola pública - estreitar os laços com o público alvo e promover nossa marca.					
	Participar de atividades culturais, esportivas, sociais da cidade, estado ou região com a finalidade de agregar valor à imagem do IFBA.					
	Ampliar e aprimorar as ações de relacionamento com os públicos nas redes sociais e fale conosco.					
	Estreitar o diálogo com as Pró-reitorias e Diretorias visando um fluxo melhor de informações.					
	Desenvolver, juntamente com a Proap e DGP uma área física de convivência/descanso na Reitoria para os servidores.					
	Aprimorar os kits promocionais de divulgação do Instituto para distribuição aos públicos.					
	Criar tirinha semanal nas redes sociais com temas específicos, como Prosel.					
Objetivo 2 - Aprimorar e desenvolver os instrumentos de comunicação do IFBA						
METAS	AÇÕES					
Elaborar, estruturar, implementar e supervisionar a Política Sistêmica de Comunicação do IFBA.	Concluir o Plano de Comunicação do IFBA.					
	Desenvolver novos veículos de comunicação interna (Boletim da Reitoria e					

	Campi).					
	Aprimorar e formalizar o projeto gráfico editorial dos instrumentos de comunicação do IFBA.					
	Desenvolver um novo portal para o IFBA que contemple a atual realidade da Comunicação digital: Integração com as redes sociais, acessibilidade, usabilidade.					
	Desenvolver política multicâmpus e multissetorial de atualização do portal do IFBA, criando critérios para publicações no portal do Instituto.					
	Desenvolver um vídeo institucional visando informar os diversos públicos e promover IFBA.					
	Aprimorar o “Últimas notícias” e transforma-lo em um boletim online.					
Promover acessibilidade comunicacional no âmbito do IFBA	Colocar em funcionamento o Plano de promoção de acessibilidade, com ênfase na divulgação de mecanismos de comunicação alternativa.					
	Desenvolver um projeto de sinalização interna com manual de uso que contemple o acesso a pessoas com deficiência.					
	Implementar acessibilidade no novo portal do IFBA.					
Aprimorar e desenvolver os instrumentos de comunicação no Processo Seletivo do IFBA com o objetivo de aumentar o número de candidatos inscritos	Desenvolver um novo planejamento de ação para o Processo Seletivo, visando aumentar a procura pelos cursos oferecidos pelo IFBA.					
	Melhorar a logística de impressão, armazenamento e distribuição de material promocional do Processo Seletivo.					

	Divulgar os cursos e o Processo Seletivo do IFBA como uma ação permanente.					
	Alinhar as ações de divulgação com os câmpus e orientá-los no processo de divulgação do Processo Seletivo.					
	Desenvolver um vídeo institucional para divulgação do Processo Seletivo na internet e nas visitas às escolas.					
Objetivo 3 - Adequar os processos de Comunicação à realidade multicampus						
METAS	AÇÕES					
Criar uma rede interligada entre os campus, com o objetivo de trocar informações e compartilhar recursos possibilitando uma atuação sistêmica.	Estabelecer ações que viabilize a troca diária e eficiente de informações entre os diversos Câmpus e destes com a Reitoria.					
	Acompanhar e orientar os comunicadores dos Câmpus.					
	Viabilizar a presença de um profissional de comunicação em cada Câmpus.					
	Realizar anualmente o Encontro de Comunicadores do IFBA - ECOM					
Capacitar os servidores da Comunicação da Reitoria e dos Câmpus do IFBA	Capacitar os comunicadores dos Câmpus, fornecendo-lhes o "Manual de Identidade Corporativa" e os arquivos correspondentes.					
	Viabilizar a oferta de cursos de capacitação para servidores.					
Objetivo 4 - Otimizar os processos internos da DGCOM						
METAS	AÇÕES					

Estruturar o setor e seu serviço de atendimento a comunidade	Criar novos emails dos departamentos e política para gerencia-los.					
	Criar novo método digital de formulário de requisição de serviço para otimizar o controle de prazos/pendências/prioridades.					
	Adquirir novos equipamentos compatíveis com o desenvolvimento tecnológico da área de comunicação.					
	Implementar a assinatura do DGCOM nas peças desenvolvidas.					
	Melhorar o fluxo de informação interna no setor.					

Referências

http://politicadecomunicacao.ifsc.edu.br/files/2013/03/politica_comunicacao_IFSC_edicao1.pdf

f

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 ago. 1998a.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer nº 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998b.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999a.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer nº 16, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999b.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

BRASIL. Medida provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 fev. 2005a.

BRASIL. Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos (PROUNI), institui o Programa de Educação Tutorial (PET), altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e dá outras providências. Brasília, DF, 2005b.

BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2005c.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7.760.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina: discursos e práticas. Salvador: EDUFBA, 2005.

PDI 2004-2008. Disponível em: <<http://www.cefetba.br/pdi/index.html>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

PPI – 2007. Disponível em: <<http://www.cefetba.br/pdi/index.html>>. Acesso em: 15 mai. 2009.

Quatro Cenários Econômicos para o Brasil 2008-2014 – Macroplan, Prospectivos, Estratégia & Gestão. Disponível em: <www.macroplan.com.br>. Acesso em: 10 de jun. 2009.

Relatório de Avaliação Institucional 2007-2008, Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br/cpa/>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

Relatório de Avaliação Institucional–2007/2008. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br/cpa/>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

Relatório de Gestão–2008. Disponível em: <<http://www.cefetba.br/pdi/index.html>>. Acesso em: 14 mar. 2009.